

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
FACULDADE DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**CAROLINA MIRANDA CAVALCANTE**

**ANÁLISE METODOLÓGICA DA ECONOMIA  
INSTITUCIONAL**

**Niterói  
2007**

CAROLINA MIRANDA CAVALCANTE

ANÁLISE METODOLÓGICA DA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Economia.

Orientadora: Prof. Célia Lessa Kerstenetzky

Niterói  
2007

CAROLINA MIRANDA CAVALCANTE

ANÁLISE METODOLÓGICA DA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Economia.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Célia Lessa Kerstenetzky – Orientadora  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Carmem Aparecida Feijó  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Jaques Kerstenetzky  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói  
2007

Cavalcante, Carolina Miranda

Análise Metodológica da Economia Institucional. – Niterói: [s. n.],  
2007.

102 p.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense  
(Faculdade de Economia), 2005.

Bibliografia: p. 89-96.

1. Economia Institucional. I. Título.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais – Soledade e José Carlos – e familiares pelo apoio constante. Agradeço ao meu irmão – André Luiz – pelas nossas conversas interdisciplinares, que me ajudaram a perceber como o modo do historiador entender os processos de transformação social pode diferir da maneira do economista considerar tais processos.

Agradeço aos colegas de pós-graduação pela troca de idéias e pelos momentos de descontração. Durante o Mestrado tive o prazer de realizar atividades acadêmicas conjuntas com alguns colegas e a eles agradeço a profícua troca de informações. Assim sendo, agradeço a Luciana Ferreira, Ana Cláudia Caputo e Pedro Garrido pelas nossas parcerias. Por último, mas não menos importante, devo reconhecer e manifestar minha gratidão aos colegas Fábio Pesavento, Mario Rubens e Emmanoel Boff pelas nossas conversas na “salinha da pós”. Para além de nossas parcerias acadêmicas, Emmanoel é um amigo que guardo para toda vida.

Agradeço à Professora Celia Lessa Kerstenetzky, minha orientadora, pelo incentivo, pela atenção, por acreditar nas minhas idéias, sempre indicando as diversas formas de abordar o mesmo problema e, talvez mais importante, por ter me dando liberdade de pensamento, essencial a todo trabalho acadêmico.

Agradeço aos professores do programa de pós-graduação da UFF, cujo suporte intelectual se reflete direta ou indiretamente nessa Dissertação. Aos professores Carmem Feijó e Jaques Kerstenetzky agradeço as sugestões tanto ao produto final dessa Dissertação quanto as indicações feitas ainda em sua fase inicial.

Aos funcionários da Coordenação da pós-graduação em Economia da UFF agradeço a solicitude com a qual encaminharam as necessárias demandas de ordem administrativa. Às bibliotecárias agradeço o atendimento sempre muito eficiente e atencioso.

A interdisciplinaridade é um elemento enriquecedor em qualquer trabalho acadêmico, talvez até mais importante no campo das ciências sociais. Destarte, agradeço à Professora Ana Maria Kirschner, do programa de pós-graduação em História Comparada da UFRJ, pela oportunidade de estudar e discutir os clássicos do pensamento sociológico.

Por fim, agradeço o apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

## SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1: A nova economia institucional de Douglass North.....	8
1.1. Da natureza da crítica de North ao programa de pesquisa neoclássico.....	9
1.2. Instituições: o papel do Estado, dos direitos de propriedade e da ideologia no sistema econômico.....	18
1.3. Cliometria: a nova história econômica.....	25
1.4. Instituições e desenvolvimento econômico.....	29
Capítulo 2: Velha economia institucional: Thorstein Veblen e os pós-veblenianos.....	34
2.1. Thorstein Veblen (1857-1929): da natureza da crítica de Veblen à economia ortodoxa.....	36
2.2. Instituições como hábitos mentais: o modelo reconstitutivo de cima para baixo de Geoffrey Hodgson.....	46
2.3. Instituições e desenvolvimento econômico: a economia política institucional de Chang.....	49
Capítulo 3: Filosofia da Ciência e Metodologia Econômica.....	55
3.1. Círculo de Viena: do surgimento do projeto do positivismo lógico ao modelo hipotético-dedutivo.....	55
3.2. As críticas de Karl Popper, Thomas Kuhn e Imre Lakatos ao projeto lógico-positivista.....	58
3.3. Instrumentalismo Metodológico.....	59
3.4. Realismo Crítico: uma crítica à ontologia lógico-positivista.....	62
3.4.1. Dedutivismo: lei científica como conjunção constante de eventos.....	63
3.4.2. Atividade experimental: da capacidade explanatória do <i>dedutivismo</i> no âmbito da ciência natural.....	64
3.4.3. Estatuto da escolha humana: da capacidade explanatória do dedutivismo no âmbito da ciência social.....	68
3.4.4. Das propriedades ontológicas do objeto social.....	70
Capítulo 4: Considerações metodológicas acerca da velha e da nova economia institucional.....	77
4.1. Definição de instituição na nova e na velha economia institucional.....	77
4.2. Da convergência teórica entre a nova e a velha economia institucional.....	78

4.3. Das distintas conclusões de política econômica de Douglass North e Ha-Joon Chang.....	81
4.4. Da possibilidade de colaboração entre programas de pesquisa distintos.....	83
Conclusão.....	88
Referências.....	95



## RESUMO

A presente Dissertação tem como objetivo discutir a possibilidade de colaboração entre duas vertentes do pensamento institucionalista, representadas pela nova economia institucional (NEI) de Douglass North e pela velha economia institucional (VEI) de Thorstein Veblen. Como autores continuadores das idéias veblenianas são destacados os esquemas conceituais de Geoffrey Hodgson e Ha-Joon Chang. A discussão proposta é conduzida a partir de três fatos observados na literatura sobre economia institucional, a saber: (i) não existe definição única de instituição entre os autores da VEI e da NEI; (ii) não há consenso quanto à existência de uma convergência teórica entre a VEI e a NEI; (iii) distintas concepções de instituição geram conclusões de políticas para o desenvolvimento econômico distintas, ao menos no caso de North e Chang. Esses fatos observados são avaliados à luz dos debates em filosofia da ciência, que se refletem nas disputas metodológicas em Economia. No âmbito desses embates metodológicos o realismo crítico de Tony Lawson é contraposto ao instrumentalismo de Milton Friedman. Argumenta-se que a diferença entre a VEI e a NEI é ontológica, ou seja, as teorias de North e Veblen fundamentam-se em visões de mundo distintas, o que pode ser identificado a partir da consideração da natureza da crítica dos autores à tradição neoclássica.

## **ABSTRACT**

This work aims to discuss the possibility of collaboration between two branches of the institutionalist thought, represented by the new institutional economics (NIE) by Douglass North and the old institutional economics (OIE) by Thorstein Veblen. It is possible to assign the conceptual framework by Geoffrey Hodgson and Ha-Joon Chang as a continuation of the veblenian ideas. Thus, the discussion proposed is based on three facts observed in the literature concerned with institutional economics: (i) there is no unique definition of institutions among the authors from the OIE or from the NIE; (ii) it is not consensual that there is a theoretical convergence between the OIE and the NIE approaches; (iii) different conceptions of institutions produce distinct policy conclusions for economic development, at least in the case of North and Chang. These observed facts are considered in light of the discussions that take place in philosophy of science, which are reflected in the methodological debates in economics. Within these methodological debates the critical realism advocated by Tony Lawson is opposed to the instrumentalism by Milton Friedman. It is argued that the difference between the OIE and the NIE is ontological, that is, North and Veblen vindicates theories based in distinct worldviews, and this can be identified through the observation of the nature of the critique of those authors to the neoclassical tradition.

## INTRODUÇÃO

O objetivo dessa Dissertação é a discussão de aspectos metodológicos subjacentes à construção teórica no âmbito da economia institucional, comumente subdividida em velha economia institucional (VEI) e nova economia institucional (NEI). Alguns autores associados a VEI são Thorstein Veblen, Clarence Ayres, John Commons e Wesley Mitchell do institucionalismo americano, bem como Geoffrey Hodgson, Warren Samuels e William Dugger do institucionalismo contemporâneo<sup>1</sup>. Aos institucionalistas da VEI é possível adicionar a proposta de uma *economia política institucional* de Ha-Joon Chang.

A NEI pode ser subdividida, segundo Théret (2003), nos trabalhos de Ronald Coase e Oliver Williamson referente aos custos de transação, na análise de Douglass North e Matthews da história econômica e da mudança institucional, e no estudo do equilíbrio num contexto de interações estratégicas, ou teoria dos jogos, de Thomas Schelling, Andrew Schotter e Martin Shubik<sup>2</sup>. Dos autores mencionados destacamos como objeto de análise a construção teórica de Veblen, Hodgson e Chang da VEI e o pensamento de North da NEI.

Pode-se dizer que a economia institucional, enquanto disciplina da Economia, inicia-se com o manifesto de 1898 de Thorstein Veblen – *Why is Economics not an Evolutionary Science* –, ainda que seja possível identificar elementos “institucionalistas” em autores anteriores a Veblen, como Adam Smith, Karl Marx e Alfred Marshall (Hodgson, 1999a). Rutherford (2001) assinala que somente em 1918 o institucionalismo emerge como um movimento identificável, tendo o termo “economia institucional” surgido apenas em 1919 com Walton Hamilton. Contudo, foi o trabalho de Veblen que ensejou a emergência do institucionalismo americano enquanto programa de pesquisa, desenvolvido e continuado por Ayres, Commons e Mitchell.

A economia institucional surge como contraponto crítico à ortodoxia econômica do final do século XIX e início do século XX, tornando-se o institucionalismo americano

---

<sup>1</sup> Naturalmente, existem mais autores associados a VEI, aqui são citados apenas alguns deles. Ver Rutherford (1994), Hodgson (1994) e Ferrari e Conceição (2001).

<sup>2</sup> Um amplo estudo acerca dos diversos aspectos teóricos da NEI pode ser encontrado em Furubotn e Richter (2005).

*mainstream* na Academia Americana no entre guerras (Rutherford, 2001). O sucesso da economia institucional era em grande parte proveniente de seu *status* de ciência empírica, ao contrário do pensamento ortodoxo, considerado excessivamente abstrato e de difícil aplicação às questões do mundo real. Deste modo, a bandeira de ciência empírica, atrelada a um maior realismo teórico, garantiu a hegemonia do institucionalismo americano no entre guerras (Rutherford, 2001, p.177-178). No entanto, após a segunda guerra mundial o institucionalismo americano encontra seu declínio. Com o desenvolvimento e a adoção de métodos econométricos em suas teorias a ortodoxia econômica não mais poderia ser acusada de negligenciar os dados empíricos. Além disso, a discussão concernente ao papel das instituições na economia foi retomada pela NEI, que procurou considerá-las a partir do arcabouço teórico neoclássico.

A necessidade de uma disciplina em Economia comprometida com a temática institucional advém da importância das instituições no sistema econômico, em que análises mais realistas do ambiente econômico não podem negligenciar como o comportamento humano é moldado pelo meio social, e como esse comportamento assim constituído e orientado tece as estruturas sociais. Nesse sentido, a compreensão da ação humana não esgota o objeto da ciência econômica, as instituições, enquanto modalidades especiais de estruturas sociais, também são importantes componentes do sistema econômico. Ademais, as instituições possuem um importante papel no desenvolvimento econômico<sup>3</sup>. De acordo com Conceição, as “instituições são como engrenagens do processo de crescimento econômico, que se manifestam em determinado momento e espaço” (Conceição, 2001, p.17).

Três fatos podem ser observados na atual literatura sobre economia institucional, delineando a problemática central desse trabalho: (1) não existe uma definição única de instituição entre os autores da VEI e da NEI; (2) não há consenso quanto à existência de uma convergência teórica entre a VEI e a NEI; (3) distintas concepções de instituição geram conclusões diferentes no que concerne ao desenvolvimento econômico e às políticas necessárias para promovê-lo.

---

<sup>3</sup> Esse fato é assinalado por autores de diversas vertentes teóricas, como North (2005b), Chang (2002), Medeiros (2001), Conceição (2001).

Fato (1). Ilustrativo da falta de uma definição única de instituição é a recente tentativa de Hodgson (2006) de uma conciliação teórica com North. Ao definir instituição como um sistema de regras sociais duráveis que estruturam as interações sociais Hodgson (2006, p.2) aproxima-se da compreensão de North (1990, p.3-4) de instituição como regras formais e informais que estruturam a interação humana. Existem ainda outros trabalhos que buscam explicitamente uma definição de instituição, como Lawson (2003b) e Searle (2005). Lawson procura destacar as instituições como tipos especiais de estruturas sociais que possuem o *poder* de constituir, restringir e habilitar a ação humana (Lawson, 2003b, p.185). Searle, por sua vez, conceitua instituição como um sistema de regras, procedimentos e práticas, coletivamente aceito, que nos habilita a criar fatos institucionais (Searle, 2005, p.27). Compatível com a definição de Lawson, Chang e Evans (2005, p.5) afirmam que as instituições precisam ser entendidas como mecanismos capazes de, ao mesmo tempo, restringir, constituir e possibilitar a ação humana. A diferença básica entre as definições mencionadas está na ênfase dada às instituições como provedoras de regras que orientam o comportamento humano, mais presente na concepção de North, e considerada mais criticamente por Hodgson, Lawson, Chang e Evans. Em uma perspectiva próxima da teoria dos jogos, instituições são entendidas como o equilíbrio de um jogo (Furubotn; Richter, 2005, p.6-10).

Fato (2). O termo *nova* economia institucional é atribuído a Williamson, que assim a teria denominado como forma de diferenciá-la da *velha* economia institucional (Coase, 1998, p.72). Contudo, Dequech (2002a) indica que ao considerar o papel cognitivo das instituições North gera problemas quanto à demarcação entre a NEI e a VEI. Hodgson (1994) procura delimitar o paradigma da VEI, mas, conforme mencionado, também busca uma conciliação conceitual com North. Ferrari e Conceição (2001) fazem referência à compreensão dos institucionalistas contemporâneos – Hodgson, Samuels e Dugger – quanto à convergência entre as duas vertentes da economia institucional, em que os dois primeiros reconheceriam uma possível continuidade entre a VEI e a NEI, enquanto Dugger acreditaria ser a VEI e a NEI inconciliáveis<sup>4</sup>. Conceição (2002) argumenta que tanto a pluralidade concernente ao conceito de instituição quanto a existência de diferentes

---

<sup>4</sup> Ver Dugger (1994).

vertentes teóricas no âmbito da economia institucional constituem um aspecto positivo e demonstrativo da riqueza teórica dessa disciplina da Economia.

Fato (3). As propostas institucionalistas para o desenvolvimento econômico de Douglass North e Ha-Joon Chang são ilustrativas do fato de que não é indiferente a adoção do referencial teórico da VEI ou da NEI. Enquanto North (2005a) enfatiza a necessidade da promoção de instituições que garantam direitos de propriedade e gerem incentivos às atividades produtivas como a prescrição básica para os países pouco desenvolvidos, Chang (2004) assinala que dificilmente verificou-se a presença dessas “boas” instituições no momento no qual os países atualmente desenvolvidos estavam se industrializando e se desenvolvendo. Nesse sentido, as evidências históricas apresentadas por Chang (2004) mostrariam que as “boas” instituições seriam antes o resultado que a condição para o desenvolvimento econômico, o que não implica que as instituições prescritas por North não sejam desejáveis. Isso também não significa que o diálogo entre as teorias de North e Chang está interdito, mas é preciso reconhecer que as conclusões dos autores acerca da temática do desenvolvimento econômico são diferentes e orientadas por vertentes teóricas distintas.

Chick (2003) assinala uma conexão entre o modo de pensamento – ou as concepções ontológicas e epistemológicas de uma teoria –, o método adotado, os supostos e conclusões implicados na construção teórica e as prescrições de política econômica. Se existe, de fato, uma conexão entre o modo de pensamento subjacente a uma teoria e suas conclusões de política econômica, e a comparação do esquema conceitual de North e Chang aponta nessa direção, a discussão concernente ao conceito de instituição e à compatibilidade entre a VEI e a NEI não é de modo algum infértil.

Sendo a Economia uma ciência social que ocupa um papel de destaque na sociedade, a influência de suas construções teóricas nos rumos da atividade econômica e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico é evidente. Nas disputas teóricas existe mais do que argumentos contra e a favor de um determinado sentido da causalidade, se das instituições para o desenvolvimento ou vice-versa. Tais argumentos podem estar refletindo divergências fundamentais quanto à visão de mundo subjacente às teorias em contenda. Como afirma Lawson (1997) toda teoria pressupõe uma ontologia, ou uma visão de

mundo. Os fundamentos ontológicos de uma teoria definem e delimitam o objeto de estudo da ciência, delineando os métodos adequados para o conhecimento desse objeto – fundamentos epistemológicos da construção teórica –, bem como direcionam as conclusões acerca de quais ações de política econômica são mais desejáveis.

Quando nos referimos às bases ontológicas e epistemológicas das teorias científicas, não podemos fazê-lo sem referência aos debates em filosofia da ciência, que se refletem nos métodos utilizados pelas várias tradições de pensamento em Economia. Portanto, não é possível considerar as questões acima apontadas sem recurso à metodologia econômica. Mas por que considerar os aspectos metodológicos das teorias econômicas se nos livros-texto todos os instrumentos necessários para a prática da ciência econômica estão apresentados e desenvolvidos? Isso nos remete à consideração do papel dos manuais na ciência.

Conforme nos informa Kuhn (2003), os manuais cumprem um importante papel na ciência ao difundir o paradigma dominante entre os membros de uma dada comunidade científica<sup>5</sup>. O que os manuais reúnem são as contribuições, consideradas mais relevantes, de autores selecionados. Todavia, de modo algum tais autores efetivamente desenvolveram suas teorias no intuito de contribuir para a tradição científica apresentada nesses manuais, que exibem apenas o resultado não intencionado, ao menos em parte, de pesquisas passadas (Kuhn, 2003, p.175). Nesse sentido, os manuais não têm o objetivo de apresentar todos os desenvolvimentos históricos de um determinado campo científico, são apenas artifícios pedagógicos que visam “familiarizar rapidamente o estudante com o que a comunidade científica contemporânea julga conhecer” (Kuhn, 2003, p.178). As teorias que compõem os manuais não apenas veiculam uma visão de mundo, mas também são edificadas e avaliadas com base em uma particular concepção metodológica. Um fato curioso é que a metodologia do *mainstream* econômico, veiculada nos manuais de Economia, raramente é posta em debate.

(...) talvez seja significativo que os economistas discutam menos sobre a cientificidade de seu campo de estudo do que profissionais de outras

---

<sup>5</sup> Para uma análise mais ampla do papel dos manuais de Economia na ciência econômica ver Cavalcante (2005, cap.5).

áreas da ciência social. Deve-se isso ao fato de os economistas saberem o que é ciência? Ou será que estão de acordo a respeito da Economia? (Kuhn, 2003, p.202).

A primeira pergunta de Kuhn não possui uma resposta única. Apesar dos economistas do *mainstream* estarem bastante seguros acerca do que vem a ser a Economia – teoria da escolha sob escassez –, outros economistas apontam não apenas para definições alternativas de ciência econômica, mas também indicam que a metodologia do *mainstream* é inadequada para analisar o objeto de estudo da Economia<sup>6</sup>. Contra ou a favor da metodologia do *mainstream*, não é possível negar a falta de consenso acerca de uma definição de ciência econômica entre as diversas vertentes teóricas em Economia. O *mainstream* representa a maioria, mas não todos os economistas. Se concordarmos que a ciência é mais que uma questão numérica, temos nesse ponto uma controvérsia saudável. Assim a segunda pergunta de Kuhn encontra resposta automaticamente, a saber, os economistas não estão de acordo a respeito da Economia, de sua definição e dos limites de seu objeto. Além disso, a evolução da ciência econômica jamais se enquadrou no esquema “ciência normal – ciência extraordinária – nova ciência normal” kuhniano, paradigmas dominantes sempre conviveram com uma pluralidade de alternativas.

No século XX tanto a tradição neoclássica quanto as tradições de pensamento heterodoxas se consolidam em torno de programas de pesquisa científicos, veiculando suas idéias através de livros-texto, periódicos especializados e encontros de Economia. O que atualmente entendemos por *mainstream* econômico pode ser identificado com a tradição neoclássica, consolidada em meados do século XX a partir da obra seminal de Samuelson (Backhouse, 1985, p.288-289), cujas idéias configuram o paradigma dominante veiculado através dos manuais de Economia. O uso de modelos matemáticos, noções de equilíbrio e maximização são característicos da tradição neoclássica. Backhouse (1985, p.372) identifica ainda a emergência de um número considerável de economistas insatisfeitos com

---

<sup>6</sup> Lawson (1997; 2003a), Hodgson (1988; 1993; 1999a; 2001), Chang (2002; 2004). Mesmo autores que se dizem alinhados à tradição neoclássica – ocupante do *mainstream* econômico – reconhecem as limitações de alguns aspectos da economia neoclássica padrão. Um exemplo é North, bem como os autores da NEI.



a economia *mainstream* no pós-segunda guerra<sup>7</sup>. Hodgson (1999a), por sua vez, menciona o surgimento de pelo menos cinco abordagens alternativas na década de 1970, a saber, economia institucional, pós-keynesianos, economia austríaca, escola da regulação e economia marxista.

Lawson (2005) afirma existir uma unidade ontológica, ou paradigmática, entre as referidas abordagens alternativas, em que suas diferenças são concernentes aos seus focos analíticos diferenciados. Deste modo, existem evidências que nos levam a supor a presença de uma pluralidade teórica em Economia que nem sempre gravita em torno da mesma ontologia (ou visão de mundo). Nesse sentido, observa-se a convivência de um programa de pesquisa *mainstream* (neoclássico) com um programa de pesquisa alternativo (abordagens heterodoxas). Esse programa de pesquisa alternativo é composto de um conjunto de enfoques teóricos diferenciados, como os referidos por Hodgson (1999a). Pode-se observar, por conseguinte, a existência de uma disputa ontológica entre o programa de pesquisa neoclássico e o alternativo, mas uma pluralidade epistemológica no interior de cada um desses programas de pesquisa. A questão é se é possível uma colaboração entre programas de pesquisa concorrentes, se apesar da contenda acerca da visão de mundo, algumas temáticas em comum podem ser mais bem iluminadas através de um diálogo interparadigmático. Essa questão nos remete às três hipóteses desse trabalho.

A primeira hipótese refere-se ao primeiro fato observado (falta de uma definição única de instituição): a falta de unidade conceitual no que tange à definição de instituição reflete uma pluralidade epistemológica, isto é, métodos e focos analíticos diferentes. A segunda hipótese relaciona-se ao segundo fato observado (debate acerca da existência ou não de uma convergência entre a VEI e a NEI): a VEI e a NEI partem de visões de mundo diferentes, em que a VEI faz parte do programa de pesquisa alternativo enquanto a NEI se aproxima do programa de pesquisa neoclássico. A terceira hipótese liga-se ao terceiro fato observado (causalidade entre desenvolvimento e instituições): diferentes conclusões sobre desenvolvimento econômico originam-se em ontologias distintas. Para avaliar essas hipóteses alguns passos são seguidos: (i) exposição do esquema conceitual dos autores e

---

<sup>7</sup> Backhouse (1985) menciona vários exemplos de abordagens alternativas, como marxistas, pós-keynesianos, austríacos, dentre outros.

sua filiação teórica; (ii) definição de instituição e seu papel no desenvolvimento econômico. Dos autores anteriormente mencionados, serão objeto de maior atenção North da NEI e Veblen, Hodgson e Chang da VEI.

A estrutura da Dissertação é composta de quatro capítulos além dessa Introdução e da Conclusão. No primeiro capítulo será considerada a proposta institucionalista de North para o desenvolvimento econômico, bem como sua análise do processo de evolução institucional. O objeto do segundo capítulo é a exposição do esquema conceitual de Veblen, que se apresenta como uma alternativa teórica à ortodoxia econômica de fins do século XIX e início do século XX. Adicionalmente, apresento as concepções de dois autores contemporâneos, Hodgson e Chang, que apesar de focalizarem temáticas ligeiramente distintas, remontam ao institucionalismo vebleniano no intuito de construir seus esquemas teóricos. No capítulo terceiro alguns debates em Filosofia da Ciência são reconstruídos, como aqueles referentes ao projeto lógico-positivista e alguns de seus críticos – Popper, Kuhn e Lakatos. O instrumentalismo metodológico também é apresentado, visto ser utilizado por alguns economistas ligados ao programa de pesquisa neoclássico. Nesse capítulo, maior atenção será dispensada ao realismo crítico de Tony Lawson, que pode ser visto como uma crítica ontológica ao projeto lógico-positivista. No capítulo quatro as questões sugeridas a partir dos três fatos observados são consideradas à luz das discussões realizadas nos capítulos anteriores.

## CAPÍTULO 1

### A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL DE DOUGLASS NORTH

A obra de Douglass North é bastante ampla, de modo que não se pretende uma exposição exaustiva do esquema conceitual do autor. Neste capítulo procuro destacar alguns pontos relevantes de sua proposta teórica como instituições, história e desenvolvimento econômico. No intuito de situar o pensamento de North nos debates em teoria econômica, sua filiação à nova economia institucional é explicitada a seguir.

Os desenvolvimentos da nova economia institucional (NEI) são comumente creditados a Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North<sup>8</sup>. O artigo de 1937 de Coase, *The nature of the firm*, é considerado a obra inaugural da NEI<sup>9</sup>. Nesse artigo, o autor desenvolve o conceito de custos de transação, utilizado tanto por Williamson quanto por North, embora de modo distinto (North, 1992, p.6). A denominação dessa escola de pensamento como *nova* economia institucional foi sugerida por Williamson como forma de diferenciá-la da *velha* economia institucional de Veblen, considerada pelos novos institucionalistas como antiteórica (Coase, 1998, p.72). Contudo, a NEI não é homogênea, visto que seus autores abordam questões concernentes às instituições de forma diversa, o que não implica que os novos institucionalistas não possuam um propósito comum, a saber, a incorporação das instituições na análise econômica.

Théret (2003) qualifica a NEI como o “institucionalismo da escolha racional”, identificando três temáticas pertencentes a essa escola de pensamento: (i) teoria da firma e custos de transação (Coase e Williamson); (ii) história econômica e mudança institucional

---

<sup>8</sup> Ver Hodgson (1994), Rutherford (1994; 2001) e Furubotn e Richter (2005).

<sup>9</sup> O artigo de 1937, *The Nature of the Firm*, em conjunto com o artigo de 1960, *The Problem of Social Cost*, proporcionaram a Coase o Prêmio Nobel de 1991. Uma síntese das idéias contidas nesses artigos pode ser encontrada na *Nobel Lecture* de Coase (1991). Outro novo institucionalista contemplado com o Prêmio Nobel, em 1993, foi Douglass North, que dividiu o prêmio com Robert Fogel. Dois dos seus mais importantes livros são *Structure and Change in Economic History*, publicado em 1981, e *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, publicado em 1990. Para um quadro resumido de suas idéias ver North (1993c). O *download* das *Nobel Lectures*, bem como os discursos e auto-biografias dos economistas contemplados com o Prêmio Nobel de Economia podem ser obtidos no site: <<http://nobelprize.org/economics/laureates/>>.

(North e Matthews); (iii) equilíbrio num contexto de interações estratégicas, teoria dos jogos (Schelling, Schotter e Shubik). Nesse capítulo, apenas o esquema conceitual de North será objeto de uma análise mais detalhada, o que não significa que seu pensamento seja representativo da NEI, pois existem diferenciações não apenas entre seus autores fundadores, mas também, como assinala Théret, estão presentes temáticas distintas no conjunto de questões teóricas abordadas por essa escola de pensamento.

Em sintonia com a proposta da NEI, North sugere a discussão de questões referentes à história e às instituições a partir do instrumental teórico neoclássico<sup>10</sup>. Nesse propósito será necessário substituir o suposto de racionalidade substantiva pelo suposto de racionalidade limitada. Com a modificação do suposto de racionalidade torna-se possível analisar a história e o desenvolvimento econômico nos limites do programa de pesquisa neoclássico, permitindo a North sugerir explicações concorrentes para temáticas usualmente consideradas em programas de pesquisa heterodoxos. Destarte, esse capítulo tem como objetivo a compreensão da forma como North trata as instituições a partir do instrumental teórico microeconômico, permitindo a discussão da história econômica e do desenvolvimento econômico no âmbito do programa de pesquisa neoclássico.

O capítulo encontra-se estruturado em quatro subseções. Na primeira subseção a crítica de North à economia neoclássica padrão é considerada, o que nos permitirá observar sua postura em relação à tradição neoclássica. Na segunda subseção exponho a compreensão de North acerca das instituições, com destaque para aquelas referidas pelo autor – Estado, direitos de propriedade e ideologia. A terceira subseção destina-se à apresentação da noção de história econômica adotada por North – a cliometria, ou nova história econômica. A quarta subseção trata da questão do desenvolvimento econômico, em que as instituições convertem-se, segundo North, em importantes instrumentos de promoção do desenvolvimento.

### **1.1. Da natureza da crítica de North ao programa de pesquisa neoclássico**

---

<sup>10</sup> Importante notar que embora tenha o arcabouço neoclássico como ponto de partida o autor é crítico da economia neoclássica padrão, ou o que North (1990, p.12) denomina como *modelo econômico neoclássico puro*. O autor afirma sua posição em suas obras mais citadas – North (1981, 1990) –, em sua *Nobel Lecture* – North (1993c) –, bem como a reafirma em seu mais recente livro – North (2005a).

Antes de considerar a natureza da crítica de North à tradição neoclássica, apresento a fonte teórica de algumas de suas idéias. Ao longo da obra de North é possível identificar as mais diversas influências teóricas, destaco aquelas referidas explicitamente pelo autor. Adam Smith, Karl Marx, Friedrich von Hayek e Frank Knight são freqüentemente citados por North, que reconhece as contribuições desses autores à ciência econômica. Em seu mais recente livro, North (2005a) utiliza-se amplamente de idéias creditadas a Hayek, como o papel das crenças no processo de escolha, a noção de evolução cultural e os desenvolvimentos no campo da ciência cognitiva. North (2005a, p.13-14) adota o conceito de risco e incerteza de Knight, fazendo, contudo, algumas modificações. Knight teria limitado a demarcação entre risco e incerteza a um critério probabilístico, contudo, argumenta North, existem resultados acerca dos quais não temos qualquer idéia, mas os indivíduos estão constantemente tentando tornar o ambiente mais previsível, e o fazem através da criação de instituições. Marx é reconhecido como o autor que teria feito as declarações mais poderosas acerca da mudança secular, pois analisa temáticas não consideradas pelo esquema conceitual neoclássico como instituições, Estado, direitos de propriedade e ideologia (North, 1981, p.61).

North assinala ainda que existem quatro elementos fundamentais para a compreensão da performance econômica, implícitos na *Riqueza das Nações* de Smith, que foram negligenciados pelos modernos neoclássicos precisamente por envolverem explícita análise institucional, são eles: (i) movimento da troca pessoal para a troca impessoal; (ii) especialização e divisão do trabalho, que demanda uma especialização do conhecimento; (iii) o bom funcionamento dos mercados de produtos e fatores depende de estruturas de incentivos; (iv) o bom funcionamento dos mercados requer a presença do governo (North, 2005a, p.84-85). Importante mencionar que North utiliza-se do conceito de Estado hobbesiano, afirmando que o “Estado hobbesiano é uma extensão lógica do modelo neoclássico aplicado à teoria do Estado” (North, 1981, p.45), visto ser do interesse dos

agentes econômicos a restrição do comportamento através de regras que governem a ação individual<sup>11</sup>.

Além disso, North (1981) recebe influências do pensamento sociológico, referindo-se ao trabalho de Berger e Luckman, *A Construção Social da Realidade*, como importante para o desenvolvimento de uma sociologia do conhecimento, ou teoria da ideologia, voltada à compreensão de como o conhecimento é adquirido. Outra contribuição do pensamento sociológico ao esquema conceitual de North provém dos conceitos de lei jurídica, convenção e costume, desenvolvidos por Max Weber em *Economia e Sociedade*. Tais conceitos aparecem, na teoria de North, sob a forma de restrições formais e informais (restrições institucionais), além da ideologia como restrição auxiliar<sup>12</sup>. North (2005a) enfatiza ainda a contribuição de Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, obra na qual a religião é estudada como um fenômeno economicamente importante, ou seja, como a religião influencia eventos econômicos, no caso a emergência do capitalismo no mundo ocidental<sup>13</sup>. North (2005b) identifica três determinantes fundamentais do crescimento econômico: determinantes econômicos básicos, estrutura institucional e herança cultural de uma sociedade. Segundo o autor, diferentes crenças culturais ensejam o surgimento de estruturas institucionais distintas. Por sua vez, as crenças culturais se originam na religião, determinada por fatores demográficos.

É razoável concluir que as origens de algumas normas, incluindo aquelas enraizadas nas crenças religiosas, devem ter tido sua fonte última nos aspectos básicos da agricultura primitiva com características climáticas, do

---

<sup>11</sup> A compreensão de North acerca do Estado será apresentada na próxima subseção.

<sup>12</sup> O conceito de ideologia de North é apresentado na próxima subseção.

<sup>13</sup> Fenômenos economicamente importantes são aqueles que, como a religião, “não interessam sob o ponto de vista da sua importância econômica ou por causa dela (...). Porém, em determinadas circunstâncias, podem adquirir uma importância econômica sob esse ponto de vista, dado que deles resultam determinados efeitos que nos interessam sob uma perspectiva econômica” (Weber, 2003, p.20). Fenômenos economicamente condicionados são aqueles que, como a arte, não são fenômenos econômicos, mas que “mostram em determinados aspectos fundamentais do seu caráter uma influência, mais ou menos intensa, por parte de motivos econômicos, em nosso caso através da natureza do meio social do público interessado pela arte” (Weber, 2003, p.20).

<sup>14</sup> “It is reasonable to conclude that the origins of some norms, including those embedded in religious beliefs, may have had their ultimate source in basic features of primitive agriculture with diverse climatic, soil, and product characteristics imposing organizational imperatives on the players” (North, 2005b, p.3).

solo e do produto diversas que impuseram imperativos organizacionais nos jogadores (North, 2005b, p.3).

North cita os estudos de Avner Greif, que apontam para duas modalidades de organização comercial entre os negociantes muçulmanos e genoveses. Enquanto os comerciantes genoveses praticavam trocas impessoais, dado o tamanho do mercado e a diversidade étnica entre os negociantes, os comerciantes muçulmanos não desenvolveram a modalidade de trocas impessoais, dada a homogeneidade étnica do grupo e o pequeno número de negociantes (North, 2005b, p.3). Desta forma, as diferentes influências climáticas, demográficas e étnicas, às quais comerciantes genoveses e muçulmanos estiveram expostos, teriam dado origem a crenças religiosas, por conseguinte, a matrizes institucionais, distintas.

Provavelmente nem todos os autores citados por North concordariam com a economia neoclássica moderna, muitos deles poderiam ser ditos críticos ou da economia neoclássica padrão ou de todo o programa de pesquisa neoclássico. O que a referência às influências teóricas de North nos permite observar é como o autor busca o diálogo com outras correntes de pensamento, procurando considerar temáticas não abordadas pela economia neoclássica padrão.

Um fato curioso é a negligência em relação à tradição da VEI, que North (1992), assim como Coase (1998), qualifica como ateorica. North raramente menciona o trabalho de Veblen. Apenas em seu último livro, *Understanding the Process of Economic Change*, é feita uma rápida referência à preocupação de Veblen no que concerne a questões usualmente consideradas pela economia evolucionária, sem, contudo, integrar as idéias de Veblen ao seu esquema conceitual. De fato, a NEI não se apresenta como uma continuação da VEI, mas sim como fornecedora de contribuições que se inserem no âmbito do programa de pesquisa neoclássico. O reconhecimento de Veblen como participante de um programa de pesquisa alternativo explicaria, em parte, essa negligência de North em relação ao pensamento de Veblen.

Apesar de North negar que Veblen tenha desenvolvido algum tipo de teoria, a preocupação científica dos autores é bem próxima. De acordo com Backhouse (1985,

p.377), tanto North quanto Veblen pretenderam explicar a mudança institucional, embora os autores diverjam quanto às forças subjacentes a essa mudança. North intenciona ampliar o escopo do instrumental microeconômico, trabalhando assuntos não considerados pela economia neoclássica padrão, ao contrário de Veblen, e da VEI, cujo projeto era a construção de um programa de pesquisa alternativo ao neoclássico.

Ao contrário do Institucionalismo derivado de Veblen, a nova economia institucional não rejeita o marginalismo. Sua ênfase é na extensão do escopo da microeconomia ortodoxa através da consideração de aspectos do sistema econômico anteriormente negligenciados. Detalhes institucionais adicionais são introduzidos nos modelos teóricos, tornando-os menos abstratos (Backhouse, 1985, p.377)<sup>15</sup>.

Velhos institucionalistas e novos institucionalistas possuem o projeto comum de construir teorias econômicas mais realistas, e esse é um ponto que une essas duas escolas de pensamento em relação à crítica direcionada à economia neoclássica padrão. Coase, por exemplo, acusa os economistas de possuírem uma caixa de ferramentas sem qualquer objeto de estudo, algo como se estudassem “a circulação do sangue sem um corpo” (Coase, 1998, p.73). Contudo, mesmo negando e/ou negligenciando seu objeto de estudo, a tradição neoclássica possui um conjunto de asserções ontológicas, derivadas da definição mesma do objeto de estudo da Economia. A ontologia neoclássica, assumida pela NEI, é o que distingue essa escola institucionalista da velha economia institucional. Através de um rápido exame dos manuais de Economia é possível identificar alguns elementos definidores do programa de pesquisa neoclássico: (i) escolha sob escassez (individualismo); (ii) uso de modelos matemáticos; (iii) noções de equilíbrio e maximização<sup>16</sup>. Vejamos como North estabelece os limites da sua crítica à tradição neoclássica.

---

<sup>15</sup> “Unlike the Institutionalism stemming from Veblen, the new institutional economics does not reject marginalism. Its emphasis is on extending the scope of orthodox microeconomics by taking account of previously neglected features of the economic system. Greater institutional details is introduced into theoretical models, making them less abstract” (Backhouse, 1985, p.377).

<sup>16</sup> Para citar os mais conhecidos manuais, ver Varian (1992), Mas-Colell (1995) e Mankiw (1999).



A estrutura analítica é uma modificação da teoria neoclássica. O que retém é o suposto fundamental de escassez e, portanto, competição e as ferramentas analíticas da teoria microeconômica. O que modifica é o suposto de racionalidade. O que adiciona é a dimensão do tempo (North, 1993c)<sup>17</sup>.

Quanto ao primeiro item, escolha sob escassez, North está de acordo com a economia neoclássica padrão. Essa definição do objeto da Economia configura uma ontologia científica, ou uma descrição de como se constitui o sistema econômico. A *escolha* é uma categoria concernente ao comportamento individual, enquanto a *escassez* nos diz algo sobre a configuração das estruturas sociais. Se os recursos do sistema econômico são escassos a alocação desses recursos impõe-se como um problema teórico legítimo. A presença de recursos escassos remete à idéia de que os fatores com os quais os indivíduos se deparam são dados e não podem ser utilizados de forma ilimitada. Não há como criar recursos, caso pudessem ser criados existiria a possibilidade dos indivíduos os tornarem abundantes. Por conseguinte, recursos escassos podem no máximo ser *alocados* ou *realocados*, jamais *criados* pelos indivíduos. Deste modo, dadas as estruturas sociais, a ação individual tem o papel de alocar e realocar os recursos do sistema econômico através de suas escolhas. Assim é possível entender a ênfase da ciência econômica *mainstream* no comportamento e nas preferências individuais para explicar o sistema econômico. North deixa o foco no indivíduo claro ao definir Economia como a teoria da escolha: “*Economics is a theory of choice – so far so good*” (North, 2005a, p.11). Trata-se, portanto, de investigar como os indivíduos fazem suas escolhas num ambiente no qual os recursos são escassos. Como e se as estruturas sociais são compostas e modificadas organicamente pela ação individual é uma possibilidade que parece interdita pela hipótese de escassez de recursos.

Outro elemento da economia neoclássica padrão que North sugere que seja mantido são as ferramentas analíticas da teoria microeconômica, ou seja, maximização sob restrição. Tais ferramentas analíticas são perfeitamente compatíveis com a ontologia científica acima delineada, a saber, indivíduos escolhem (maximização) entre recursos

---

<sup>17</sup> “The analytical framework is a modification of neo-classical theory. What it retains is the fundamental assumption of scarcity and hence competition and the analytical tools of micro-economic theory. What it modifies is the rationality assumption. What it adds is the dimension of time” (North, 1993c).

escassos (restrição). Assim construída, a teoria é passível de formalização matemática, respeitando as exigências epistemológicas do *mainstream* econômico<sup>18</sup>. No esquema da teoria do consumidor poderia se pensar em curvas de indiferença, refletindo as preferências individuais a serem otimizadas sob a restrição orçamentária com a qual os indivíduos se deparam. Analogamente, na teoria institucionalista de North, as instituições fornecem as restrições que permitem aos indivíduos realizar suas escolhas. Segundo o autor, definir “instituições como restrições que os seres humanos impõem em si mesmos torna tal definição complementar à abordagem da teoria da escolha da teoria econômica neoclássica” (North, 1990, p.5).

Além das instituições (regras do jogo), North menciona dois outros elementos do sistema econômico – organizações e indivíduos (jogadores). Assim caracterizado o sistema econômico, a questão que emerge imediatamente remete a problemas de coordenação e cooperação entre os jogadores. Tal questão, ao contrário das instituições, já possuía, segundo North, tratamento no âmbito da teoria dos jogos. O autor sugere a revisão de alguns supostos do *modelo econômico neoclássico puro* (ou economia neoclássica padrão), que supõe que indivíduos racionais maximizadores decidirão cooperar quando: (i) as interações (jogos) forem repetidas; (ii) existir informação completa sobre os outros jogadores; (iii) presença de um número reduzido de jogadores (North, 1990, p.12). De acordo com North, essa descrição do sistema econômico é irrealista, pois nas situações econômicas cotidianas as interações podem não se repetir, sendo caracterizadas por um ambiente de informação incompleta e a presença de um grande número de jogadores.

Ademais, ao conjunto de problemas neoclássicos North insere o tempo em sua análise, permitindo ao autor considerar a evolução das economias numa perspectiva dinâmica. Assim a história é incorporada ao esquema conceitual de North, não obstante seja adotada uma concepção particular de história – a cliometria (ou nova história

---

<sup>18</sup> A questão dos fundamentos metodológicos da tradição neoclássica será trabalhada adiante. Contudo, uma rápida referência pode ser feita acerca da epistemologia neoclássica. Lisboa (1998) assume como fundamentos da tradição neoclássica o falseabilismo popperiano, o instrumentalismo de Friedman, que garante a produção de previsões acuradas acerca dos eventos econômicos e, conseqüentemente, a afirmação da cientificidade das teorias neoclássicas a partir de seu pertencimento a um programa de pesquisa progressivo, aquele no qual emergem teorias com maior capacidade preditiva e os eventos previstos são corroborados empiricamente.

econômica). Segundo North (1977, 1997b), a cliometria adotaria alguns supostos neoclássicos como individualismo metodológico, suposto comportamental de racionalidade e o conceito de custo de oportunidade. Entretanto, o autor aponta os limites impostos pela economia neoclássica padrão ao desenvolvimento da nova história econômica, a saber, o não reconhecimento dos custos de transação, a falta de uma teoria do Estado (*public choice theory*) e a ausência de teorias explicativas da alocação de recursos fora do mercado (direitos de propriedade e ideologia).

Diante das questões assinaladas por North, emerge a seguinte pergunta: como os indivíduos realizam suas escolhas num ambiente no qual a dimensão temporal está presente, a informação é incompleta, as interações não são repetidas e existe uma grande quantidade de indivíduos interagindo? No esquema conceitual neoclássico, entender como os indivíduos escolhem é fundamental para a compreensão do sistema econômico, e é justamente no que concerne à constituição do comportamento individual que North sugere uma modificação na economia neoclássica padrão. Para considerar as questões indicadas na teoria da escolha, North acredita ser necessário modificar o suposto de racionalidade instrumental. Os indivíduos não devem ser entendidos como dotados de uma racionalidade completa, mas de uma racionalidade limitada, ou seja, os indivíduos não são capazes de processar toda informação disponível.

A distinção entre o suposto de racionalidade substantiva (ou instrumental) e o suposto de racionalidade limitada remonta a Herbert Simon, que define racionalidade limitada como o termo “usado para designar escolha racional que leva em consideração as limitações cognitivas do agente que toma decisões – limitações tanto do conhecimento quanto da capacidade computacional” (Simon, s.d., p.15). A idéia central remete à quantidade de informação que o cérebro humano é capaz de processar. Indivíduos dotados de racionalidade substantiva são capazes de processar toda informação necessária à realização da escolha ótima. Já indivíduos dotados de racionalidade limitada possuem uma capacidade computacional limitada, não estando habilitados a processar toda informação necessária para a maximização. Deste modo, indivíduos limitados cognitivamente não maximizam, mas obtém um *second best*, ou a melhor alternativa possível dada sua limitação cognitiva. Simon denominou essa modalidade de comportamento como

*satisficing*. De acordo com North, a existência das instituições está ligada a um ambiente econômico no qual estão presentes indivíduos limitados cognitivamente.

Num mundo de racionalidade instrumental as instituições são desnecessárias; idéias, ideologias, mitos, dogmas não importam; e os mercados eficientes, tanto políticos quanto econômicos caracterizam as sociedades. Mas no mundo real os atores possuem informação incompleta e capacidade computacional limitada para processar tal informação. Em consequência eles desenvolvem regras habituais e normas para estruturar a troca (North, 1993b, 159-160)<sup>19</sup>.

Deste modo, para North as instituições compõem o sistema econômico como um importante complemento cognitivo, redutor da incerteza característica de um mundo no qual os indivíduos são dotados de uma racionalidade limitada, as interações não são repetidas, a informação acerca dos demais jogadores não é completa e é grande o número de jogadores.

A história econômica, as instituições, e os demais elementos componentes do esquema conceitual de North serão considerados em maior detalhe nas subseções seguintes. O que a discussão acerca da crítica de North à econômica neoclássica padrão nos permite identificar é a forma como o autor se insere nos debates em Economia. O objetivo de North é considerar instituições, história e desenvolvimento econômico a partir das ferramentas analíticas da teoria microeconômica. Esse ponto é ilustrativo da natureza da crítica de North, bem como de Coase e Williamson, à economia neoclássica padrão. Esses autores não visam propor um programa de pesquisa alternativo, mas ampliar o conjunto de problemas considerados a partir do instrumental teórico neoclássico.

A partir da idéia de “meta-axiomas neoclássicos” Arnsperger e Varoufakis (2006) sistematizam a definição do núcleo rígido neoclássico em torno de três axiomas: (1) individualismo metodológico: toda explicação da economia deve ser empreendida no nível do agente individual; (2) instrumentalismo metodológico: todo comportamento humano é orientado por preferências, sendo entendido como um meio de otimização da satisfação

---

<sup>19</sup> “In the world of instrumental rationality institutions are unnecessary; ideas, ideologies, myths, dogmas don’t matter; and efficient markets, both political and economic characterize societies. But in the real world the actors have incomplete information and limited mental capacity by which to process that information. In consequence they develop regularized rules and norms to structure exchange” (North, 1993b, 159-160).

individual; (3) equilibrismo metodológico: consiste em descobrir um equilíbrio, supor que os agentes encontram-se nesse equilíbrio e, por fim, demonstrar que esse equilíbrio é estável.

Na apreciação dos elementos mantidos e alterados por North no que concerne à economia neoclássica padrão, os três pontos destacados por Arnsperger e Varoufakis podem ser observados no esquema conceitual de North. O ponto (1) fica claro quando o autor afirma: “Instituições são criações dos seres humanos. Elas evoluem e são alteradas pelos seres humanos; portanto nossa teoria deve começar com o indivíduo” (North, 1990, p.5)<sup>20</sup>. Embora o autor proponha a modificação do suposto de racionalidade, ainda é feita referência ao comportamento maximizador sob restrição (North, 1981, p.7). Isso torna o pensamento de North compatível com o ponto (2). Se o sistema econômico é composto de indivíduos que realizam suas escolhas a partir de algum suposto de racionalidade sob as restrições usuais da teoria econômica, mais as restrições institucionais sugeridas por North, então é preciso entender como essas ações são coordenadas. Encontrar um estado de equilíbrio é, portanto, fundamental para garantir consistência teórica a uma análise do sistema econômico (macro) que começa com o indivíduo (micro). Assim North aproxima-se do ponto (3).

Identificar o pensamento de North com o programa de pesquisa neoclássico não invalida suas contribuições. Contudo, se existem autores institucionalistas que partem de ontologias científicas distintas, suas propostas teóricas não podem ser negligenciadas. A questão relevante é em que medida North consegue tratar *adequadamente* as instituições, a história e o desenvolvimento econômico a partir das ferramentas analíticas da teoria microeconômica. Essa questão nos remete à apreciação dos fundamentos metodológicos do esquema conceitual de North. Porém, antes de qualquer análise metodológica é preciso apresentar, de modo mais detalhado, as idéias do autor, o que é feito nas próximas subseções. Uma consideração da *adequação* da teoria de North terá que esperar até a exposição do pensamento velho institucionalista, objeto do capítulo segundo, visto que a

---

<sup>20</sup> “Institutions are a creation of human beings. They evolve and are altered by human beings; hence our theory must begin with the individual” (North, 1990, p.5).

adequação ou objetividade das teorias científicas é verificável apenas em comparação com outras teorias concorrentes<sup>21</sup>.

## **1.2. Instituições: o papel do Estado, dos direitos de propriedade e da ideologia no sistema econômico**

Como visto anteriormente, North não ultrapassa as fronteiras do programa de pesquisa neoclássico. O objetivo desse item é a apresentação do conceito de instituição e a forma como essa categoria é inserida no arcabouço teórico neoclássico, do qual North assume a definição do objeto da Economia como escolha sob escassez, modifica o suposto de racionalidade e insere o tempo. A inclusão da dimensão temporal e a adoção de um suposto de racionalidade limitada habilita North a discutir história econômica, bem como questões relativas à incerteza e à informação. Iniciemos com a definição de instituição fornecida pelo autor:

Instituições são as regras do jogo numa sociedade, ou mais formalmente, são as restrições humanamente criadas que moldam a interação humana. Em consequência elas estruturam os incentivos na troca humana, seja política, social, ou econômica. A mudança institucional molda a maneira como as sociedades evoluem ao longo do tempo e, portanto, é a chave para a compreensão da mudança histórica (North, 1990, p.3)<sup>22</sup>.

O autor remete a dois aspectos concernentes às instituições, sua constituição e seu papel na evolução das sociedades ao longo do tempo. Quanto à sua constituição, North define instituições como *restrições* criadas pelos indivíduos e responsáveis pelo *molde* da interação humana. Nesse sentido, as instituições fornecem as regras do jogo a partir das quais os jogadores – indivíduos e organizações – realizam suas escolhas. As instituições

---

<sup>21</sup> A adequação das teorias é considerada com base na metodologia do realismo crítico de Tony Lawson, objeto do capítulo terceiro.

<sup>22</sup> “Institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic. Institutional change shapes the way societies evolve through time and hence is the key to understanding historical change” (North, 1990, p.3).

“definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos” (North, 1990, p.4), através da imposição de restrições formais e informais<sup>23</sup>. As *restrições formais* são as regras codificadas que as pessoas concebem como leis e constituições, enquanto as *restrições informais* são convenções e códigos de conduta auto-impostos pelos indivíduos (North, 1990, p.4).

Definir instituição como uma restrição à ação humana significa que a interação individual recebe da armação institucional *informações* acerca daquelas atividades que podem e que não podem ser executadas. Algumas dessas informações encontram-se codificadas em algum tipo de legislação (restrições formais) e outras consistem em convenções sociais não codificadas (restrições informais). Segundo o autor, as restrições institucionais são “perfeitamente análogas às regras do jogo de um esporte coletivo competitivo” (North, 1990, p.4)<sup>24</sup>.

Três elementos do sistema econômico foram mencionados: instituições (regras do jogo), organizações e indivíduos (jogadores). North (1990, p.4-5) sugere uma distinção entre instituições e organizações. As organizações são, ao lado dos indivíduos, jogadores que elaboram estratégias que os levem ao melhor resultado, ou que lhes permitam tirar proveito dos incentivos fornecidos pela matriz institucional. Quando um conjunto de indivíduos se insere num jogo com um propósito comum fala-se em organizações como

---

<sup>23</sup> Hodgson (2006) assinala uma imprecisão quanto aos termos utilizados por North em sua definição de instituição. Por exemplo, na definição fornecida em North (1993c), as instituições são compostas de *restrições formais* e *restrições informais*, enquanto na definição em North (1991, 1993a, 2005b), instituições são definidas como *regras formais* e *restrições informais*. Ademais, em North (1997a, 2005a) se faz referência a *regras formais* e *normas informais*. Em North (2005a), o autor menciona ainda *instituições formais* e *instituições informais*. Não faz parte do objetivo do presente trabalho a análise da terminologia de North, portanto, utilizo a terminologia *restrição formal* e *restrição informal* ao longo deste trabalho.

<sup>24</sup> Essa asserção de North é facilmente verificável em esportes coletivos como o futebol, no qual existem restrições formais (análogo dos direitos de propriedade) que devem ser observadas e garantidas pelo árbitro e seus auxiliares (análogo ao Estado), como marcação de impedimento, falta, mão na bola, etc. As restrições informais não são passíveis de punição pelo árbitro, fazendo parte de códigos de conduta não codificados (*fair-play*), mas que normalmente são seguidos pelos jogadores, como devolução da bola para o time oponente quando este a retira de jogo para atendimento médico de algum jogador, não ofender o adversário verbalmente, etc. Naturalmente, caso os jogadores internalizem as restrições formais e/ou informais do jogo (análogo à ideologia), a partida torna-se mais fácil para o árbitro, que não precisa aplicar a todo o momento as punições cabíveis e o jogo flui sem muitos conflitos e interrupções prejudiciais à partida (análogo à economia) e aos jogadores (análogo a indivíduos e organizações). Deste modo, as instituições possibilitam o jogo através do fornecimento de regras para a interação dos jogadores, mas sozinhas não garantem a estabilidade da partida, pois os jogadores também possuem importante participação no molde das restrições efetivas e, conseqüentemente, do resultado do jogo.

jogadores. Organizações são formas de instituições, como partidos políticos, agências reguladoras, firmas, sindicatos, cooperativas, Igrejas, clubes, Universidades, etc. No interior das organizações existem restrições formais e informais construídas por indivíduos que compartilham de um determinado objetivo. As restrições institucionais em si não possuem desígnios implícitos ou explícitos, mas os indivíduos agem intencionalmente (North, 2005a, p.42), e na medida em que se reúnem em torno de finalidades compartilhadas criam organizações nas quais embutem seus propósitos. Naturalmente, os indivíduos lutam para modificar e reorientar os objetivos das organizações das quais fazem parte, pois é difícil assumir que os propósitos individuais sempre são compatíveis com as finalidades cristalizadas nas organizações. No entanto, a relação de poder é um ponto pouco desenvolvido na teoria de North (1981), que menciona apenas os problemas relativos aos formuladores de regras no Estado, que ao agirem em seu interesse próprio podem acabar gerando instituições que não proporcionem bons resultados econômicos, diretamente ligados a direitos de propriedade ineficientes<sup>25</sup>. No que segue, consideremos mais atentamente as restrições institucionais mencionadas por North: Estado, direitos de propriedade e ideologia.

O Estado especifica e garante os direitos de propriedade, sendo “responsável pela eficiência da estrutura de direitos de propriedade, que induzem ao crescimento ou à estagnação ou ao declínio econômico” (North, 1981, p.17). Para que possa exercer o papel de árbitro dos direitos de propriedade o Estado deve possuir o uso exclusivo da força. Vejamos como North define o Estado.

(...) um Estado é uma organização com uma vantagem comparativa em violência, se estendendo ao longo de uma área geográfica cujas fronteiras são determinadas pelo seu poder de taxar seus constituintes. A essência dos direitos de propriedade é o direito de excluir, e uma organização que possui uma vantagem comparativa em violência está na posição de especificar e garantir os direitos de propriedade (North, 1981, p.21)<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> North (1981, p.7) define eficiência como a situação na qual o comportamento maximizador gera aumentos no produto. Ineficiência econômica é entendida como a situação na qual o comportamento maximizador não gera aumentos no produto.

<sup>26</sup> “(...) a state is an organization with a comparative advantage in violence, extending over a geographic area whose boundaries are determined by its power to tax constituents. The essence of property rights is the right



North (1981, p.21) sustenta que sua concepção de Estado é diferente daquela adotada por sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, justamente por definir o Estado a partir do uso da violência como forma de controle dos recursos do sistema econômico. Duas explicações concernentes ao Estado são destacadas: a teoria dos contratos e a teoria predatória. A teoria dos contratos entende que o Estado tem como objetivo a maximização da riqueza da sociedade, o que permite a essa teoria explicar o desenvolvimento de direitos de propriedade eficientes, promotores do crescimento econômico (North, 1981, p.22). A teoria predatória compreende o Estado como composto por grupos ou classes cujo objetivo é a extração de renda dos constituintes em seu próprio interesse. Isso explicaria a maximização da renda desses grupos e classes que estão no poder, que maximizam sua renda através da especificação dos direitos de propriedade que lhes convém, desconsiderando os impactos na riqueza da sociedade como um todo (North, 1981, p.22). North não vê uma incompatibilidade entre essas duas teorias, que apenas compreendem a distribuição da violência potencial de forma diferente. Enquanto a teoria dos contratos assume uma distribuição da violência uniforme, a teoria predatória admite uma distribuição desigual da violência entre os indivíduos.

North visa explicar como o Estado pode produzir direitos de propriedade ineficientes, deixando de promover o crescimento sustentado<sup>27</sup>, bem como a instabilidade inerente ao Estado, causa da mudança e do declínio econômico. Nesse propósito North (1981, p.23-24) sugere um modelo de Estado ocupado por governantes maximizadores de riqueza e utilidade que possui três características: (i) o Estado troca um grupo de serviços (proteção e justiça) por impostos; (ii) o Estado age como um monopolista discriminador, separando os grupos de constituintes e desenvolvendo direitos de propriedade para cada um desses grupos no intuito de maximizar a renda proveniente dos impostos; (iii) o Estado

---

to exclude, and an organization which has a comparative advantage in violence is in the position to specify and enforce property rights" (North, 1981, p.21).

<sup>27</sup> North define crescimento econômico sustentado como a situação na qual o crescimento do produto ocorre a uma taxa superior ao crescimento da população (North, 1981, p.22). Essa definição não é a mesma que é comumente utilizada na literatura econômica. O conceito de desenvolvimento sustentável mais usual está baseado no *Bruntland Report* das Nações Unidas: "Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades" (United Nations, 1987, p.54).

encontra a restrição dos custos de oportunidade, pois seus constituintes podem optar por rivais (outros Estados ou outros governantes) capazes de fornecer o mesmo grupo de serviços.

North especifica duas restrições com as quais o Estado se depara: restrição competitiva e restrição quanto aos custos de transação. A restrição competitiva é aquela que o governante encontra quando na presença de Estados ou governantes substitutos (restrição dos custos de oportunidade). Como forma de manter o Estado, o governante implementará os direitos de propriedade exigidos pelos grupos poderosos, a despeito dos impactos dessa estrutura de direitos de propriedade para os demais membros da sociedade. A restrição quanto aos custos de transação remete aos custos envolvidos na manutenção de direitos de propriedade eficientes, que demandam gastos com monitoramento, o que reduz os rendimentos do governante. Nesse sentido, o governante pode decidir implementar direitos de propriedade ineficientes, mas com custos de monitoramento mais reduzidos. Essas duas restrições impostas ao Estado explicariam a perpetuação de direitos de propriedade ineficientes (North, 1981, p.24).

De acordo com North (1981, p.17-18), uma teoria dos direitos de propriedade é necessária para explicar as organizações econômicas, desenvolvidas pelos indivíduos no intuito de reduzir os custos de transação e organizar a troca. Segundo o autor, direitos de propriedade são definidos do seguinte modo:

Direitos de propriedade são os direitos individuais de apropriação de seu próprio trabalho e dos bens e serviços que eles possuem. A apropriação é uma função de regras legais, organizações formais, coação, e normas de comportamento – isto é, da armação institucional (North, 1990, p.33)<sup>28</sup>.

Se o Estado fosse neutro, os direitos de propriedade seriam automaticamente eficientes, contudo, existe uma tensão entre os desejos dos governantes e o esforço de determinadas organizações no sentido da redução dos custos de transação envolvidos na troca. Deste modo, os grupos pressionarão os governantes para que as regras do jogo sejam

---

<sup>28</sup> “Property rights are the rights individuals appropriate over their own labor and the goods and services they possess. Appropriation is a function of legal rules, organizational forms, enforcement, and norms of behavior – that is, the institutional framework” (North, 1990, p.33).

modificadas, mobilizando recursos para tal finalidade (North, 1981, p.18). Uma teoria dos direitos de propriedade torna-se, portanto, necessária e complementar à teoria do Estado na explicação da matriz institucional resultante das interações individuais.

North menciona, por fim, a necessidade de consideração do problema do carona (*free rider*) – situação na qual existem incentivos privados à violação das regras, mas com custos sociais. O autor assinala que a teoria neoclássica é capaz de explicar porque os indivíduos não respeitam as regras na ausência de punição, mas não explica situações nas quais existem incentivos (sem custos) à violação dessas regras e os indivíduos, mesmo sem risco de punição, as obedecem.

O modelo neoclássico possui um dilema assimétrico incutido em sua função comportamental porque assume ao mesmo tempo a maximização de riqueza e o modelo hobbesiano de Estado, que restringirá o comportamento para produzir um sistema político viável. Se os indivíduos estão agindo racionalmente com respeito ao primeiro suposto, então eles estão agindo irracionalmente com respeito ao segundo (North, 1981, p.45)<sup>29</sup>.

Destarte, a ideologia surge como uma restrição auxiliar às demais restrições institucionais. Sua importância advém da presença de elevados custos de monitoramento, em que “na ausência de convicções ideológicas para restringir o indivíduo maximizador, a viabilidade das organizações econômicas estaria ameaçada” (North, 1981, p.44)<sup>30</sup>. Acrescenta o autor: “Sólidos códigos morais e éticos de uma sociedade são o cimento da estabilidade social que torna um sistema econômico viável” (North, 1981, p.47)<sup>31</sup>. Esses códigos morais e éticos são obtidos através da família (socialização primária) e de outras instituições como igreja, escola, etc. (socialização secundária)<sup>32</sup>. Deste modo, a ideologia

---

<sup>29</sup> “The neoclassical model has an asymmetrical dilemma built into its behavioral function because it assumes both wealth maximization and the Hobbesian model of the state, which will constrain behavior to produce a viable political system. If individuals are acting rationally with respect to the first assumption then they are acting irrationally with respect to the second” (North, 1981, p.45).

<sup>30</sup> “(...) in the absence of ideological convictions to constrain individual maximizing, the viability of economic organization is threatened” (North, 1981, p.44).

<sup>31</sup> “Strong moral and ethical codes of a society is the cement of social stability which makes an economic system viable” (North, 1981, p.47).

<sup>32</sup> Nesse ponto, North faz referência explícita à sociologia do conhecimento de Berger e Luckman (1968).

pode ser entendida como restrições institucionais *internalizadas* e auto-impostas pelos indivíduos. North fornece uma definição de ideologia em uma nota de rodapé (número 7):

Por ideologia entendo as percepções subjetivas (modelos, teorias) que todas as pessoas possuem para explicar o mundo à sua volta. Seja no nível micro dos relacionamentos individuais seja no nível macro das ideologias organizadas provedoras de explicações integradas do passado e do presente, como o comunismo ou as religiões, as teorias que os indivíduos constroem são coloridas por visões normativas de como o mundo deve ser organizado (North, 1990, p.23)<sup>33</sup>.

North destaca três aspectos da ideologia: (i) mecanismo poupador (*economizing device*); (ii) produz julgamentos normativos; (iii) compatibilidade com a experiência (North, 1981, p.49-50). A ideologia funciona como um mecanismo poupador ao fornecer uma “visão de mundo” que simplifica o processo de tomada de decisão. Diante da oportunidade de trapacear o indivíduo não precisa refletir demoradamente sobre o assunto se suas crenças proibem esse tipo de comportamento. Na ausência de tais crenças o sujeito analisará a situação antes de tomar a decisão, realizando todos os cálculos de custo e benefício cabíveis. Além disso, a ideologia está ligada a princípios éticos e morais, o que implica julgamentos normativos acerca dos eventos econômicos, como a avaliação acerca do que seria uma distribuição de renda justa, o que depende de como os indivíduos percebem o sistema econômico.

Os custos de manutenção da ordem existente são inversamente relacionados à legitimidade percebida do presente sistema. Na medida em que os participantes acreditam no sistema como justo, os custos de manutenção das regras e dos direitos de propriedade são enormemente reduzidos pelo simples fato de que os indivíduos não irão desobedecer às regras ou violar os direitos de propriedade mesmo quando o cálculo privado custo/benefício tornasse essa ação vantajosa (North, 1981, p.53)<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> “By ideology I mean the subjective perceptions (models, theories) all people possess to explain the world around them. Whether at the microlevel of individual relationships or at the macrolevel of organized ideologies providing integrated explanations of the past and the present, such as communism or religions, the *theories* individuals construct are *colored* by normative views of how the world should be organized” (North, 1990, p.23).

<sup>34</sup> “The costs of maintenance of an existing order are inversely related to the perceived legitimacy of the existing system. To the extent that the participants believe the system fair, the costs of enforcing the rules and

Caso avaliem o sistema econômico como justo, os agentes trapacearão as regras do jogo com menos frequência, tornando os custos de monitoramento mais reduzidos. Entretanto, a avaliação que os indivíduos fazem do sistema pode variar com sua experiência cotidiana. De acordo com North, os agentes estão sempre tentando compatibilizar suas convicções ideológicas com suas experiências. Para explicar as mudanças ideológicas North faz uma analogia com as revoluções paradigmáticas de Kuhn (2003). Assim como a ciência somente ingressa no seu período revolucionário (ciência extraordinária) quando há um acúmulo de anomalias não explicadas pelo paradigma da ciência normal, as “inconsistências entre experiência e ideologias devem se acumular antes que os indivíduos alterem sua ideologia” (North, 1981, p.49)<sup>35</sup>. Desta maneira, um indivíduo só muda suas convicções ideológicas após a verificação recorrente de incompatibilidades entre sua experiência e sua “visão de mundo” (ideologia).

Vimos que as restrições institucionais moldam as interações individuais e algumas dessas restrições são internalizadas, assumindo a forma de convicções ideológicas. North aponta ainda que *a mudança nas instituições molda a maneira como uma sociedade evolui ao longo do tempo*. As restrições informais são originadas na transmissão de informações ao longo das gerações, consistindo na herança cultural de uma sociedade, enquanto as restrições formais são um conjunto de regras codificadas em legislações e garantidas pelo Estado. Em alguns momentos, as restrições informais podem entrar em conflito com as restrições formais, de modo que a aplicação das mesmas restrições formais a sociedades distintas pode gerar resultados inesperados (North, 1990, p.36-37).

A idéia subjacente é que indivíduos pertencentes a sociedades diferentes não compartilham da mesma cultura (restrições informais), conseqüentemente, tais indivíduos não processarão a mesma *informação* proveniente de uma determinada legislação (restrições formais) de forma idêntica. Portanto, em alguns casos é possível verificar a

---

property rights are enormously reduced by the simple fact that the individuals will not disobey the rules or violate property rights even when a private cost/benefit calculus would make such action worthwhile” (North, 1981, p.53).

<sup>35</sup> “(...) inconsistencies between experience and ideologies must accumulate before individuals alter their ideology” (North, 1981, p.49).

presença de uma incompatibilidade entre o conjunto de regras informalmente seguidas por uma comunidade e o conjunto de regras codificadas na legislação imposta pelo Estado. Um problema nas cidades são os atropelamentos, e como forma de evitá-los o Estado procura restringir a ação de motoristas e pedestres instalando semáforos, faixas para pedestres e passarelas. Entretanto, observa-se que esses limites muito freqüentemente não são respeitados, motoristas não respeitam a sinalização, pedestres se arriscam atravessando fora das faixas e passarelas, a despeito da fiscalização. Naturalmente, existirão lugares nos quais as regras de trânsito serão respeitadas pelos indivíduos, enquanto em outros isso não ocorrerá. O respeito às regras codificadas impostas pelo Estado (restrições formais) depende tanto da internalização dessas regras (ideologia) quanto da herança cultural de uma sociedade (restrições informais).

### **1.3. Cliometria: a Nova História Econômica**

Ao inserir uma dimensão temporal na análise econômica, North abre espaço para a história na teoria econômica. O objetivo da história econômica, segundo North, é a explicação das causas do crescimento, declínio e estagnação econômica e do bem-estar de diferentes grupos numa sociedade ao longo do tempo. Nesse sentido, o que deve ser estudado é a estrutura da organização econômica, bem como a relação entre estrutura e performance de uma economia (North, 1977, p.187-188). Porém, a concepção de história de North é diferente daquela adotada pela Escola dos Annales, denominada como *velha* história econômica (VHE). North reconhece na cliometria, ou *nova* história econômica (NHE) um método científico de conhecer o passado econômico.

O início da NHE data de uma conferência conjunta da *Economic History Association* e do *National Bureau of Economic Research*, realizada em 1957, na qual foram apresentados artigos voltados à análise *quantitativa* da história das economias dos Estados Unidos e do Canadá (North, 1977, p.187). O objeto da NHE são classes de eventos e comportamentos de grupos, não eventos particulares, o que permite a NHE o uso de “teorias simples que podem produzir resultados previsíveis e específicos em vez de

consequências indeterminadas” (North, 1977, p.188)<sup>36</sup>. North afirma ser essa a grande vantagem da NHE, que produz modelos testáveis e refutáveis. Esse método, contudo, não está isento de problemas, pois o teste do modelo necessita de evidências empíricas que o refutem ou não, de modo que a NHE é bastante dependente da evidência disponível. A pesquisa no âmbito da NHE consistiu, em sua fase inicial, no teste de hipóteses sobre a economia Americana, em que algumas dessas hipóteses puderam ser rejeitadas ou modificadas como resultado da obtenção de novas informações quantitativas (North, 1977, p.189).

A Escola dos Annales, ou VHE, surge a partir da obra de dois historiadores – Marc Bloch e Lucien Febvre (primeira geração dos Annales) – em torno da revista *Annales*, publicada em 1929. Fernand Braudel faz parte da segunda geração dos Annales. A proposta de Bloch e Febvre remetia a uma *história total*, que deveria concentrar-se na atividade humana, na vida dos grupos e da sociedade (Cardoso; Brignoli, 2002, p.471). Poder-ser-ia dizer que essa modalidade de história sustentava uma perspectiva holista do objeto social. Além disso, os autores sugeriam a construção de uma noção de história-problema, alternativa à história positivista, cujo objetivo consistiria na “iluminação consciente do presente e permitiria entender melhor as lutas de hoje, enquanto o conhecimento do passado só é possível partindo daquele do presente do historiador” (Cardoso, 2005, p.146). Os campos de interesse da VHE envolviam estudos de estrutura, estudos de conjuntura e estudos regionais<sup>37</sup>.

O fundamento teórico da NHE é o suposto comportamental de racionalidade e o conceito de custos de transação da economia neoclássica, em que a diferença essencial em relação a VHE é o uso de teoria e de métodos quantitativos (North, 1977, p.190).

Para o novo historiador econômico, explicação requer a aplicação dos princípios de explicação científica derivados das ciências naturais. Isso impõe o uso de modelos teóricos formais baseados num número limitado de variáveis. O velho historiador econômico, por outro lado, se submerge em

---

<sup>36</sup> “(...) simple theories which can produce predictable and specific results rather than indeterminate consequences” (North, 1977, p.188).

<sup>37</sup> Para mais informações sobre a Escola dos Annales ver Cardoso e Brignoli (2002, p.470-477). Para uma avaliação crítica da nova história econômica ver Cardoso e Brignoli (2002, p.45-49) e Fontana (1992).

complexas e detalhadas descrições de eventos passados (North, 1977, p.190)<sup>38</sup>.

O que distingue essas duas concepções de história é a adoção do instrumental teórico neoclássico, ou as ferramentas de análise da teoria microeconômica. North assinala que enquanto os historiadores ingleses adotaram a NHE, os historiadores do continente estavam mais inclinados a se filiar à Escola dos Annales. A ênfase na utilização de dados quantitativos e na formulação de modelos testáveis garantiria um estatuto científico à NHE não atribuível à VHE, que seria “mais uma forma de arte do que uma abordagem científica à história” (North, 1977, p.191)<sup>39</sup>. Segundo North, o que falta a VHE é o rigor científico da NHE, que utiliza métodos quantitativos, bem como técnicas econométricas, para interpretar a história econômica. Mas a NHE também possui suas deficiências, que se colocam para além da escassez de evidências empíricas. O referencial teórico da NHE também gera algumas limitações, apontadas por North, que assinala ainda as tentativas de superação das insuficiências teóricas impostas pela economia neoclássica padrão.

Os limites da cliometria são aqueles “impostos pelo corpo teórico utilizado: a teoria neoclássica. Esta teoria assume um mundo livre de atritos sem qualquer papel explícito para as instituições e o governo” (North, 1997b, p.412)<sup>40</sup>. A economia neoclássica padrão teria deixado de considerar três elementos: (i) custos de transação; (ii) alocação de recursos fora do mercado; (iii) falta de uma teoria do Estado (North, 1977, p.195). Ao considerar um mundo sem atrito está sendo suposto que o mecanismo de preços opera de forma a alocar perfeitamente todos os recursos no mercado, por conseguinte, não há necessidade de alocar tais recursos fora do mercado. Deste modo, famílias, organizações e governo não são consideradas no arcabouço teórico da economia neoclássica padrão.

Como a história econômica busca explicar a estrutura e a performance das economias, um fator importante é a relação ente recursos e crescimento populacional. Se as

---

<sup>38</sup> “For the new economic historian, explanation entails the application of the principles of scientific explanation derived from the natural sciences. It entails the use of formal theoretical models based on a limited number of variables. The old economic historian, on the other hand, immerses himself in complex and detailed description of past events” (North, 1977, p.190).

<sup>39</sup> “(...) more an art form than a scientific approach to history” (North, 1977, p.191).

<sup>40</sup> “The limitations were those imposed by the body of theory used: neoclassical theory. That theory assumed a frictionless world with no explicit role for institutions or government” (North, 1997b, p.412).



decisões quanto à fertilidade são tomadas pelas famílias, desconsiderá-las analiticamente é deixar de lado a explicação dos fatores demográficos de uma economia, o que debilita uma análise comprometida com os aspectos concernentes à história e ao desenvolvimento das economias. Desconsiderar o papel das organizações no ambiente econômico deixa questões relativas às inovações tecnológicas inexplicadas. Sendo a tecnologia um elemento que responde pela dotação de recursos de uma economia, não considerá-lo também debilita o alcance da economia neoclássica. Por fim, a ausência de uma teoria do Estado restringe a reflexão acerca dos direitos de propriedade, visto ser o Estado o criador e garantidor dos direitos de propriedade, que definem o acesso dos agentes aos recursos do sistema econômico.

Desta forma, North afirma a necessidade de consideração do crescimento populacional, da mudança tecnológica, da evolução dos direitos de propriedade e do Estado na análise econômica (North, 1977, p.195). Em seu artigo de 1977 North já aponta para alguns desenvolvimentos relativos à família em Becker<sup>41</sup>, assim como a consideração das firmas e governos como mecanismos alternativos de alocação de recursos<sup>42</sup>. No entanto, North se diz mais otimista em seu artigo de 1997, indicando alguns progressos da economia neoclássica como a revisão do suposto de racionalidade, o reconhecimento da presença de incerteza nas interações humanas, a consideração dos custos de transação, a modelagem de sistemas político-econômicos, bem como o exame da natureza das preferências (North, 1997b, p.412). Todos esses desenvolvimentos ocorrem no interior do programa de pesquisa neoclássico, assim como a proposta de North concernente às instituições e à história econômica<sup>43</sup>.

Assim sendo, ao inserir as instituições e a história na análise econômica North está habilitado a discutir temáticas concernentes ao desenvolvimento econômico a partir do programa de pesquisa neoclássico. Ao proceder desse modo, o autor espera superar os limites da economia neoclássica padrão e ampliar o espectro de problemas abordados pelo

---

<sup>41</sup> Ver Becker (1992).

<sup>42</sup> Ver Coase (1937; 1960).

<sup>43</sup> Alguns exemplos são o conceito de racionalidade limitada de Herbert Simon, a distinção entre risco e incerteza de Frank Knight, o conceito de custos de transação de Ronald Coase (Backhouse, 1985). Importante assinalar ainda o recente desenvolvimento da idéia de preferências endógenas de Bowles e Gintis; ver Bowles (1998).

instrumental teórico neoclássico, fornecendo explicações para questões usualmente tratadas em programas de pesquisa alternativos. A forma como as instituições, na perspectiva de North, participam do processo de desenvolvimento econômico é o assunto do próximo item.

#### **1.4. Instituições e desenvolvimento econômico**

Conforme indicado anteriormente, o objetivo da história econômica é, segundo North (1981), a explicação da estrutura e da performance das economias ao longo do tempo. A análise da performance econômica remete ao debate concernente ao desenvolvimento econômico. Vejamos o que North entende por *estrutura e performance econômica*<sup>44</sup>.

North define estrutura como as características determinantes da performance econômica, em que instituições políticas, instituições econômicas, tecnologia, demografia e ideologia são os componentes básicos dessa estrutura. As instituições delimitam as regras do jogo – impõem padrões e restrições à ação humana –, fornecendo os incentivos que moldarão o tipo de habilidades desenvolvidas pelos jogadores – indivíduos e organizações. A tecnologia é responsável pelo grau de controle humano sobre a natureza, delimitando a amplitude dos recursos naturais disponíveis, bem como do capital físico e do capital humano, empregados na produção. A ideologia funciona como uma restrição auxiliar, capaz de reduzir os custos envolvidos no monitoramento dos indivíduos.

A performance econômica é definida em termos do quanto é produzido, da distribuição de custos e benefícios e da estabilidade da produção; seus indicadores são o produto total, o produto *per capita* e a distribuição de renda. De acordo com North, uma tensão constante perpassa a história humana, a saber, a tensão entre recursos e população, em que o desenvolvimento sustentado somente pode ser alcançado se a taxa de

---

<sup>44</sup> As concepções do autor apresentadas na presente seção derivam de North (1981), a menos que seja feita referência em contrário.

crescimento do produto for superior à taxa de crescimento da população. Um produto maior depende de um nível tecnológico capaz de um controle ampliado da natureza, resultado do investimento dos indivíduos em inovações e tecnologia, cujo incentivo é fornecido pela matriz institucional.

No intuito de explicar a estrutura e a performance das economias ao longo do tempo, North sugere o desenvolvimento de um conjunto de teorias a ser incorporado ao programa de pesquisa neoclássico – teoria da mudança demográfica, teoria do crescimento do estoque de conhecimento e teoria das instituições. Especificamente, o autor aponta que a teoria das instituições necessita de três outras teorias subsidiárias: teoria dos direitos de propriedade, teoria do Estado e teoria da ideologia.

A teoria demográfica e a teoria do crescimento do estoque de conhecimento serão importantes para o estudo de dois elementos que influenciam o processo de crescimento econômico – população e recursos. O crescimento econômico sustentado, conforme definido por North, somente é possível caso a população cresça a uma taxa menor que a taxa de crescimento dos recursos do sistema. Essa relação entre população e recursos é refletida em um dos indicadores de performance econômica – produto *per capita*. Os recursos do sistema são refletidos no produto total da economia, que, por sua vez, depende do domínio humano sobre a natureza – tecnologia –, ou seja, do uso que os indivíduos fazem dos recursos naturais, do capital físico e do capital humano disponíveis na economia. Deste modo, North assinala a importância de teorias que considerem os fatores demográficos e tecnológicos responsáveis pela determinação do nível de crescimento do sistema econômico.

Como visto anteriormente, a partir da incorporação das instituições na temática do desenvolvimento econômico, três outras categorias ganham importância – direitos de propriedade, Estado e ideologia –, ao lado do indivíduo maximizador. Os direitos de propriedade definem o sistema de incentivos e as regras do jogo de uma economia, delimitando os parâmetros através dos quais os indivíduos buscarão a maximização de sua utilidade. O Estado é responsável pela distribuição dos direitos de propriedade, podendo empregar a força, cujo uso lhe é exclusivo, para garantir a manutenção dessa estrutura de direitos de propriedade. Numa sociedade na qual os recursos são escassos e a propriedade é

privada, o Estado é necessário no sentido de garantir e distribuir esses direitos de propriedade.

Os indivíduos respeitam as restrições formais estabelecidas pelo Estado, mas também são maximizadores de utilidade, de modo que em algumas situações pode ser uma alternativa maximizadora burlar algumas dessas restrições. Como resolver a contradição entre o comportamento maximizador e o respeito de regras de conduta sancionadas pelo Estado? A ideologia fornece, como visto anteriormente, a resposta, pois somente com crenças que se colocam para além do auto-interesse maximizador e do mero seguir regras é possível explicar por que, eliminada a hipótese de punição, alguns indivíduos simplesmente não transgridem regras, mesmo havendo benefícios para tal ação.

A ideologia, afirma North, constitui um meio termo teórico entre o indivíduo puramente maximizador e o indivíduo que apenas segue as regras impostas pelo Estado. Além disso, fornece uma visão de mundo capaz de simplificar o processo de tomada de decisão, auxiliando o agente econômico a tomar decisões em situações de incerteza, envolvendo ainda juízos de valor. Se os indivíduos percebem o sistema econômico como justo, então, torna-se possível obter custos de transação mais reduzidos, pois os custos envolvidos no monitoramento de indivíduos pouco propensos à transgressão de regras são menores. Conseqüentemente, a ideologia funciona como uma *restrição auxiliar*, na medida em que pode, ao lado das restrições institucionais, reduzir a incerteza do ambiente econômico ao funcionar como complemento cognitivo, convertendo-se ainda num mecanismo de contenção do comportamento puramente maximizador.

De acordo com North, a chave para o desenvolvimento econômico é a criação e implementação de instituições que garantam os direitos de propriedade, que gerem modelos mentais que percebam o sistema como justo, direcionando a aquisição de conhecimentos e habilidades para atividades produtivas. Em síntese, a chave para o desenvolvimento econômico é o aprendizado, mais especificamente a capacidade de adaptação dos indivíduos às transformações no ambiente econômico – *eficiência adaptativa* –, responsável, afirma North (2005a), pelo sucesso do mundo ocidental. O autor assinala, por exemplo, que o declínio da União Soviética teria ocorrido devido à falta de

instituições dinâmicas, com capacidade de adaptação ao novo cenário econômico da década de 1980 (North, 2005a, p.154).

North (1993c) enfatiza a mudança, em seu esquema conceitual, de uma noção de eficiência *alocativa* para um conceito de eficiência *adaptativa*. Além disso, o autor afirma ter explicado a evolução institucional com base na idéia de eficiência apenas em seu livro de 1973 – *The Rise of the Western World* –, tendo abandonado essa explicação em seu livro de 1981 – *Structure and Change in Economic History* –, reconhecendo que os governantes desenvolvem direitos de propriedade de acordo com seus próprios interesses, permitindo a perpetuação de direitos de propriedade ineficientes, prejudicando o crescimento econômico (North, 1990, p.7). Desde modo, nem sempre, na presença de competição e direitos de propriedade, as instituições mais eficientes prevalecem. Todavia, consideremos o conceito de eficiência utilizado por North em seu livro mais recente<sup>45</sup>, no qual eficiência é definida como uma “condição na qual, dado o estado da tecnologia e dos custos de informação, o mercado possui os menores custos de produção e transação atingíveis” (North, 2005a, p.15)<sup>46</sup>. Ao considerar a noção de eficiência adaptativa, um papel central é dado ao aprendizado, em que a velocidade e a capacidade de modificação dos modelos mentais permite aos indivíduos remodelarem as instituições de acordo com as demandas do ambiente econômico. Nesse sentido, instituições mais flexíveis facilitam a reinserção de uma economia no cenário econômico caso as regras do jogo tenham sido modificadas.

O aprendizado envolve não apenas mudanças ideológicas, mas também incrementos no estoque de conhecimento de uma economia, o que significa um controle ampliado do homem sobre a natureza, gerando aumentos na produtividade, conseqüentemente, no produto e na performance econômica. Todavia, o aprendizado em si não basta, visto ser importante não apenas o tipo de aprendizado, mas também a taxa com

---

<sup>45</sup> Importante notar que essa definição de eficiência é compatível com a fornecida anteriormente, a saber, eficiência como a situação na qual o comportamento maximizador gera aumentos no produto (North, 1981, p.7). A idéia subjacente é que menores custos de produção e transação permitem ao comportamento maximizador gerar aumentos no produto, promovendo, conseqüentemente, o crescimento econômico.

<sup>46</sup> “As I use the term efficiency throughout this work I mean a condition in which, given the state of technology and information costs, the market has the lowest production and transaction costs attainable” (North, 2005a, footnote 3, p.15).

que os indivíduos são capazes de absorver novas informações. As instituições devem fornecer incentivos para o aprendizado voltado a atividades produtivas, bem como os indivíduos devem ter a capacidade de se adaptar às constantes transformações do ambiente econômico. Por conseguinte, o aprendizado é transformado numa variável de desempenho econômico, em que a velocidade da transformação institucional está ligada à *taxa de aprendizado*, enquanto a direção da transformação institucional encontra-se atrelada ao *tipo de aprendizado* (North, 1993a, p.6).

O aprendizado é um elemento fundamental no processo de mudança institucional, contudo, para que essa variável tenha efeitos positivos sobre o nível de desenvolvimento de uma economia é preciso que as instituições existentes forneçam os incentivos adequados à obtenção de habilidades voltadas a atividades produtivas. Destarte, se as instituições são a fonte do desenvolvimento econômico, na medida em que fornecem os incentivos para o tipo de aprendizado a ser adquirido pelos indivíduos, então, somente através da transformação da matriz institucional será possível promover o desenvolvimento econômico. A seqüência segue, portanto, da matriz institucional para o tipo de aprendizado adquirido pelos indivíduos – seus modelos mentais – e, por fim, para o desenvolvimento econômico. A mensagem de North é a de que uma economia que possui indivíduos que absorvem conhecimentos produtivos e são capazes de aprender com relativa rapidez, bem como possui instituições com maior eficiência adaptativa, será capaz de obter um nível de desenvolvimento econômico mais elevado, dadas as regras do jogo existentes.

## CAPÍTULO 2

### VELHA ECONOMIA INSTITUCIONAL: THORSTEIN VEBLEN E OS PÓS-VEBLENIANOS

Na literatura sobre pensamento institucionalista é reconhecida a existência de dois programas de pesquisa no âmbito da economia institucional, a saber, a velha economia institucional (VEI), objeto do presente capítulo, e a nova economia institucional (NEI), considerada no capítulo anterior a partir do esquema conceitual de Douglass North. Thorstein Veblen é considerado o fundador da velha economia institucional (ou institucionalismo americano), partindo de uma crítica aos pressupostos ontológicos da ortodoxia econômica e apontando novos rumos teóricos para a ciência econômica. Pode-se dizer que a VEI tem início com o manifesto de 1898 de Thorstein Veblen – *Why is Economics not an Evolutionary Science* –, ainda que, segundo Rutherford (2001) somente em 1918 o institucionalismo tenha emergido como um movimento identificável, tendo o termo “economia institucional” sido cunhado em 1919 por Walton Hamilton. Os mais referidos autores da velha economia institucional são Thorstein Veblen, John Commons, Wesley Mitchell e Clarence Ayres.

A importância do pensamento de Veblen advém do fato de que as instituições somente foram explicitamente consideradas na teoria econômica a partir de sua proposta de uma ciência evolucionária, na qual as instituições teriam um papel fundamental na evolução da sociedade. A VEI tornou o projeto de um programa de pesquisa institucionalista atrativo através da afirmação de seu caráter de *ciência empírica* (Rutherford, 2001, p.177). Nesse sentido, o velho institucionalismo opunha-se criticamente à economia ortodoxa, fundamentada em hipóteses irrealistas, baseadas em suposições psicológico-comportamentais que pouco contato mantinham com o funcionamento real da economia.

O institucionalismo era considerado mais ‘científico’ que a economia ortodoxa porque era ao mesmo tempo mais empírico e mais em sintonia com as últimas pesquisas em outras disciplinas relacionadas. Evidentemente, o ideal institucionalista de uma economia científica de modo algum excluía a teoria, mas esperava-se que tal teoria estivesse mais próxima da realidade e mais aberta ao teste empírico que a teoria ‘ortodoxa’. Na visão institucionalista, a evidência empírica não estava limitada aos métodos quantitativos e estatísticos, mas poderia incluir estudos de caso, evidência documental (constituições de sindicatos, por exemplo), e o estudo das opiniões judiciais e decisões de corte (Rutherford, 2001, p.177-178)<sup>47</sup>.

O *status* de ciência empírica garantira à velha economia institucional o *mainstream* econômico na Academia americana no entre guerras (Rutherford, 2001). No entanto, após a segunda guerra mundial, a situação havia mudado. O velho institucionalismo encontrara seu declínio. A emergência dos métodos econométricos de análise enfraqueceram a crítica da velha economia institucional, que não mais era capaz de sustentar o argumento de que a tradição neoclássica não atendia aos critérios de cientificidade, referentes à análise da evidência empírica. A tradição neoclássica retoma o *mainstream* na Academia americana.

O programa de pesquisa institucionalista não foi, contudo, totalmente abandonado, sendo reeditado pela nova economia institucional, que não procurava, como os velhos institucionalistas, substituir a teoria neoclássica, mas contribuir com o seu desenvolvimento através da inserção das instituições na análise econômica (Rutherford, 2001, p.187). Deste modo, o projeto de inserção das instituições na ciência econômica tem continuidade com a NEI, mas a partir de outra visão de mundo. Ilustrativo desse fato é não apenas a explícita inclinação novo institucionalista no sentido de ampliar o conjunto de problemas neoclássico, mas também a não adoção dos *insights* teóricos de Veblen em sua proposta institucionalista, bem como a qualificação do programa de pesquisa da VEI como ateuórico.

---

<sup>47</sup> “Institutionalism was held to be more ‘scientific’ than orthodox economics because it was both more empirical and more in line with the latest research in other related disciplines. Of course, the institutionalist ideal of a scientific economics by no means excluded theory, but such theory was supposed to be closer to reality and more open to empirical testing than ‘orthodox’ theory. In the institutionalist vision, empirical evidence was not limited to quantitative and statistical methods, but could include case studies, documentary evidence (trade union constitutions, for example), and the study of judicial opinions and court decisions” (Rutherford, 2001, p.177-178).



Apesar da NEI ter ganhado mais visibilidade nos debates em economia institucional, alguns autores buscam um retorno ao pensamento de velhos institucionalistas como Veblen para a construção de propostas institucionalistas não alinhadas à tradição neoclássica. Alguns deles, denominados institucionalistas contemporâneos, são Geoffrey Hodgson, Warren Samuels e William Dugger (Conceição, 2001). A esses autores é possível acrescentar a recente proposta institucionalista de Ha-Joon Chang para o desenvolvimento econômico, que se desenvolve a partir de uma crítica ao esquema conceitual de North no que concerne à relação entre instituições e desenvolvimento. Assim como os institucionalistas contemporâneos, Chang integra alguns *insights* da VEI ao seu esquema conceitual.

Esse capítulo se organiza em três subseções. Na primeira subseção exponho a crítica de Veblen à economia ortodoxa, bem como sua proposta teórica alternativa. Na segunda subseção apresento a sugestão de Hodgson de adoção de um “modelo reconstitutivo de cima para baixo” para a explicação da emergência e evolução das instituições. Esse modelo se encontra comprometido com idéias provenientes do pensamento vebleniano, como o conceito de hábito e a noção de evolução institucional como um processo de causação cumulativa, o que nos permite denominar o pensamento de Hodgson como pós-vebleniano. A terceira subseção destina-se à exposição de uma proposta institucionalista aplicada a questões concernentes ao desenvolvimento econômico, tal é o propósito de Chang com seu programa de pesquisa por ele denominado como economia política institucional.

## **2.1. Thorstein Veblen (1857-1929): da natureza da crítica de Veblen à economia ortodoxa**

O artigo de Veblen *Why is Economics not an Evolutionary Science*, considerado a obra inaugural da economia institucional enquanto disciplina da Economia, foi publicado pela primeira vez em 1898 no *The Quarterly Journal of Economics*<sup>48</sup>. Nesse artigo

---

<sup>48</sup> Utilizo uma versão do artigo publicada no livro *The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays*, de 1961, no qual encontram-se reunidos vários artigos de Veblen.

seminal, Veblen critica a economia ortodoxa com base no argumento de que esta não é uma ciência evolucionária. A natureza dessa crítica é ilustrativa da disposição de Veblen no sentido de construir um programa de pesquisa alternativo, em contraste com a NEI que se insere explicitamente na agenda de pesquisa da economia neoclássica. Antes de tudo é preciso esclarecer dois pontos: (i) conceito de ciência evolucionária para Veblen; (ii) quais as correntes de pensamento que Veblen identifica com a economia ortodoxa.

Vejamos inicialmente o conceito de ciência evolucionária, pois é a partir daí que Veblen delimitará o campo da ortodoxia econômica. Segundo o autor, uma ciência evolucionária deve possuir um corpo teórico robusto, constituindo uma “teoria do processo, de uma seqüência que se desdobra” (Veblen, 1961, p.58)<sup>49</sup>. A diferença entre a ciência pré-evolucionária e pós-evolucionária reside, segundo Veblen, na avaliação dos fatos de interesse para a ciência (Veblen, 1961, p.60). Na ciência evolucionária, a explicação envolve cadeias de causa e efeito, enquanto na ciência não evolucionária os fenômenos econômicos são explicados em termos de algum propósito. Em outras palavras, existe, segundo Veblen, um caráter teleológico nas explicações fornecidas pela ciência não evolucionária.

Por um lado, Veblen assinala que a Escola História Alemã teria fornecido uma avaliação dos dados sem teoria, o que a qualificaria como não evolucionária. Por outro lado, os economistas clássicos teriam formulado leis naturais que implicavam uma tendência dos eventos a um fim legítimo, em que divergências seriam consideradas fatores de perturbação (Veblen, 1961, p.61). No primeiro caso verifica-se o uso do método indutivo, ou a coleta de dados empíricos sem teorização explícita, e no segundo caso observa-se o uso do método dedutivo, ou a explicação de eventos da realidade a partir de postulados formulados sem referência aos fatos.

Veblen identifica os métodos dedutivo e indutivo com as teorias não evolucionárias, assinalando que, nessas teorias, a dedução teria um papel na construção teórica, enquanto a indução seria utilizada na legitimação dos resultados assim obtidos. O autor avalia criticamente esses métodos, afirmando que o resultado seria na melhor das

---

<sup>49</sup> “Any evolutionary science, on the other hand, is a closeknit body of theory. It is a theory of a process, of an unfolding sequence” (Veblen, 1961, p.58).

hipóteses “um corpo de proposições logicamente consistentes concernentes às relações normais das coisas – um sistema de taxonomia econômica” (Veblen, 1961, p.67)<sup>50</sup>. De acordo com Hodgson (1994, p.61), o institucionalismo da VEI fundamenta-se na filosofia pragmática de Charles Peirce, que teria proposto um método alternativo ao dedutivo e/ou indutivo, a saber, o método abdutivo, consistente na transferência de metáforas de um discurso científico para outro. Veblen reconhece o papel das metáforas na construção de explicações envolvendo cadeias de causa e efeito, características de uma ciência evolucionária.

As metáforas são eficientes, tanto em seu uso homilético quanto como um artifício poupador de trabalho, – mais eficientes do que o seu usuário as designa a serem. Através do seu uso o teórico está facilmente habilitado a evitar a realização de elusivas séries de seqüência causal (Veblen, 1961, p.66)<sup>51</sup>.

Retornando aos dois pontos acima propostos, Veblen define ciência não evolucionária como aquela que produz explicações teleológicas e/ou realiza a análise dos dados sem teoria, identificando três escolas de pensamento com um ou mais desses elementos, a saber, Escola Histórica Alemã, Economia Clássica e Economia Austríaca (Veblen, 1961, p.72). Segundo Veblen, essa é a economia ortodoxa passível de crítica em três de seus aspectos: animismo, taxonomia e hedonismo<sup>52</sup>.

O animismo está ligado a explicações teleológicas, em que uma finalidade é atribuída ao processo econômico. Em seu artigo intitulado *The Preconceptions of Economic Science*, Veblen (1961, p.114-115) identifica o caráter animístico do pensamento de Adam Smith na idéia de mão invisível e de auto-interesse como meios de

---

<sup>50</sup> “The outcome of the method, at its best, is a body of logically consistent propositions concerning the normal relations of things – a system of economic taxonomy” (Veblen, 1961, p.67).

<sup>51</sup> “The metaphors are effective, both in their homiletical use and as a labor-saving device, – more effective than their user designs them to be. By their use the theorist is enabled serenely to enjoin him self from following out an elusive train of causal sequence” (Veblen, 1961, p.66).

<sup>52</sup> Embora Veblen identifique a economia ortodoxa com a economia não-evolucionária e esta com a Escola Histórica Alemã, a Economia Clássica e a Economia Austríaca, isso não significa que o autor esteja atribuindo esses elementos – animismo, taxonomia e hedonismo – às referidas escolas de pensamento em sua totalidade. O hedonismo, por exemplo, dificilmente poderia ser identificado com a Escola Histórica Alemã e a Economia Austríaca. O autor que talvez mais se aproxime dessa caracterização fornecida por Veblen é John Bates Clark. Ver Backhouse (1985).

promoção do bem-estar social. Para os economistas clássicos, afirma Veblen (1961, p.61), não basta formular uma seqüência mecânica, deve-se encontrar uma *lei natural* que guie essa seqüência de eventos para uma determinada finalidade.

Para satisfazer o mais elevado requerimento clássico, a seqüência – e um processo de desenvolvimento especialmente – deve ser apreendida em termos de uma propensão consistente que tenda a algum fim espiritualmente legítimo. (...) Qualquer seqüência causal apreendida que transpasse a propensão imputada aos eventos é um ‘fator perturbador’ (Veblen, 1961, p.61)<sup>53</sup>.

Deste modo, o animismo pode ser entendido como uma modalidade de explicação científica que formula leis naturais que guiam os eventos econômicos para uma dada finalidade. Advém daí o componente teleológico e animístico da ciência não evolucionária, que teria resultado numa abordagem taxonômica do objeto da Economia. Uma construção teórica taxonômica está baseada na dedução de fenômenos econômicos a partir de postulados gerais, como “homem econômico” e “competição perfeita”, por exemplo. Em seu *The Evolution of Scientific Point of View*, Veblen (1961, p.36) define ciência taxonômica como aquela que tem como objetivo a definição e classificação dos fenômenos econômicos, o que, numa modalidade de construção teórica hipotético-dedutiva, leva ao postulado de algumas categorias teóricas muitas vezes incongruentes com os fatos observados.

Veblen contrapõe a idéia de causação cumulativa à teleologia implicada no animismo, bem como faz objeções à taxonomia inerente ao pensamento dedutivo e/ou indutivo, da economia ortodoxa. Como assinalado anteriormente, Veblen teria adotado um novo método de investigação científica, o abductivo.

Na seqüência, consideremos a última objeção de Veblen à economia ortodoxa, a saber, a crítica ao hedonismo. A psicologia hedonista compreende o homem como capaz de realizar todos os cálculos necessários à maximização do prazer e/ou à minimização da

---

<sup>53</sup> “To meet the high classical requirement, a sequence – and a developmental process especially – must be apprehended in terms of a consistent propensity tending to some spiritually legitimate end. (...) Any causal sequence which is apprehended to traverse the imputed propensity in events is a ‘disturbing factor’” (Veblen, 1961, p.61).

dor, ou, nos termos de Veblen (1961, p.73), “a lightning calculator of pleasures and pains”<sup>54</sup>.

Os economistas aceitaram as concepções hedonistas acerca da natureza humana e da ação humana, e a concepção do interesse econômico que a psicologia hedonista fornece não provê matéria-prima para uma teoria do desenvolvimento da natureza humana (Veblen, 1961, p.78)<sup>55</sup>.

Assumir o comportamento humano como descrito pela psicologia hedonista implicaria uma concepção das preferências individuais como exógenas, enquanto Veblen teria defendido a consideração das preferências individuais como endogenamente moldadas pelas instituições (Backhouse, 1985, p.227)<sup>56</sup>. De acordo com Veblen, “uma economia evolucionária deve ser uma teoria do processo de crescimento cultural como determinado pelo interesse econômico, uma teoria de uma seqüência cumulativa das instituições econômicas posta em termos do processo mesmo” (Veblen, 1961, p.77)<sup>57</sup>. Mais uma vez Veblen enfatiza a idéia de processo evolutivo, contrapondo agora uma teoria dos instintos à psicologia hedonista. A sugestão de Veblen é a de que os homens seriam movidos por três instintos: (i) instinto de artesanato (*workmanship*): tendência à implementação de incrementos tecnológicos; (ii) instinto familiar (*parental bent*): tendência à melhora do bem-estar da família e da sociedade; (iii) instinto de curiosidade (*idle curiosity*): tendência à produção explicações coerentes do mundo (Backhouse, 1985, p.227). Todavia, mais importante que os instintos são as instituições, que, na concepção de Veblen, ao longo do tempo ganham uma certa autonomia em relação aos instintos, mostrando-se capazes de moldar esses instintos.

---

<sup>54</sup> Uma tradução possível para a citação: “um perfeito calculador de prazer e dor”.

<sup>55</sup> “The economists have accepted the hedonistic preconceptions concerning human nature and human action, and the conception of the economic interest which a hedonistic psychology gives does not afford material for a theory of the development of human nature” (Veblen, 1961, p.78).

<sup>56</sup> Essa questão é retomada por Geoffrey Hodgson, um institucionalista pós-vebleniano, em seu “modelo reconstitutivo de cima para baixo”. Outro autor referido nesse capítulo que aponta para esse papel de modificação das preferências e motivações humanas pelo ambiente institucional é Ha-Joon Chang. Ambos os autores serão objetos de análise em subitens desse capítulo.

<sup>57</sup> “From what has been said it appears that an evolutionary economics must be the theory of a process of cultural growth as determined by the economic interest, a theory of a cumulative sequence of economic institutions stated in terms of the process itself” (Veblen, 1961, p.77).

Veblen entende instituições como hábitos mentais adquiridos nas atividades cotidianas dos indivíduos, “são métodos habituais de dar continuação ao modo de vida da comunidade em contato com o ambiente material no qual ela vive” (Veblen, 1988 [1899], p.89). Dois hábitos mentais são identificados por Veblen, os processos mecânicos, que levam os sujeitos a pensarem em termos de causa e efeito, e a empresa de negócios, que leva os agentes econômicos a pensarem em termos de ganhos pecuniários. Esses dois hábitos mentais dão origem a duas classes sociais, que em certo momento entram em conflito, visto que nem sempre o hábito mental direcionado aos ganhos pecuniários gera o bem-estar da sociedade. Isso levaria a classe comprometida com os processos mecânicos a se revoltar contra a classe imbuída dos processos mecânicos (Backhouse, 1985, p.222-225).

Contudo, os processos mecânicos e a empresa de negócios são hábitos mentais de um estágio desenvolvido da sociedade, estágio esse vivido por Veblen. Em seu primeiro livro, *Theory of Leisure Class*, originalmente publicado em 1899, Veblen apresenta os diversos estágios evolutivos da sociedade, nos quais os instintos humanos em sua forma mais pura foram moldados socialmente, transformando-se em instituições que ao longo do tempo ganharam uma relativa autonomia em relação a esses instintos.

A vida do homem em sociedade, bem como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência, e, portanto, um processo de adaptação seletiva. A evolução da estrutura social foi um processo de seleção natural das instituições. (...) De modo que as instituições em mudança levam por seu turno a uma ulterior seleção de indivíduos dotados de temperamento mais apto e a uma ulterior adaptação do temperamento individual e seus hábitos ao ambiente mutável, mediante a formação de novas instituições (Veblen, 1988 [1899], p.87).

Veblen identifica três estágios evolutivos da sociedade: predatório, quase-pacífico e pacífico. No estágio predatório não há propriedade, a divisão do trabalho é determinada pelo gênero e a modalidade de organização social dominante é a selvageria. Já no estágio quase-pacífico surge a propriedade, a divisão do trabalho é determinada pela classe à qual os indivíduos pertencem e a barbárie (tribos bárbaras) é a modalidade de organização

social dominante. No estágio pacífico é possível falar em uma modalidade de organização social capitalista, na qual a propriedade é privada e o trabalho assalariado. As informações aqui fornecidas encontram-se sistematizadas na tabela 1.

**Tabela 1:** Estágios evolutivos da sociedade

		<b>Propriedade</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Modalidade de organização social</b>
<b>Estágios evolutivos da sociedade</b>	<b>Predatório</b>	ausência de propriedade	divisão social do trabalho determinada pelo sexo	selvageria
	<b>Quase-pacífico</b>	instituição da propriedade	divisão social do trabalho determinada pela classe social	barbárie
	<b>Pacífico</b>	privada	assalariado	capitalismo

**Fonte:** Tabela elaborada a partir das informações contidas em Veblen (1988 [1899]).

A questão central de Veblen na *Teoria da Classe Ociosa* – ou *Theory of Leisure Class* no original em inglês – é entender o surgimento e os mecanismos de reprodução da instituição da classe ociosa. De acordo com o autor, a classe ociosa surge na passagem da selvageria para a barbárie. Nessa transição três fatores são importantes: luta, subsistência e divisão do trabalho. Na selvageria a subsistência não está garantida, o que é resolvido na fase da barbárie, na qual surge ainda a avaliação positiva da luta, i.e., das atividades de caça e guerra. Importante notar que a luta aqui está ligada à natureza animada das coisas, em contraponto àquelas atividades de natureza estática. Nesse sentido, indivíduos ocupados com atividades rotineiras (atividades industriais), necessárias à subsistência da tribo, pertencem às classes inferiores, enquanto aqueles indivíduos ocupados com atividades que envolvem proezas, como a caça e a guerra, pertencem à classe ociosa. Essa classe ociosa somente pode emergir quando a subsistência do grupo está garantida, visto estar comprometida com atividades não ligadas à reprodução material da vida da comunidade.

**Tabela 2:** Passagem da selvageria para a barbárie e surgimento da classe ociosa

		Elementos característicos		
		Luta	Subsistência	Divisão do trabalho
Modalidades de organização social	Selvageria	estágio predatório	não garantida (selvageria primitiva)	homem e mulher
	Barbárie	caça e guerra (avaliação positiva da luta)	garantida (tribos bárbaras)	classes inferiores e classe ociosa

**Fonte:** Tabela elaborada a partir das informações contidas em Veblen (1988 [1899]).

Essa passagem de um modo de vida pacífico para um modo de vida guerreiro marca o surgimento do instinto de artesanato, ou a necessidade de emulação de força<sup>58</sup>. De modo mais geral, tal passagem marca o início da motivação para a emulação. Com a subsistência garantida, são estabelecidas as bases para o surgimento de uma classe ociosa, e com ela surge o incentivo à emulação, ou a demonstração de pertencimento a uma classe liberada para a realização de atividades não ligadas diretamente à subsistência do grupo. Veblen assinala ainda que o surgimento da propriedade coincide com a emergência da classe ociosa. Uma vez que existe uma avaliação positiva da luta, a apropriação de coisas de outras tribos passa a ser vista como uma demonstração de força sobre o outro. A primeira forma de propriedade, segundo nos informa Veblen, é a apropriação de mulheres de outras tribos como troféus, representando a vitória na luta. A partir daí surgem todas as outras formas de propriedade de pessoas e de bens, em que o “motivo que está na base da propriedade é a emulação” (Veblen, 1988 [1899], p.16). A motivação para a emulação, por sua vez, reside na necessidade do sujeito de receber aprovação dos demais membros do grupo.

---

<sup>58</sup> Mais uma vez, a luta aqui está ligada a natureza animada das coisas. Não confundir com os estágios evolutivos – predatório, quase-pacífico e pacífico – referentes à forma de apropriação dos objetos da natureza necessários à sobrevivência do grupo. A idéia subjacente é que em estágios mais evoluídos a modalidade de organização social provê instituições mais desenvolvidas – mais distantes dos instintos mais primitivos – para a repartição do produto social. Nesse sentido, na fase capitalista os bens alheios não seriam apropriados de forma violenta e não-legal, enquanto isso seria perfeitamente possível na fase bárbara. Naturalmente, na fase da selvageria nada pode ser apropriado, pois a propriedade ainda não existe.



Muito embora a classe ociosa já esteja presente na fase bárbara, sua efetivação ocorre apenas com a emergência do ócio conspícuo. Na fase bárbara, o tempo livre das atividades de subsistência é gasto com atividades ligadas à luta – caça e guerra –; com a emergência do ócio conspícuo esse tempo livre passa a ser apreciado nele mesmo, ou seja, basta que se demonstre que nesse tempo não foi executado qualquer trabalho ligado às atividades industriais.

Sucedem nesse particular o que sucede em geral nas questões humanas. Inicialmente uma coisa é desejada por um motivo definido; mais tarde ela passa a ser desejada por si mesma, adquirindo, nos nossos hábitos de pensamento, o caráter de substancialmente desejável (Veblen, 1988 [1899], p.32).

Assim o ócio conspícuo passa a representar uma marca da classe ociosa, que se efetiva como uma instituição com uma relativa autonomia em relação ao instinto de preservação, por exemplo. O instinto de preservação é aquele que impele os indivíduos a conservar sua vida e é, de certa forma, a base para o desenvolvimento dos hábitos mentais, pois o sujeito tem em primeiro lugar que estar vivo para pensar e agir no mundo. Contudo, as instituições, categorias fundadas nos instintos, podem assumir uma autonomia relativa de maneira a se tornar uma motivação dominante no comportamento humano. Deste modo, pode ser preferível a um membro da classe ociosa morrer a deixar que os outros percebam que ele está executando qualquer forma de trabalho produtivo. Veblen ilustra esse fato com uma curiosa história sobre um rei da França, cuja veracidade não é possível comprovar, contudo, o exemplo é bastante ilustrativo:

(...) um exemplo mais inconfundível, tem-se num certo rei da França que, segundo dizem, perdeu a vida por demonstrar um excesso de fortaleza moral na observância da etiqueta. Na ausência do funcionário encarregado de afastar a cadeira real, o rei permaneceu perto da lareira deixando sem se queixar que sua real pessoa se queimasse irremediavelmente. Mas pelo menos não permitiu que a Sua Majestade Cristianíssima se contaminasse com uma tarefa servil (Veblen 1988 [1899], p.24).

Existem duas formas de demonstração de que o tempo livre não está empregado em atividades industriais, a saber, através do ócio conspícuo e do consumo conspícuo. As formas de demonstração do ócio conspícuo são a erudição e a etiqueta, ambos bens imateriais cuja obtenção demanda tempo e dinheiro. O consumo conspícuo é demonstrado através da posse de bens materiais, dentre os quais o vestuário é a sua forma mais evidente. Na escolha do vestuário, indica Veblen, a avaliação social da vestimenta é mais importante do que sua utilidade ou conforto.

Em derivação subsequente é possível ainda falar em ócio vicário e consumo vicário, ou aquele que é realizado por servos, mulheres e convidados em prol do senhor. Uma forma de emular riqueza através do ócio e consumo vicários são as festas, onde os convidados consomem conspícuamente os bens do senhor. Do mesmo modo, manter servos e uma esposa com bons modos reflete a capacidade de pagar do senhor, na medida em que demonstra poder arcar com os custos provenientes do ócio de outras pessoas. Na baixa classe média ocidental, acrescenta Veblen, apenas a esposa cumpre o dever do ócio e do consumo vicários pelo marido (Veblen, 1988 [1899], p.39).

O chefe da família de classe média se viu forçado por circunstâncias econômicas a ganhar sua vida em ocupações que em grande parte têm freqüentemente o caráter de indústria; tal é o caso do homem de negócios dos nossos dias. (...) É freqüente o caso do homem que trabalha assiduamente a fim de que sua esposa possa, de maneira correta, dar-lhe o ócio vicário que o senso comum de seu tempo exige (Veblen, 1988 [1899], p.40).

Um último aspecto a ser mencionado concerne à modalidade de emulação a ser utilizada, se ócio conspícuo ou consumo conspícuo. Em estágios mais avançados do processo evolutivo da sociedade, as relações entre os sujeitos tornam-se mais impessoais, de modo que o ócio conspícuo não se apresenta mais como uma modalidade de emulação tão eficaz. Demonstrar erudição e etiqueta demanda um tempo considerável de contato social, o que nem sempre é possível em sociedades mais modernas, de modo que o consumo conspícuo emerge como uma modalidade de emulação mais eficaz. Possuir bens como carros, roupas, objetos pessoais caros e de marcas famosas passam a ser uma forma eficaz de demonstrar riqueza.

O único meio prático de impressionar esses observadores não simpatizantes da nossa vida cotidiana é a demonstração ininterrupta da nossa capacidade de pagar. (...) a marca da força pecuniária da pessoa deve ser gravada em caracteres que mesmo correndo se possa ler (p.42-43).

Desta maneira, Veblen procura mostrar como os instintos se desenvolvem ao longo do processo evolutivo até se tornarem instituições, hábitos mentais, que passam a orientar e moldar o comportamento dos sujeitos, em muitos casos até se sobrepondo aos instintos mais básicos, como o de preservação. O autor apresenta ainda como o instinto de artesanato emerge e se liga, na fase bárbara, à avaliação positiva da luta, em que essa avaliação fundamenta-se em atividades de caráter animado como a caça e a guerra. Os produtos da caça e da guerra são uma demonstração de proeza do caçador e do guerreiro. Logo a demonstração de atividades específicas, ligadas à classe ociosa, passa a ser um fim em si mesmo. O que antes era avaliado socialmente como positivo por seu caráter animado, passa, numa fase posterior, a ser avaliado positivamente por estar ligado à classe ociosa. A seqüência segue, portanto, do instinto de artesanato, que impele os sujeitos a avaliarem positivamente as atividades animadas, para a classe ociosa, que, por ter estado ligada a uma atividade avaliada positivamente nos estágios primitivos da evolução, passa a ser a medida do bom e do belo. Com a classe ociosa surge a motivação para a emulação, como forma de afirmação social de uma classe não diretamente ligada a atividades de subsistência. A emulação nada mais é do que seguir práticas institucionalizadas que permitem identificar um sujeito como pertencente a uma classe ou outra. Aqui se verifica o papel das instituições no molde do comportamento humano.

Nas subseções seguintes apresento alguns aspectos do pensamento de dois autores – Geoffrey Hodgson e Ha-Joon Chang – que compartilham da concepção de instituição vebleniana como hábito mental. Esses autores fornecem um tratamento da relação entre instituições e indivíduos como uma via de mão dupla, na qual os indivíduos produzem e/ou reproduzem instituições, mas também têm sua visão de mundo e comportamento moldados por essas instituições. Nesse sentido, os autores estão habilitados a desenvolver uma

análise evolucionária no sentido de Veblen, a saber, que considera os processos de causalção cumulativa que vão transformando as instituições ao longo do tempo.

## **2.2. Instituições como hábitos mentais: o modelo reconstitutivo de cima para baixo de Geoffrey Hodgson**

Ao lado de autores como Warren Samuels e William Dugger, Geoffrey Hodgson é considerado um institucionalista contemporâneo por compartilhar os princípios básicos veiculados pelos institucionalistas americanos (Ferrari e Conceição, 2001). Desses institucionalistas destaca-se a influência de Veblen, o que nos permite classificar o pensamento de Hodgson como pós-vebleniano. Representativo dessa filiação de Hodgson ao esquema conceitual vebleniano é a sua compreensão de instituição como hábito mental, bem como a preocupação com a gênese das instituições, ou seja, como as instituições surgem e se desenvolvem ao longo do tempo.

Uma característica do pensamento de Hodgson é a tentativa de conciliação da velha com a nova economia institucional. De acordo com Hodgson, as diferenças entre essas duas tradições institucionalistas residem menos em suas conclusões de política econômica do que em sua orientação metodológica. Enquanto a NEI adotaria um “modelo de baixo para cima”, no qual as instituições emergem de um estado de natureza povoado de indivíduos dotados de preferências exógenas, a VEI permitiria apontar para um “modelo de causalção reconstitutiva de cima para baixo”, no qual a explicação da emergência de uma instituição sempre pressupõe a preexistência de outra instituição (Hodgson, 2001).

O institucionalismo é distinguido tanto da economia *mainstream* quanto da ‘nova economia institucional’ precisamente pela razão de que este não assume um indivíduo dado, com propósitos ou funções de preferências dados. Ao contrário de um ponto de partida de indivíduos dados, presumido pelo *mainstream* e pela nova economia institucional, o velho institucionalismo sustenta a idéia de agentes interativos e parcialmente maleáveis, mutuamente entrelaçados numa rede de instituições parcialmente

duráveis e auto-reforçadas. Nenhum outro critério demarca tão claramente a velha economia institucional, por um lado, da nova economia institucional e da economia *mainstream* por outro (Hodgson, 2000, p.12)<sup>59</sup>.

Hodgson (2001), fiel à tradição velho institucionalista, opta pelo “modelo reconstitutivo de cima para baixo”, utilizando a idéia vebleniana de instituição como hábito mental. Tal opção é justificada pelo problema de regressão infinita, identificado no “modelo de baixo para cima” atribuído a Menger em sua explicação da emergência da moeda. Ao tentar explicar a emergência da instituição da moeda, Menger teria visto “a moeda como emanando de maneira não pretendida da comunicação e interação de agentes individuais” (Hodgson, 2001, p.97), pressupondo um estado de natureza a partir do qual as interações individuais teriam dado origem a essa instituição.

A crítica de Hodgson ao “modelo de baixo para cima” remete basicamente à idéia de um estado de natureza livre de instituições. Em primeiro lugar, toda interação individual depende ao menos da instituição da linguagem. Em segundo lugar, ao contrário da linguagem, existem instituições que não são autopolicadoras, o que implica a necessidade de alguma forma de Estado que garanta a estabilidade dessas instituições. A moeda fornece um bom exemplo. A falsificação de moedas de ouro possui vantagens individuais evidentes, contudo o resultado agregado pode ser uma descrença generalizada nas moedas de ouro como um intermediário de trocas válido. Essa instabilidade institucional só pode ser resolvida através da ação do Estado no sentido de garantir de algum modo o valor das moedas de ouro em circulação, utilizando seu poder de legislar, policiar e coagir os indivíduos a respeitar as regras assim estabelecidas.

Nesse sentido, Hodgson aponta os limites da capacidade explicativa do “modelo de baixo para cima” argumentando que um “estado de natureza sem instituições é inalcançável tanto na teoria como na realidade” (Hodgson, 2001, p.103). A contribuição de

---

<sup>59</sup> “Institutionalism is distinguished from both mainstream economics and the ‘new institutional economics’ precisely for the reason that it does not assume a given individual, with given purposes or preferences functions. Instead of a bedrock of given individuals, presumed by the mainstream and new institutional economics, the old institutionalism holds to the idea of interactive and partially malleable agents, mutually entwined in a web of partially durable and self-reinforcing institutions. No other criterion demarcates so clearly the old institutional economics, on the other hand, from the new institutional and mainstream economics on the other” (Hodgson, 2000, p.12).

Menger e dos novos institucionalistas não é desconsiderada, contudo, Hodgson acredita que a explicação da emergência das instituições não pode prescindir da explicitação dos mecanismos formadores dos hábitos dos indivíduos. O reconhecimento de que as preferências individuais podem ser moldadas pelo ambiente institucional é necessário, para tal um “modelo reconstitutivo de cima para baixo” precisa fazer parte da explicação da evolução institucional. Ademais, o autor indica a existência de um círculo de determinação mútua entre indivíduos e instituições, mas assinala que é importante reconhecer que instituições e indivíduos são ontologicamente distintos.

Há assim um círculo de determinação inquebrantável. Isto não significa, porém, que instituições e indivíduos são equivalentes em status ontológico e explicativo. Eles claramente possuem características distintas. Indivíduos são movidos por propósitos, instituições não o são, ao menos no mesmo sentido. Instituições apresentam amplitude de vida diferente dos indivíduos, algumas vezes sobrevivendo aos indivíduos que abrangem. Seus mecanismos de reprodução e procriação são diferentes” (Hodgson, 2001, p.104).

A proposta de um “modelo reconstitutivo de cima para baixo” demanda uma mudança metodológica fundamental, a saber, o reconhecimento de que a explicação da emergência de uma instituição sempre pressupõe a preexistência de outra instituição. O ponto de partida não pode ser, portanto, o indivíduo. Hodgson (2001) define instituições como regras, restrições, práticas e idéias que podem *moldar* as preferências individuais. Essa maleabilidade das preferências individuais pode ajudar na estabilidade institucional na medida em que pode reforçar certos comportamentos.

Instituições são os tipos de estruturas que mais importam no domínio social: elas compõem o material da vida social. (...) nós devemos definir instituições como sistemas de regras sociais estabelecidas e prevalentes que estruturam as interações sociais. Linguagem, dinheiro, lei, sistema de pesos e medidas, maneiras à mesa, firmas (e outras organizações) são, portanto, todas instituições (Hodgson, 2006, p.2)<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> “Institutions are the kinds of structures that matter most in the social realm: they make up the stuff of social life. (...) we may define institutions as systems of established and prevalent social rules that structure social interactions. Language, money, law, systems of weights and measures, table manners, and firms (and other organizations) are thus all institutions” (Hodgson, 2006, p.2).

As instituições influenciam o comportamento individual através da modificação nos hábitos, que constituem, por sua vez, um importante mecanismo de reforço das regras implicadas nas instituições. Deste modo, torna-se importante mencionar o conceito de hábito, que Hodgson resgata do pensamento de Veblen e da filosofia pragmatista. Os hábitos são formados a partir da repetição da ação ou do pensamento. Hábito não é sinônimo de comportamento, mas propensão a um determinado comportamento condicionado a uma dada situação (Hodgson, 2001, p.107). Ademais, “hábitos são mais que um meio de economizar no processo de tomada de decisão para os indivíduos; estes são um meio através do qual as convenções sociais e as instituições são formadas e preservadas” (Hodgson e Knudsen, 2004, p.36)<sup>61</sup>.

Uma vez que hábitos se estabelecem, tornam-se uma base potencial para novas intenções e crenças. Como resultado, hábitos compartilhados são material constitutivo de instituições, dotando-as de acentuada durabilidade, de poder e de autoridade normativa (Hodgson, 2001, p.108).

O problema da economia institucional consiste, segundo Hodgson, na explicação dos mecanismos responsáveis pela *reconstituição* causal de cima para baixo, ou seja, como as instituições moldam os hábitos dos indivíduos, neles inculcando certos comportamentos potenciais. Um ponto importante é a idéia de *reconstituição* dos hábitos individuais, o que aponta para a idéia de um processo de causação que segue não apenas dos indivíduos para as instituições, mas também pode tomar o caminho inverso, das instituições para os indivíduos. Todavia, a proposta de Hodgson não é a construção de um “modelo de cima para baixo”, pois não existem “forças sociais” misteriosas que controlam as ações dos indivíduos (Hodgson, 2001, p.108). A idéia de um “modelo *reconstitutivo* de cima para baixo” contém em si a possibilidade de que essas “forças sociais”, ou instituições, que moldam os hábitos individuais são elas mesmas construídas e/ou reproduzidas pelos próprios sujeitos. Destarte, as instituições não são instâncias impermeáveis às ações

---

<sup>61</sup> “Accordingly, habits is more than a means of economizing on decision-making for individuals; it is a means by which social conventions and institutions are formed and preserved” (Hodgson, 2004, p.36).

humanas, mas também não são criadas por indivíduos despojados de qualquer forma de sociabilidade.

### **2.3. Instituições e desenvolvimento econômico: a economia política institucional de Ha-Joon Chang**

A obra de Ha-Joon Chang, ao contrário da produção teórica de Hodgson, não está explicitamente voltada ao provimento de uma contribuição teórico-metodológica à economia institucional. Contudo, o pensamento do autor possui afinidades conceituais com a tradição velho institucionalista, em que suas críticas são direcionadas à nova economia institucional, em especial ao pensamento de Douglass North. Apesar dessa referência específica ao novo institucionalismo de North, o objetivo de Chang é a avaliação crítica de um conjunto mais amplo de idéias, que ele denominou como paradigma neoliberal, ao qual o autor contrapõe uma alternativa teórica – a economia política institucional. No que segue exponho o objeto de crítica de Chang, bem como a alternativa por ele proposta.

O paradigma neoliberal é o resultado da união entre o instrumental teórico neoclássico e a filosofia política e moral da escola austríaca (Chang, 2002, p.540). Como alternativa ao paradigma neoliberal, Chang sugere um novo programa de pesquisa denominado economia política institucional, que procura incorporar a dimensão política e institucional nos debates concernentes ao desenvolvimento econômico. O institucionalismo de Chang filia-se teoricamente à velha economia institucional, que compreendia as instituições como responsáveis pelo *molde* do comportamento e dos modelos mentais dos sujeitos. Desta forma, o autor pretende se afastar da idéia de instituições como *restrições*, o que não implica que as instituições não possam funcionar como mecanismos restritivos. As instituições precisam ser entendidas como mecanismos capazes de, ao mesmo tempo, *restringir, constituir e possibilitar* a ação humana (Chang & Evans, 2005, p.5).

Chang focaliza três elementos que considera tratados de forma inadequada pelas teorias componentes do paradigma neoliberal – mercado, Estado e instituições. A redefinição desses elementos é necessária para uma compreensão alternativa do papel das relações políticas e das instituições no sistema econômico. As instituições precisam ser



entendidas em suas inter-relações definidoras do caráter específico dos sistemas econômicos.

O sistema capitalista é composto de uma cadeia de instituições, incluindo os mercados como instituições de troca, as firmas como instituições de produção, e o Estado como o criador e regulador das instituições que governam suas conexões (enquanto instituição política), assim como outras instituições informais como as convenções sociais (Chang, 2002, p.546)<sup>62</sup>.

O sistema capitalista não é um mero agrupamento de instituições que os indivíduos podem construir e descartar de acordo com seus objetivos de maximização. Uma instituição é um complexo de regras formais e informais mantidas e/ou transformadas por agentes intencionais, em que as instituições políticas, o mercado e o Estado se inter-relacionam, moldando o sistema econômico capitalista. As instituições devem ser entendidas como “mecanismos que *possibilitam* o alcance de finalidades que requerem coordenação supra-individual e, ainda mais importante, que são *constitutivas* dos interesses e visões de mundo dos atores econômicos” (Chang & Evans, 2005, p.2)<sup>63</sup>. Adicionalmente, as instituições são persistentes e estáveis, o que não implica que sejam imutáveis, pois “são os homens que modificam as instituições, mas não no contexto institucional de sua própria escolha” (Chang, 2005, p.18)<sup>64</sup>. Desta forma, Chang estabelece a importância da ação humana na mudança institucional, pois em última análise são as pessoas que transformam, assim como reproduzem, as instituições, sem, contudo, reduzir as instituições aos indivíduos.

Em sua descrição do sistema econômico capitalista, Chang deixa evidente sua compreensão de instituições como complexos de relações, não como restrições ou meros

---

<sup>62</sup> “The capitalist system is made up of a range of institutions, including the markets as institutions of exchange, the firms as institutions of production, and the state as the creator and regulator of the institutions governing their relationships (while itself being a political institution), as well as other informal institutions as social convention” (Chang, 2002, p.546).

<sup>63</sup> “To construct such a vision we must get beyond the traditional view of ‘institutions as constraints’, focusing attention instead on institutions as devices which *enable* the achievement of goals requiring supra-individual coordination and, even more important, which are *constitutive* of the interests and worldviews of economic actors” (Chang & Evans, 2005, p.2).

<sup>64</sup> “Another, and possibly more important, reason for cultural/institutional shift is that, to paraphrase Marx, it is humans that change institutions, albeit not in the institutional context of their own choosing” (Chang, 2005, p.18).

construtos mentais redutores de incerteza. Entender as instituições como complexos de relações implica o reconhecimento de que os indivíduos não são atomizados, e que as instituições não podem ser simplesmente escolhidas, implementadas ou descartadas. Existe uma dupla causalidade entre instituições e indivíduos que interdita sua análise como elementos isolados.

(...) nossa abordagem difere daquela da NEI [nova economia institucional] ao postular uma causalidade de mão-dupla entre as motivações individuais e as instituições sociais, em lugar de uma causalidade de mão-única dos indivíduos para as instituições, embora acreditemos que em última análise as instituições sejam pelo menos ‘temporariamente’ anteriores aos indivíduos (Chang & Evans, 2005, p.5)<sup>65</sup>.

Chang estabelece seu ponto de partida ontológico nas instituições, visto que estas sempre precedem os indivíduos. Nesse sentido, e em acordo com Hodgson, Chang sustenta que não existe um estado de natureza a partir do qual indivíduos atomizados decidem criar instituições, pois a própria ação humana depende de instituições que lhe sirvam de suporte. Dito de outro modo, não existe ação humana fora de alguma armação institucional.

A interação entre motivações individuais e instituições sociais como uma causalidade de mão-dupla é importante para a compreensão do papel constitutivo das instituições (Chang, 2002, p.554). O sucesso das reformas políticas implementadas pelo Estado depende, por conseguinte, da compreensão do agente econômico como um sujeito dotado de princípios morais e preferências que podem ser modificadas. Deste modo, a idéia de um papel constitutivo das instituições não se limita ao fato de que a mudança institucional afeta o comportamento humano, pois quando ocorrem transformações institucionais ou ideológicas o próprio homem – sua visão de mundo e suas motivações – é transformado.

Ademais, Chang evidencia que o mercado e o Estado são não apenas instituições, mas estão inseridos em relações políticas. O mercado está baseado num complexo conjunto de restrições formais e informais que regulam quem pode participar do mercado, quais

---

<sup>65</sup> “However, our approach differs from that of the NIE [new institutional economics] in that it postulates a two-way causation between individual motivation and social institutions, rather than a one-way causation from individuals to institutions, although we believe that in the final analysis institutions are at least ‘temporally’ prior to individuals (Hodgson, 2000)” (Chang & Evans, 2005, p.5).

mercadorias podem ser transacionadas, além de definir os direitos e deveres dos agentes, bem como o procedimento adequado no caso do não cumprimento dos acordos firmados (Chang, 2002, p.552-553)<sup>66</sup>. Destarte, o mercado não pode existir num ambiente livre de instituições, visto que o próprio mercado é uma instituição. O Estado, por sua vez, é uma instituição capaz de criar novas instituições, além de ser responsável pelo controle das já existentes, em que a criação e o controle das instituições é mediado por relações políticas. Por conseguinte, o Estado deve estar presente para que o mercado enquanto instituição humana seja possível, de forma que o mercado é, por fim, uma construção política<sup>67</sup>. Lawson (2003a, p.43) indica que as instituições podem ser entendidas como um conceito aninhado (ou *nested concept*), na medida em que pode haver instituições dentro de instituições, como cursos dentro de departamentos, dentro de faculdades, dentro de universidades, etc.

Chang reconhece que a reabertura do debate acerca do papel do Estado na economia representou um ponto positivo do neoliberalismo, mas afirma ser a concepção neoliberal de Estado falaciosa, visto que postula a idéia de livre mercado, dificilmente encontrado nas economias reais<sup>68</sup>. A luta política não ocorre, por conseguinte, entre agentes movidos pelo interesse de destruir o livre mercado, visto que esse mercado ideal jamais existiu. Segundo Chang, a luta política se dá entre agentes que possuem concepções diferentes acerca da estrutura de direitos e deveres inerentes às instituições.

(...) a EPI [economia política institucional] argumenta que precisamos compreender a política como um processo através do qual as pessoas com diferentes, e igualmente legítimas, concepções sobre a contestabilidade da estrutura direitos-obrigações existente rivalizam umas com as outras, ao invés de um processo no qual grupos de interesse tentam modificar a ordem

---

<sup>66</sup> Ver também Chang (2003, p.53).

<sup>67</sup> Fligstein (1996) fornece uma interessante análise de como as relações políticas permeiam o funcionamento do mercado, considerando como a influência dos atores sociais no âmbito do Estado pode direcionar as políticas governamentais de acordo com seus interesses, moldando, por exemplo, as características das firmas participantes do mercado.

<sup>68</sup> O uso da denominação “economia real” não implica a existência de “economias irrealis”, o termo “real” é utilizado apenas como forma de demarcar os sistemas econômicos teoricamente construídos e os sistemas econômicos efetivos, ou seja, a teoria do seu objeto. Nos termos de Lawson (1997), poderíamos fazer tal demarcação entre o domínio transitivo (teorias) e o domínio intransitivo (objeto) do conhecimento.

‘natural’ dos ‘mercados livres’ de acordo com seus interesses de grupo (Chang, 2002, p.555)<sup>69</sup>.

De acordo com o autor, “o problema mais sério do discurso neoliberal sobre o papel do Estado tem a ver, em primeiro lugar, com a maneira mesma de conceituar o mercado, o Estado e as instituições, e, em segundo lugar, a maneira como teoriza sobre suas inter-relações” (Chang, 2002, p.542)<sup>70</sup>. Como mencionado anteriormente, o mercado é uma instituição embebida em relações políticas, de forma que mercado e política são inseparáveis, o que implicaria a inviabilidade da proposta neoliberal de despolitização do mercado. Da mesma forma, o Estado não é uma instância politicamente neutra, visto que é constituído de agentes que não apenas possuem interesses diversos, mas que entretém visões de mundo diferentes.

Além da crítica ao paradigma neoliberal, Chang propõe uma investigação dos fatos históricos no intuito de explicitar as condições institucionais das economias atualmente desenvolvidas. O autor enfatiza, no entanto, que seu recurso à história é diverso daquele realizado pela economia neoclássica.

Essa análise, quando feita adequadamente, não se restringe a compilar e catalogar fatos históricos na esperança de que isso venha a gerar naturalmente um modelo. Pelo contrário, exige uma busca persistente de modelos históricos, a construção de teorias que os expliquem e a aplicação dessas teorias a problemas contemporâneos, ainda que sem deixar de levar em conta as circunstanciais alterações tecnológicas, institucionais e políticas (Chang, 2004, p.18).

O autor opõe-se à idéia de que a chave para o desenvolvimento econômico é a adoção das “boas instituições” presentes nos atuais países desenvolvidos. Evidentemente, não se sugere que essas instituições sejam indesejáveis, apenas que pode não ser tão

---

<sup>69</sup> “(...) IPE [institutionalist political economy] argues that we need to see politics as a process through which people with different, and equally legitimate, views on the contestability of the existing rights-obligations structure vie with each other, rather than a process in which interest groups try to change the ‘natural’ order of ‘free markets’ according to their own sectional interests” (Chang, 2002, p.555).

<sup>70</sup> “(...) the more serious problems of the neo-liberal discourse on the role of the state are to do with, first of all, the very way it conceptualises the market, the state and institutions, and, secondly, the way it theorises about their interrelationships” (Chang, 2002, p.542).

simples implementá-las em certas condições. De acordo com Chang (2004, 2002a), existem evidências históricas que indicam que as instituições hoje prescritas como essenciais para o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos estavam ausentes nos atuais países desenvolvidos quando estes apenas iniciavam o processo de crescimento que culminaria em seu presente estado econômico<sup>71</sup>.

Deste modo, o autor conclui que “muitas instituições atualmente consideradas tão imprescindíveis ao desenvolvimento são mais a consequência do que a causa do desenvolvimento econômico das atuais nações desenvolvidas” (Chang, 2004, p.26). Nesse sentido, as instituições seriam o produto de economias com um bom nível de riquezas materiais, o que permitiria a implementação de direitos de propriedade eficientes, da formação, por parte dos indivíduos, de uma cultura de preservação das regras sociais, etc. Esse argumento é conduzido com base na observação do processo histórico concreto, não a partir de postulados gerais sobre as instituições e os indivíduos. Esse é um ponto que diferencia a modalidade de construção teórica de North da de Chang, o que talvez explique a disparidade entre suas conclusões de políticas para o desenvolvimento.

---

<sup>71</sup> O autor enfatiza a implementação de políticas industrial, comercial e tecnológica (políticas ICT) como fundamentais para o alcance do atual estado de desenvolvimento dos atuais países desenvolvidos (Chang, 2004, p.24).

## CAPÍTULO 3

### FILOSOFIA DA CIÊNCIA E METODOLOGIA ECONÔMICA

O propósito desse capítulo é a apresentação das concepções de algumas correntes de pensamento em filosofia da ciência, cujas idéias se refletem nas discussões metodológicas em Economia. O capítulo está dividido em quatro itens. No primeiro item são apresentadas as questões filosóficas postas pelo projeto lógico-positivista. No segundo item é exposto o posicionamento crítico de Popper e dos teóricos do crescimento do conhecimento – em especial Kuhn e Lakatos – em relação ao positivismo lógico. O instrumentalismo metodológico, proposto por Friedman como uma metodologia para a Economia, é objeto do terceiro item. O quarto item é destinado ao realismo crítico, cujas críticas se dirigem à própria visão de mundo lógico-positivista.

#### **3.1. Círculo de Viena: do surgimento do projeto do positivismo lógico ao modelo hipotético-dedutivo**

O positivismo lógico não constituiu o primeiro esforço filosófico no sentido de demarcar o discurso científico dos demais discursos, considerados não científicos (Feijó, 2003, p.15). Contudo, inaugura um corpo de conhecimentos que assume uma relativa autonomia nos debates científicos e filosóficos, a saber, a filosofia da ciência. O ponto programático central do projeto lógico-positivista consistia em eliminar todas as asserções de conteúdo metafísico do discurso científico. Embora as asserções metafísicas não fossem consideradas falsas, a elas não era atribuído qualquer significado cognitivo (Caldwell, 1982, p.13). Com isso, pretendiam os lógico-positivistas construir um discurso científico seguramente destacado das concepções do senso comum.

No âmbito do projeto lógico-positivista o objeto da ciência é definido como composto de elementos empíricos, capturáveis na experiência sensível e tratados com

recurso ao método da análise lógica. “O objetivo da filosofia, portanto, é a análise lógica; e seu objeto de estudo são as ciências empíricas e positivas” (Caldwell, 1982, p.13)<sup>72</sup>. O positivismo lógico reconhecia três tipos de proposições: analíticas, sintéticas e metafísicas. As proposições analíticas são definidas como aquelas referentes a asserções tautológicas, e.g., “todos os solteiros são homens não casados”; as proposições sintéticas são aquelas que podem ser verificadas empiricamente, e.g., “o gato está sobre o tapete”; por fim, as proposições metafísicas não podem ser verificadas empiricamente, não possuindo significado cognitivo, e.g., a afirmação “roubar é errado” exprime uma avaliação normativa, mas não fornece qualquer explicação lógica acerca do mundo<sup>73</sup>.

De acordo com o critério de cientificidade lógico-positivista, apenas as proposições que possuíssem significado cognitivo seriam consideradas científicas, enquanto as proposições sem significado cognitivo seriam ditas não-científicas. Como somente às proposições analíticas e sintéticas era atribuído significado cognitivo, as proposições metafísicas eram consideradas sem significado cognitivo, de modo que apenas as primeiras eram consideradas científicas à luz do projeto lógico-positivista. No intuito de separar proposições *com* significado cognitivo (analíticas e sintéticas) de proposições *sem* significado cognitivo (metafísicas) foram propostos alguns critérios de demarcação.

O primeiro critério de demarcação entre proposições com e sem significado cognitivo foi o da *verificação*. O critério da verificação estabelecia que as proposições deveriam ser testadas empiricamente, caso fossem validadas seriam consideradas sintéticas, com significado cognitivo, portanto, científicas. A invalidação de uma proposição a qualificaria como metafísica, sem significado cognitivo, conseqüentemente, não científica. Todavia, o critério da verificação possuía uma séria limitação, a saber, requeria um número infinito de testes empíricos para que uma proposição fosse verificada conclusivamente e a ela pudesse ser atribuído, com segurança, o estatuto científico, não metafísico. Como a realização de testes infinitos é uma tarefa impossível, adotou-se o critério da confirmação, que demandava um número finito de testes, em que uma

---

<sup>72</sup> “The aim of philosophy, then, is logical analysis; and its subject matter is the empirical or positive sciences” (Caldwell, 1982, p.13).

<sup>73</sup> Os exemplos foram retirados de Ball (2004).

proposição ganharia mais confiança na medida em que fosse confirmada em um número crescente de testes empíricos (Caldwell, 1982, p.20-23).

O debate em torno do critério de demarcação entre proposições significativas e não significativas evidenciou um dos problemas encontrados pelo positivismo lógico, a saber, não é possível verificar conclusivamente uma proposição científica, dado o problema da testabilidade infinita. Mesmo que o critério da confirmação seja adotado, não se pode garantir que uma proposição até então confirmada vá passar pelo próximo teste empírico, pois ainda existe a possibilidade dessa proposição se mostrar metafísica no teste seguinte. A utilização pela ciência de termos teóricos constituiu outro problema encontrado pelo positivismo lógico, pois os termos teóricos são, por definição, não empíricos, portanto, metafísicos. A questão que se coloca é como conciliar o que uma determinada tradição da filosofia da ciência considera científico e a prática efetiva da ciência. Como conciliar a afirmação lógico-positivista de que a ciência não pode comportar proposições metafísicas em sua estrutura interna e um corpo científico já constituído que utiliza termos teóricos, metafísicos, em seu discurso? A saída positivista foi o modelo hipotético-dedutivo (doravante, modelo H-D).

O modelo H-D foi sugerido por Carnap e Hempel como resposta ao problema dos termos teóricos (Caldwell, 1982, p.23-27). A proposta do modelo H-D representou um ponto de inflexão nos debates em filosofia da ciência, em que as teorias passaram a ser entendidas como modelos estruturados cujos elementos constitutivos são leis gerais e proposições, metafísicas ou não. O objeto do teste empírico também é deslocado, não são as proposições particulares que são passíveis de teste, mas a teoria da qual tais proposições fazem parte, caso a teoria como um todo passe no teste todas as proposições que a compõem são indiretamente validadas.

Desta maneira, o modelo H-D passa a fornecer uma estrutura lógica para as teorias que se pretendem científicas, sendo composto de pelo menos uma lei geral e um conjunto de condições iniciais (*explanans*) e um fenômeno deduzido dessa lei geral e das condições iniciais (*explanandum*). Essa lei geral pode ser de natureza determinística (modelo nomológico-dedutivo) ou probabilística (modelo indutivo-probabilístico). No primeiro caso o *explanandum* sempre decorre do *explanans*, enquanto no segundo caso existe uma



probabilidade, não uma certeza, de que o *explanandum* decorra do *explanans*<sup>74</sup>. Ademais, essa lei geral tem o caráter de uma “lei de cobertura”, ou *covering law*, i.e., são leis que devem ser capazes de explicar e prever a partir de um dado *explanans*. As *covering laws* implicam uma simetria entre explicação e previsão – tese da simetria – em que a explicação seria uma previsão escrita pelo avesso (Blaug, 1999, p.40). Nesse sentido, na explicação o *explanandum* encontra-se no passado, são fenômenos que já ocorreram, e na previsão o *explanandum* remete a eventos futuros, ainda não concretizados. Blaug assinala, contudo, que nem toda teoria é capaz de explicar e prever ao mesmo tempo, o que seria um desafio à noção de lei científica como *covering law* (Blaug, 1999, p.40-46).

### **3.2. As críticas de Karl Popper, Thomas Kuhn e Imre Lakatos ao projeto lógico-positivista**

Popper foi um dos críticos mais diligentes do positivismo lógico. Seu pensamento, contudo, não pode ser completamente identificado nem com o projeto lógico-positivista nem com a tradição do crescimento do conhecimento. Popper assinalara que os “positivistas, em sua ansiedade por aniquilar a metafísica, aniquilaram também a ciência natural” (Caldwell, 1982, p.18). De acordo com Popper, não é possível distinguir entre proposições significativas e não significativas, visto ser impossível a verificação conclusiva de uma proposição. Contudo, as teorias podem ser testadas empiricamente e ditas científicas ou não científicas, em que as teorias científicas devem, necessariamente, ser passíveis de falsificação. Ao contrário dos lógico-positivistas, Popper não identifica significado cognitivo com cientificidade, mas sim cientificidade com falibilismo. Nesse sentido, a crítica de Popper ao positivismo lógico direciona-se ao critério de verificação, cuja alternativa proposta é o falseabilismo, bem como à possibilidade mesma de uma demarcação entre enunciados com e sem significado cognitivo.

Os teóricos do crescimento do conhecimento são reconhecidos como responsáveis pelo fornecimento de uma crítica definitiva ao projeto lógico-positivista, representando um

---

<sup>74</sup> Caldwell, 1982, p.27-30; Blaug, 1999, p.38-40; Lawson, 1997, p.16-19; Feijó, 2003, p.37.

ponto de inflexão nos debates em filosofia da ciência. A análise dos elementos internos das teorias é abandonada, o foco da discussão em filosofia da ciência é deslocado para a evolução histórica das teorias científicas (Caldwell, 1982, p.20). Alguns autores freqüentemente citados como teóricos do crescimento do conhecimento são Paul Feyerabend, Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Stephen Toulmin<sup>75</sup>. Apesar de compartilharem temáticas comuns, Feyerabend e Kuhn enfatizam aspectos relativos aos fatores sociológicos presentes na evolução das teorias científicas, enquanto Lakatos e Toulmin focalizam o exame histórico do raciocínio científico (Backhouse, 1985, p.281).

Kuhn e Lakatos possuem alguns pontos em comum, como a idéia de que as teorias se organizam em torno de comunidades científicas, ou programas de pesquisa científicos, cuja unidade é dada por uma visão de mundo compartilhada. Tal visão de mundo recebe a denominação de paradigma em Kuhn e núcleo rígido em Lakatos. A diferença fundamental entre os autores reside basicamente no critério de escolha entre duas visões de mundo concorrentes. Para Kuhn as disputas paradigmáticas se resolvem com base na fé que a comunidade científica deposita em um novo paradigma. Segundo Lakatos, a visão de mundo – ou núcleo rígido – a ser escolhida pelos cientistas é aquela capaz de produzir programas de pesquisa progressivos, ou seja, aqueles teoricamente progressivos (capazes de prever fatos novos) e empiricamente progressivos (os fatos novos previstos são comprovados empiricamente).

Deste modo, a crítica de Kuhn e Lakatos ao projeto lógico-positivista aponta para uma reorientação dos debates em filosofia da ciência, em que o teste individual de proposições perde importância e o estudo da evolução das teorias científicas ao longo do tempo passa a ser visto como mais relevante. Todavia, essas críticas ao positivismo lógico não eliminaram por completo as idéias lógico-positivistas do discurso científico. No item que segue exponho a proposta instrumentalista de Friedman para a Economia, cujos fundamentos são compatíveis com o referido projeto lógico-positivista.

### **3.3. Instrumentalismo Metodológico: o positivismo lógico na ciência econômica**

---

<sup>75</sup> Sobre os teóricos do crescimento do conhecimento ver Caldwell, 1982, p.68-93; Blaug, 1999, p.67-91; Feijó, p.62-74; Cavalcante, capítulo 2.

O instrumentalismo metodológico ganha espaço nos debates em metodologia econômica a partir de um artigo de Milton Friedman (1981) – *A metodologia da economia positiva* –, publicado originalmente em 1953. Friedman inicia seu argumento reeditando a distinção entre ciência positiva e ciência normativa sugerida por Neville Keynes (Friedman, 1981, p.163). A ciência normativa é responsável por afirmações concernentes ao *que deve ser*, podendo apenas apontar o que os sujeitos avaliam como desejável, não possuindo caráter científico. Este somente pode ser atribuído à ciência positiva, que está habilitada a fazer asserções sobre *o que é*. Nesse sentido, Friedman argumenta a favor da Economia como uma ciência positiva, o que significa para o autor uma ciência axiologicamente neutra. A conexão com a filosofia lógico-positivista é visível.

Quanto à estrutura das teorias científicas (i.e., positivas), Friedman identifica dois elementos componentes dessas teorias: linguagem e hipóteses substantivas. A linguagem é o componente teórico responsável pela construção de um sistema de arquivamento e classificação de eventos empíricos, fornecendo a consistência lógica à estrutura conceitual das teorias. Uma adequada avaliação quanto à completude e coerência da linguagem utilizada na teoria, somente pode ser realizada através do recurso aos cânones da lógica formal (Friedman, 1981, p.167). Ao economista está vedada qualquer consideração acerca da linguagem implicada na construção teórica.

Já as hipóteses substantivas subdividem-se em implicações e pressupostos, sendo responsáveis pela previsão de eventos empíricos, em que sua validação ou invalidação está diretamente ligada ao seu poder preditivo<sup>76</sup>. Essas previsões, por sua vez, somente podem ser realizadas e testadas com base no conjunto de regularidades empíricas capturadas e armazenadas pela teoria. Enquanto a análise relativa à adequação do sistema de linguagem é deixada para os cânones da lógica formal, a utilização de hipóteses substantivas suscita um debate mais amplo acerca de sua adoção e aplicabilidade na ciência.

---

<sup>76</sup> Friedman destaca que nem sempre previsões são referentes a eventos futuros (que ainda estão por ocorrer), mas também é possível avaliar o poder preditivo de uma teoria a partir de evidências factuais acerca de eventos passados (que já ocorreram). Aqui o autor faz clara referência à simetria entre previsão e explicação (tese da simetria), implicada nos modelos *covering-law*.

Um dos critérios para a escolha de uma hipótese é o seu já aludido poder preditivo. No entanto, este não é o único critério de escolha de uma hipótese, pois o “número de fatos observados é invariavelmente finito, ao passo que o número de hipóteses possíveis é infinito” (Friedman, 1981, p.169). Naturalmente, argumenta Friedman, novas evidências vão surgindo e invalidando algumas das hipóteses apresentadas para descrever determinado fenômeno, mas mesmo assim persiste o problema de que não existem evidências suficientes para eliminar todas as hipóteses concorrentes (Friedman, 1981, p.169-170). Diante da questão da adequação de uma evidência finita a um conjunto infinito de hipóteses, dois outros critérios para escolha de hipóteses são propostos, a saber, fecundidade e simplicidade. Uma hipótese satisfaz ao critério da simplicidade quando é capaz de produzir previsões com base em pouca evidência factual. Essa hipótese é ainda fecunda se suas previsões são mais acuradas e capturam um maior conjunto de eventos empíricos.

Uma hipótese é importante quando ‘explica’ muito com base em pouco, ou seja, quando está em condições de delimitar, por abstração, partindo da massa de circunstâncias complexas e pormenorizadas que cercam o fenômeno a explicar, uma classe de elementos comuns e fundamentais, formulando previsões válidas cujo alicerce é, justamente, apenas essa classe de elementos cruciais. Conseqüentemente, para que seja importante, uma hipótese deve ser descritivamente falsa em seus pressupostos. Ignora e deixa de explanar várias circunstâncias presentes, cuja irrelevância para o fenômeno em tela decorre do próprio êxito da teoria (Friedman, 1981, p.174).

Como indicado anteriormente, as hipóteses substantivas são em parte implicações (previsões) e em parte pressupostos. As implicações, por serem diretamente previsões, não constituem obstáculos adicionais, podendo ser comprovadas ou não empiricamente. Já os pressupostos são abstrações de elementos da realidade, o que enseja a discussão acerca da possibilidade de uma hipótese substantiva ser julgada a partir do realismo de seus pressupostos. A essa questão Friedman responde negativamente. Por constituírem uma abstração da realidade, os pressupostos não podem ser realistas.

A abstração, para Friedman, possui um caráter dissociador dos elementos componentes do objeto de estudo, em que no processo de apreensão cognitiva da realidade

as conexões reais presentes no objeto são inevitavelmente desfeitas. Como resultado, a configuração original da realidade não pode ser reproduzida teoricamente, i.e., a realidade econômica não pode ser conhecida objetivamente. Por conseguinte, pressupostos são, e somente podem ser, representações simplificadas da realidade. Se assim ocorre o processo de apreensão teórica da realidade, então a conclusão de Friedman acerca da possibilidade de julgamento das hipóteses substantivas a partir do realismo dos pressupostos delas componentes somente pode ser uma resposta negativa a tal questão.

Assim sendo, a tarefa de uma ciência instrumental é produzir modelos teóricos que “não tem a pretensão de ser descritivos; são concebidos a fim de isolar os traços que se mostrem relevantes para a resolução de um particular problema” (Friedman, 1981, p.193). Os modelos teóricos têm como função, no processo de conhecimento, a delimitação do campo de investigação de interesse da ciência, sendo avaliados a partir de sua capacidade preditiva. Deste modo, a interdição da possibilidade de obtenção de um conhecimento objetivo da realidade econômica deixa a Friedman a capacidade preditiva como única forma de avaliação da cientificidade e adequação das teorias econômicas.

#### **3.4. Realismo Crítico: uma crítica à ontologia lógico-positivista**

Os debates em torno do realismo crítico foram suscitados pelos escritos de Roy Bhaskar da década de 1970. Em *A Realist Theory of Science*, Bhaskar propusera uma descrição realista da ciência que deveria “fornecer uma ampla alternativa ao positivismo que desde o tempo de Hume tem delineado nossa imagem de ciência. Central à visão positivista de ciência é a teoria humiana de leis causais” (Bhaskar, 1997 [1975], p.12)<sup>77</sup>. Desta forma, o realismo crítico pode ser contraposto à filosofia da ciência lógico-

---

<sup>77</sup> “Such an account must provide a comprehensive alternative to the positivism which since the time of Hume has fashioned our image of science” (Bhaskar, 1997 [1975], p.12).

positivista, bem como a seus críticos – os teóricos do crescimento do conhecimento<sup>78</sup> –, na medida em que assumem os fundamentos ontológicos positivistas. A filosofia crítico-realista ingressa nas discussões metodológicas em Economia através do trabalho de Tony Lawson (1997; 2003). O objetivo dessa subseção é a apresentação da crítica de Lawson ao conjunto de métodos subjacentes à ortodoxia econômica – o *dedutivismo*.

Em primeiro lugar, o realismo de Lawson está comprometido com três aspectos: (i) existência de entidades trans-empíricas como relações sociais, buracos negros, etc.; (ii) objetos da investigação científica existem independentemente de sua investigação; (iii) ontologia, ou a investigação da natureza do ser e de sua existência, incluindo a natureza, constituição e estrutura dos objetos de estudo (Lawson, 1997, p.15). O item (iii) distingue o realismo crítico de Lawson das demais modalidades de realismo. O compromisso com uma realidade intransitiva e estratificada nas esferas empírica, efetiva e real permite a Bhaskar (e Lawson) uma descrição realista da ciência, alternativa ao realismo empírico (positivismo lógico) e ao idealismo transcendental (teóricos do crescimento do conhecimento). Nesse sentido, Bhaskar sugere o realismo transcendental, ontologia filosófica subjacente ao realismo crítico.

Enquanto no positivismo lógico havia o reconhecimento da existência de um objeto independente do sujeito cognoscente, em Kuhn e Lakatos já é assumido que os objetos do conhecimento transcendem a esfera empírica – leis gerais e proposições sem referência na experiência sensível são admitidas no discurso científico. Na metodologia de Kuhn e Lakatos existe a possibilidade de construção de modelos teóricos, mas o não estabelecimento de um objeto independente do conhecimento, implica a produção de construtos imaginários, o que fica evidente, por exemplo, na falta de critérios racionais de escolha entre paradigmas concorrentes no esquema conceitual de Kuhn. Destarte, enquanto no positivismo lógico apenas o domínio intransitivo do conhecimento é considerado, em Kuhn e Lakatos apenas o domínio transitivo do conhecimento é reconhecido. Bhaskar e Lawson sustentam que o realismo transcendental é capaz de considerar ambos os domínios

---

<sup>78</sup> Popper é um filósofo realista, mas não totalmente identificável com o realismo crítico. Ademais, existem várias formas de realismo, cujo ponto acerca do qual todos os realistas estão de acordo remete à existência de uma realidade externa ao pensamento. Contudo, essa temática foge do escopo dessa Dissertação. Para as diversas modalidades de realismo e suas diferenças em relação ao realismo crítico, remeto o leitor para Fucidji (2006).

do conhecimento, o transitivo e o intransitivo. Nesse propósito Lawson (1997) propõe a análise da adequação de um conjunto de métodos denominado *dedutivismo* à ciência natural e, posteriormente, à ciência social. Inicialmente, vejamos na subseção seguinte o que Lawson entende por *dedutivismo*.

### 3.4.1. Dedutivismo: lei científica como conjunção constante de eventos

Lawson utiliza o termo *dedutivismo* para denotar uma modalidade de lei científica comprometida com padrões de eventos do tipo “sempre que evento x, então evento y” (Lawson, 1997, p.17)<sup>79</sup>. Tal modalidade de lei científica é identificável com as *covering-laws* implicadas no modelo H-D, podendo aparecer sob a forma determinística (modelo nomológico-dedutivo) ou probabilística (modelo indutivo-probabilístico). Desta maneira, o *dedutivismo* pode ser definido como “uma coleção de teorias (de ciência, explicação, progresso científico, etc.) que é erigida sobre a concepção de leis enquanto regularidade de eventos em conjunção com o mencionado princípio de avaliação de teoria” (Lawson, 1997, p.17)<sup>80</sup>. De acordo com Lawson, os problemas da economia ortodoxa residem justamente na adoção acrítica de uma modalidade de explicação científica *dedutivista*<sup>81</sup>.

Uma característica das leis do tipo *covering-law* (ou *dedutivista*) é a capacidade tanto de predição quanto de explicação dos fenômenos. Se a postulação de uma lei científica implica uma capacidade de explicar e prever eventos, então essa lei somente

---

<sup>79</sup> “On this view, laws, which are often referred to as ‘covering laws’, express regularities of the form ‘whenever event x then event y’” (Lawson, 1997, p.17).

<sup>80</sup> “By deductivism I simply mean the collection of theories (of science, explanation, scientific progress, and so forth) that is erected upon the event regularity conception of laws in conjunction with the just noted principle of theory assessment” (Lawson, 1997, p.17).

<sup>81</sup> Lawson identifica três problemas relativos à economia ortodoxa: (i) inconsistência ao nível do método: as prescrições metodológicas a partir das quais os economistas ortodoxos sustentam a cientificidade de suas teorias não são seguidas na ocasião da construção dos modelos econométricos (e.g., inclusão de hipóteses *ad-hoc*); (ii) inconsistência ao nível da teoria social: apesar de definir a ciência econômica como a teoria da escolha, não é possível sustentar uma idéia de *escolha real* nos modelos formais apresentados em livros e periódicos do *mainstream* econômico; (iii) inconsistência ao nível da metodologia: os economistas ortodoxos desencorajam o estudo da metodologia, a considerando uma perda de tempo, sempre *afirmando* sua inutilidade, mas nunca *argumentando* por que o estudo da metodologia deveria ser evitado. Além disso, alguns economistas ortodoxos, apesar de aconselhar os estudantes a evitar as discussões metodológicas, participam de debates nos quais defendem suas posições com base em argumentos filosófico-metodológicos (Lawson, 1997, cap.1).

pode operar em *sistemas fechados*, nos quais todos os eventos potencialmente realizáveis encontram-se efetivados, de modo que nenhuma novidade venha a perturbar as regularidades capturadas e generalizadas pela lei científica. Por conseguinte, um *sistema fechado* pode ser definido como aquele no qual conjunções constantes de eventos estão presentes (Lawson, 1997, p.19).

O *dedutivismo* compreende lei científica como conjunção constante de eventos, em que a condição de possibilidade de existência dessa modalidade de lei científica no mundo implica a onipresença de sistemas fechados. Se a atividade científica resume-se à captura de regularidades empíricas, seu objeto somente pode ser constituído de eventos atomísticos, que não possuem relações entre si, apenas correlações características de seu estatuto de conjunção constante de eventos, a despeito da tentativa dos modelos *covering-law* no sentido de ir além da mera correlação (descrição) lógico-positivista. Deste modo, a ontologia filosófica subjacente ao *dedutivismo* é o realismo empírico – concepção dos objetos da ciência como compostos de padrões de eventos atomísticos, conseqüentemente, de uma ubiqüidade de sistemas fechados.

### **3.4.2. Atividade experimental: da capacidade explanatória do *dedutivismo* no âmbito da ciência natural**

Lawson propõe a análise da atividade experimental, uma prática difundida na ciência natural, como forma de avaliação da adequação da ontologia implicada no *dedutivismo* ao objeto de estudo do cientista natural. Duas observações podem ser feitas quanto aos sistemas fechados: (i) as conjunções constantes de eventos não são amplamente encontradas no mundo, estando restritas às condições de controle experimental; (ii) as descobertas da ciência natural são aplicadas com sucesso no mundo (Lawson, 1997, p.27). No que concerne à primeira observação, Lawson nos informa que, exceto nas condições especiais do sistema astronômico, as regularidades de eventos não são espontâneas na natureza, mas sim produto da ação do sujeito cognoscente que produz fechamentos



artificiais em laboratório. A segunda observação aponta para a aplicabilidade das teorias ao mundo por elas conceitualmente apreendido.

Ao propor os métodos adequados ao conhecimento de determinado objeto, a filosofia da ciência veicula também uma ontologia filosófica, ou uma imagem de como é esse objeto a ser estudado pela ciência. Deste modo, a sugestão do modelo H-D como estrutura a ser adotada por todo discurso com pretensões ao estatuto científico traz consigo uma particular concepção de lei científica (*covering-law*) e do objeto da ciência (sistemas fechados). A questão é se esse conjunto de métodos denominado *dedutivismo*, é capaz de explicar a atividade experimental. A imagem do objeto da ciência natural veiculado pela ontologia filosófica do realismo empírico é compatível com tal objeto?

Na atividade experimental os cientistas produzem fechamentos, conseqüentemente, conjunções constantes de eventos e aplicam suas descobertas no mundo. Conforme assinalado anteriormente, se o *dedutivismo* postula leis como regularidade de eventos, então a condição de possibilidade de aplicação dessas leis ao mundo é que este seja composto por uma ubiqüidade de sistemas fechados. Mas se no mundo as regularidades de eventos não estão presentes, de forma que este é constituído de sistemas abertos, como explicar o sucesso da ciência natural? A concepção de ciência *dedutivista* implica que: (i) a aplicabilidade das leis científicas está restrita ao laboratório (sistemas fechados); (ii) não é possível explicar os sucessos da ciência natural fora do ambiente experimental. Assim conclui-se que o *dedutivismo* não está habilitado a explicar a prática efetiva da ciência natural.

Se o *dedutivismo* não é capaz de garantir a inteligibilidade da atividade experimental a partir da noção de lei como conjunção constante de eventos, então o que os cientistas realizam em laboratório? Por que produzem fechamentos artificiais se o mundo é composto de sistemas abertos? Padrões de eventos são produzidos no intuito de que leis possam ser identificadas, e para que sejam aplicáveis a sistemas abertos essas leis não podem ser reduzidas ao padrão de eventos que governam. Mais uma vez, as conjunções constantes de eventos são produzidas através da intervenção humana. Deste modo, o sucesso da ciência natural pode ser explicado através do reconhecimento da

intransitividade das leis científicas, i.e., leis científicas operam a despeito de sua identificação, funcionando tanto em sistemas fechados quanto em sistemas abertos.

Se a realidade é composta por elementos não identificáveis diretamente no mundo, necessitando da produção de sistemas fechados para que sejam conhecidos, então é lícito argumentar que o mundo não se esgota nos eventos empíricos e seus estados, imediatamente dados ao sujeito cognoscente, mas possui leis e mecanismos subjacentes ao curso de eventos observados. A ontologia filosófica implicada no realismo crítico, o realismo transcendental, reconhece uma estratificação da realidade nas esferas empírica, efetiva e real.

O mundo, nessa concepção, consiste, portanto, em mais que o curso efetivo dos eventos e nossas experiências. De modo diverso, três domínios da realidade são distinguidos, denominados *empírico* (experiência e impressões), *efetivo* (eventos efetivos e estados de coisas em adição ao empírico) e *real* (estruturas, poderes, mecanismos e tendências, em adição aos eventos efetivos e experiências) (Lawson, 1997, p. 21)<sup>82</sup>.

Bhaskar (1997 [1975]) ilustra essa distinção entre os três estratos da realidade com o exemplo da atração dos pregos por um ímã. O ímã e os pregos representam os objetos empíricos, pertencendo à esfera empírica. O evento em si, os pregos sendo atraídos pelo ímã, constitui a esfera efetiva. O mecanismo que causa a atração dos pregos pelo ímã, no caso o magnetismo, encontra-se na esfera real. A despeito da apresentação seqüencial e esquemática dos estratos da realidade, estes são irreduzíveis uns aos outros e dessincronizados, de modo que o real não pode ser reduzido ao efetivo, nem o efetivo pode ser reduzido ao empírico.

Um ponto fundamental para o realismo crítico é a distinção entre os domínios transitivo e intransitivo do conhecimento. Os objetos de estudo da ciência são intransitivos no sentido de que “existem, perduram e agem independentemente do processo de sua identificação; (...) ao menos em parte, perduram e agem independentemente do nosso

---

<sup>82</sup> “The world on this view thus consists in more than the actual course of events and our experiences. Rather, three domains of reality are distinguished, namely the *empirical* (experience and impression), the *actual* (actual events and states of affairs in addition to the empirical) and the *real* (structures, powers, mechanisms and tendencies, in addition to actual events and experiences)” (Lawson, 1997, p.21).

conhecimento a seu respeito” (Lawson, 1997, p.25)<sup>83</sup>. As teorias científicas, através das quais o sujeito cognoscente intenciona conhecer determinado objeto, fazem parte do domínio transitivo, constituído de “fatos, observações, teorias, hipóteses, descobertas, intuições, especulações, anomalias, etc., que condicionam todo conhecimento ulterior, e em particular, facultam, e tornam-se ativamente transformados através da laboriosa prática social da ciência” (Lawson, 1997, p.25)<sup>84</sup>.

A importância dessa distinção reside na não redução do objeto às descrições que dele produzimos, o que resultaria, na terminologia crítico-realista, em uma *falácia epistêmica*, ou a “concepção de que asserções sobre o ser podem sempre ser reduzidas a, ou analisadas somente em termos de, asserções sobre o conhecimento, que questões ontológicas podem sempre ser traduzidas em termos epistemológicos” (Lawson, 1997, p. 33)<sup>85</sup>. Os críticos do positivismo lógico assim procederam ao tentar resolver suas inconsistências com reparos epistemológicos, deixando a questão ontológica intratada. Como vimos, a incoerência do *dedutivismo* não é uma questão da inadequação dos critérios de teste empírico, mas sim da incapacidade de explicação da atividade experimental. Tal incapacidade é proveniente de uma ontologia filosófica, subjacente a esse conjunto de métodos, que reduz o objeto da ciência a padrões de eventos empíricos.

Ao contrário do *dedutivismo*, o realismo transcendental reconhece que os objetos do conhecimento comportam tanto eventos empíricos, mas também leis e mecanismos causais que residem para além da esfera empírica, e que são responsáveis pelo curso efetivo de eventos. Todavia, leis gerais e mecanismos causais não constituem uma adição arbitrária do sujeito cognoscente a uma teoria que deve comportar mais que eventos empíricos; tais leis e mecanismos possuem uma existência independente de sua identificação, são,

---

<sup>83</sup> “They are *intransitive* in the sense of existing, enduring and acting independently of the process of their identification; the mechanisms, tendencies and causal structures that are designated in causal laws are irreducible to our knowledge of them, and, in some part at least, endure and act independently of our knowledge of them” (Lawson, 1997, p.25).

<sup>84</sup> “That is, it is necessary to recognise a dimension of *transitive* objects of knowledge, including facts, observations, theories, hypotheses, guesses, hunches, intuitions, speculations, anomalies, etc., which condition all further knowledge, and in particular, facilitate, and come to be actively transformed through, the laborious social practice of science” (Lawson, 1997, p.25).

<sup>85</sup> “This fallacy consists in the view that statements about being can always be reduced to, or analysed solely in terms of, statements about knowledge, that matters of ontology can always be translated into epistemological terms” (Lawson, 1997, p.33).

conseqüentemente, entidades reais, não imaginárias. Para que se estabeleça a intransitividade dessas entidades trans-empíricas, foi necessário rejeitar uma ontologia filosófica que esgota o objeto da ciência nos eventos empíricos e reconhecer que a realidade é estratificada em esferas irredutíveis e dessincronizadas umas às outras.

### **3.4.3. Estatuto da escolha humana: da capacidade explanatória do *dedutivismo* no âmbito da ciência social**

Vimos que o *dedutivismo* não é capaz de estabelecer a inteligibilidade da atividade experimental no âmbito da ciência natural, resta saber se esse conjunto de métodos também se mostra inadequado à ciência social. Devemos ainda considerar a transposição da capacidade explanatória do realismo transcendental, demonstrada na ocasião da avaliação da ciência natural, à ciência social e seu objeto. Muito embora seja proposto um argumento análogo para as ciências natural e social é preciso observar que seus objetos de estudo – natureza e sociedade – guardam entre si uma diferença ontológica fundamental. Enquanto as estruturas naturais (intransitivo natural) não são influenciadas pelas teorias produzidas pelos cientistas naturais (transitivo), as teorias, científicas ou não, constituem o que é a sociedade. Nesse sentido, as estruturas sociais (intransitivo social) são permeáveis em relação às teorias elaboradas pelo sujeito cognoscente (transitivo). O estabelecimento da intransitividade do objeto social permite uma objetividade à ciência social análoga à verificada na ciência natural. Contudo, esse é um resultado que não pode ser postulado *a priori*, mas pode ser obtido através do argumento ontológico desenvolvido em seguida.

Não existe na ciência social uma prática tão difundida como os experimentos controlados da ciência natural. No intuito de considerar uma asserção amplamente aceita no âmbito da Economia, Lawson propõe a análise do estatuto da escolha humana. A questão que nos interessa aqui é a capacidade explanatória do *dedutivismo* no que concerne à escolha humana (objeto de estudo). Nossa análise tem início com a compreensão do que

se encontra subjacente à realidade das pessoas que fazem escolhas. Lawson assinala que a escolha real pressupõe que todo sujeito poderia sempre ter agido de forma diferente da maneira como efetivamente agiu. Portanto, a condição necessária para que a escolha seja real é que os sistemas sejam abertos, nos quais os eventos sempre poderiam ter sido diferentes. Ou seja, “se sob condições x um agente de fato escolheu fazer y, este é o caso que esse mesmo agente poderia realmente, ao invés disso, não ter feito y” (Lawson, 1997, p.30)<sup>86</sup>.

Sendo a presença de sistemas abertos indispensável ao exercício da escolha real, uma dificuldade adicional se impõe ao *dedutivismo*, agora no âmbito da ciência social. Como explicar a realidade da escolha humana a partir de um conjunto de métodos científicos no qual uma ontologia de sistemas fechados encontra-se implicada? A conclusão de Lawson é que, ao adotar o *dedutivismo* como método de explicação científica, o *mainstream* econômico mostra-se incapaz de explicar um ponto central à sua construção teórica – a escolha individual. Lawson denominou essa falha como inconsistência ao nível da teoria social, ou a deficiência explanatória de uma teoria frente ao objeto por ela delimitado (Lawson, 1997, p.8-11).

A apreciação da escolha humana permite outros resultados para além do provimento de evidências acerca das inconsistências do *dedutivismo* no domínio da ciência social. A condição de possibilidade da escolha humana pressupõe não apenas sistemas abertos, mas também que os agentes possuam alguma concepção do que estão fazendo e o que pretendem obter com sua atividade, i.e., “se a escolha é real então as ações humanas devem ser intencionais sob certa descrição” (Lawson, 1997, p.30)<sup>87</sup>. A ação intencional, por sua vez, pressupõe uma certa cognoscibilidade do ambiente no qual o agente pretende realizar suas finalidades. Tal cognoscibilidade somente é possível na presença de estruturas relativamente duradouras, a partir das quais os atos alternativos possam ser figurados e posteriormente efetivados. Se essas estruturas dependem da ação humana intencional para existir elas podem ser ditas *sociais*.

---

<sup>86</sup> “(...) if under conditions x an agent in fact chose (...) to do y, it is the case that this same agent could really instead have not done y” (Lawson, 1997, p.30).

<sup>87</sup> “(...) if choice is real then human actions must be intentional under some description” (Lawson, 1997, p.30).

A análise da escolha humana, conforme realizada no parágrafo anterior, é um exemplo de método retrodutivo, definido como “um movimento, paradigmaticamente, de um ‘fenômeno superficial’ para certo elemento causal ‘mais profundo’” (Lawson, 1997, p.24)<sup>88</sup>. No caso o “fenômeno superficial” pode ser identificado com a escolha humana, que reside no estrato empírico-efetivo da realidade. A partir do fenômeno da escolha humana foi inferida uma série de outras categorias, como intencionalidade e cognoscibilidade, através das quais chegamos à realidade das estruturas sociais relativamente duradouras, o elemento causal “mais profundo” subjacente à escolha humana. Importante notar que, somente com o reconhecimento de uma estratificação da realidade é possível entreter uma noção de escolha real (sistemas abertos) e estruturas sociais relativamente duradouras (presença de legalidades potencialmente revogáveis, ou leis de tendência). Deste modo, foi demonstrado, a partir de um argumento ontológico, a intransitividade, ainda que relativa, do objeto social. Nesse sentido, a Economia é uma ciência potencialmente objetiva.

#### **3.4.4. Das propriedades ontológicas do objeto social**

Antes de nos voltarmos para a apresentação específica das propriedades constitutivas do objeto social, derivadas da análise anteriormente proposta por Lawson, serão delineadas algumas propriedades ontológicas comuns tanto ao domínio natural quanto ao domínio social. Lawson (1997, p.63) destaca quatro elementos componentes de sistemas estruturados e estratificados: (i) negatividade (ausências reais); (ii) causalidade humana intencional transformativa; (iii) emergência; (iv) relacionalidade interna (ou totalidades).

A negatividade está relacionada à capacidade da ausência de eventos ou ações de constituírem a realidade social. Nesse sentido, não apenas os eventos que ocorrem ou as ações que são realizadas produzem efeitos reais. Um evento que deixa de ocorrer e/ou uma

---

<sup>88</sup> “It is a movement, paradigmatically, from a ‘surface phenomenon’ to some ‘deeper’ causal thing” (Lawson, 1997, p.24).

ação que não é posta em curso pode produzir conseqüências que se tornam parte constitutiva do mundo do qual fazem parte.

Seca em regiões de plantio, não intervenção governamental numa esfera específica da economia, e greves nos transportes públicos são tão causalmente eficazes e *a fortiori* reais, quanto, respectivamente, chuva, regulação governamental ativa e trens e ônibus em funcionamento todo o tempo (Lawson, 1997, p.63)<sup>89</sup>.

A causalidade humana intencional transformativa remete ao fato de que certos processos no mundo só ocorrem através da ação humana, seja criativa ou apenas reprodutiva de um curso de ação previamente engendrado. Ademais, a “ação humana não é somente causalidade intencional: esta é causalidade intencional *enraizada*” (Lawson, 1997, p.63)<sup>90</sup>. A ação humana é, portanto, intencional, capaz de produzir efeitos no mundo e enraizada em estruturas naturais e sociais. Nesse sentido, qualquer ação humana somente pode ocorrer através de sujeitos biológicos dotados de consciência e orientados por representações do mundo socialmente informadas.

Lawson (1997, p.63) define emergência como uma relação entre dois estratos, na qual um desses estratos emerge de outro, permanecendo dele dependente para existir, mas sem a ele se reduzir. De forma mais esquemática, um estrato emergente pode ser definido em termos de três propriedades: (i) emerge de estratos inferiores, sendo formado por princípios operativos nesse estrato inferior; (ii) permanece dependente do estrato inferior para sua existência; (iii) contém poderes causais irredutíveis ao estrato inferior, podendo ainda retroagir sobre esse estrato inferior (Lawson, 2003b, p.183). Um exemplo clássico é a emergência do material orgânico do inorgânico. Lawson indica ainda que “o domínio

---

<sup>89</sup> “Droughts in crop-growing regions, government non-intervention in a specific sphere of the economy, and public transport strikes are just as causally efficacious and *a fortiori* real, as, respectively, rain, active governmental regulation and trains and buses which run on time” (Lawson, 1997, p.63).

<sup>90</sup> “But human agency is not only intentional causality: it is *embedded* intentional causality” (Lawson, 1997, p.63).

social é emergente da (inter-) ação humana, ainda que com propriedades irreduzíveis a, porém capazes de afetar causalmente, o último” (Lawson, 2003b, p.183)<sup>91</sup>.

Por fim, sistemas estruturados e estratificados são totalidades, i.e., os elementos constitutivos desses sistemas encontram-se internamente relacionados, não mantendo suas propriedades ontológicas quando destacados da totalidade na qual encontram-se inseridos e que faz desses elementos o que eles são. Ou seja, cada elemento particular só é o que é quando inserido na totalidade, quando dela destacado tal elemento assume outro estatuto ontológico.

Exemplos paradigmáticos incluem melodias e pinturas; cada um consiste em totalidades ou partes relacionadas. Cada um deve ser concebido como uma totalidade ou conjunto e não pode ser entendido meramente através de uma análise isolada de cada componente. Como Keynes observa ‘Qualquer julgamento como o da beleza de uma entidade deve ser derivado de uma observação desta como um todo e não deduzida de julgamentos concernentes às suas diversas partes’ (Lawson, 1997, p.64)<sup>92</sup>.

Outros exemplos de relacionalidade interna usualmente remetem ao sistema de posições sociais, como a relação professor-aluno, patrão-empregado, em que um pólo da relação somente pode existir na presença do outro. No entanto, nem todas as relações existentes são desse tipo – relacionalidade interna simétrica –, pois existem situações nas quais um dos pólos da relação pode existir sem o outro – relacionalidade interna assimétrica –, bem como situações nas quais ambos os pólos da relação são independentes um do outro – ausência de relacionalidade interna. Bhaskar nos esclarece a esse respeito:

Uma relação  $R_{ab}$  pode ser definida como *interna* se e somente se A não fosse o que *essencialmente* é a menos que B esteja relacionado com este do modo como está.  $R_{ab}$  é *simetricamente interna* se o mesmo se aplica a B. (‘A’ e ‘B’

---

<sup>91</sup> “And, according to the conception I am defending, the social realm is emergent from human (inter-) action, though with properties irreducible to, yet capable of causally affecting, the latter” (Lawson, 2003b, p.183).

<sup>92</sup> “Paradigm examples include melodies and paintings; each comprise totalities of internally related parts. Each must be conceived as a totality or whole and cannot be understood merely through a separate analysis of each component. As Keynes observes ‘Any judgement as to the beauty of an entity must be derived from contemplation of it as a whole and not deduced from judgements concerning its various parts’” (Lawson, 1997, p.64).



podem designar universais ou particulares, conceitos ou coisas, incluindo relações.) A relação burguês-proletariado é simetricamente interna; guarda de trânsito-Estado assimetricamente interna; motorista que passa-policia não (em geral) interna (Bhaskar, 1998, p.222)<sup>93</sup>.

Até aqui não foi estabelecida uma demarcação clara entre estruturas naturais e sociais, embora tenha sido mencionada a categoria da intencionalidade, presente apenas no domínio social. De acordo com Lawson, a realidade social pode ser entendida como um “domínio de fenômenos cuja existência depende, pelo menos em parte, de nós” (Lawson, 2003a, p.35)<sup>94</sup>. Estruturas sociais, ao contrário de estruturas naturais, não existem na ausência de sujeitos, de indivíduos cuja ação é intencionalmente orientada. Como visto anteriormente, a intencionalidade depende de estruturas sociais relativamente duradouras que sirvam de base para a formação dos projetos individuais. Deste modo, a ação humana não pode ocorrer fora de estruturas sociais, pois a vida social é condicionada por regras, que “podem ser conceituadas como procedimentos de ação generalizados, procedimentos que, sob transformações adequadas ao menos, podem ser expressas como injunções da forma: ‘se x faça y sob condições z’” (Lawson, 2003a, p.36)<sup>95</sup>.

Afirmar que a vida social é condicionada por regras não implica a redução do comportamento humano a práticas rotinizadas, nem significa que o comportamento humano é sempre previsível. Lawson assinala o fato de que *regras sociais* e *práticas sociais* são elementos da vida social que se encontram conectados, porém permanecem ontologicamente distintos. As regras sociais, codificadas ou não, condicionam e possibilitam as práticas sociais, mas não as determinam (Lawson, 2003a, p.37). O comportamento humano nem sempre é compatível com as regras sociais, o que pode gerar conflitos, mas não necessariamente a transformação dessas regras.

---

<sup>93</sup> “A relation  $R_{ab}$  may be defined as *internal* if and only if A would not be what it *essentially* is unless B is related to it in the way that it is.  $R_{ab}$  is *symmetrically internal* if the same applies also to B. (‘A’ and ‘B’ may designate universals or particulars, concepts or things, including relations.) The relation bourgeoisie-proletariat is symmetrically internal; traffic warden-state asymmetrically internal; passing motorist-policeman not (in general) internal at all” (Bhaskar, 1998, p.222).

<sup>94</sup> “By social reality, I understand that domain of phenomena whose existence depends, at least in part, on us” (Lawson, 2003a, p.35).

<sup>95</sup> “Social rules can be conceptualised as generalised procedures of action, procedures that, under suitable transformations at least, can be expressed as injunctions of the form: ‘if x do y under conditions z’” (Lawson, 2003a, p.36).

Outro aspecto da vida social remete ao sistema de posições sociais que os indivíduos ocupam, e é precisamente através dessas posições que os sujeitos se relacionam. Como indicado anteriormente, existem diversas modalidades de relacionamento entre indivíduos através do sistema de posições sociais – relacionalidade interna simétrica, assimétrica ou sem relacionalidade interna. Todavia, é importante enfatizar que os indivíduos se relacionam através dessas posições, pois a ação humana intencional é *enraizada*; ademais, o que é durável e se reproduz no tempo são as posições sociais, não os indivíduos. No mundo social as posições sociais possuem uma *relativa* durabilidade – posto que não são eternas –, enquanto os indivíduos são transitórios.

Nesse ponto faz-se oportuno mencionar como as estruturas sociais se transformam e/ou se reproduzem ao longo do tempo. Para tal propósito será preciso expor, ao menos em linhas gerais, o *modelo transformacional da atividade social* (MTAS) proposto por Roy Bhaskar em seu artigo intitulado *Societies*.

Bhaskar (1998) assinala uma polarização no pensamento social quanto à determinação da causalidade no que concerne à conexão sociedade-pessoa – são as estruturas sociais que determinam a ação individual ou é a ação dos indivíduos que molda as estruturas sociais? Adotar uma das duas perspectivas implica incorrer num irremediável reducionismo. Entender o sentido da causalidade das estruturas para a ação foi o erro de Durkheim, denominado por Bhaskar como reificação, pois, nesse modelo, a interdição ao sujeito de qualquer possibilidade de transformação das estruturas sociais faz destas uma “segunda natureza”, um não produto da ação humana, um objeto reificado. Em sentido inverso, mas igualmente metodologicamente reducionista, posiciona-se o modelo de Weber, ao qual Bhaskar refere-se como um modelo voluntarista, em que a ação humana determina a configuração estrutural da sociedade. Nesse modelo não se elimina o potencial criativo da ação humana, mas o caráter restritivo, e também condicionante, das estruturas sociais é desabilitado. Nesse sentido, o indivíduo age num *vácuo institucional*.

Uma vez que se, em acordo com Durkheim, considera-se a sociedade como a provedora de causas materiais da ação humana, e em acordo com Weber, recusa-se a reificá-la, é fácil ver que ambos sociedade e práxis humana devem possuir um *caráter dual*. A sociedade é tanto a recorrente *condição*

(causa material), quanto o continuamente reproduzido *resultado* da ação humana. E a práxis é tanto trabalho, em outras palavras, *produção* consciente, quanto (normalmente inconsciente) *reprodução* das condições de produção, que é a sociedade. Pode-se referir ao primeiro como a *dualidade da estrutura*, e ao último como a *dualidade da práxis* (Bhaskar, 1998, p.215)<sup>96</sup>.

De acordo com Bhaskar, os sujeitos nunca *fazem* as estruturas sociais, os sujeitos *produzem e/ou reproduzem* essas estruturas sociais – *dualidade da práxis*. Dito de outro modo, a sociedade sempre preexiste aos sujeitos. Não existe um estado de natureza a partir do qual indivíduos, despojados de qualquer forma de sociabilidade, resolvem *criar* um ambiente social. A ação intencional possui tanto um *caráter reprodutivo*, responsável pela relativa durabilidade das estruturas sociais, quanto um *caráter transformativo*, na medida em que os sujeitos são dotados da capacidade de escolher entre cursos de ação *a priori* indeterminados. Segundo Lawson, somente a partir dessa concepção é possível sustentar que a “estrutura social é a (muitas vezes não reconhecida) condição de nossas ações, e sua reprodução/ transformação o (muitas vezes não intencionado) resultado” (Lawson, 2003a, p.40)<sup>97</sup>.

A realidade social possui um modo de ser dinâmico, sendo constituída por um sistema de posições ocupadas por sujeitos que agem intencionalmente, além de possuir a propriedade da emergência, i.e., novos estratos podem emergir, ganhar relativa autonomia, mas sem perder suas conexões com o estrato do qual emergiu. Contudo, não apenas a realidade social é dotada de complexidade, o indivíduo também é uma totalidade estruturada, em que suas ações e práticas não podem ser reduzidas às suas capacidades. Desta maneira, os “seres humanos não são redutíveis ao que eles fazem, mas abarcam também as várias capacidades, disposições, instintos, etc., pressupostas por suas

---

<sup>96</sup> “Now if, following Durkheim, one regards society as providing the material causes of human action, and following Weber, one refuses to reify it, it is easy to see that both society and human praxis must possess a *dual character*. Society is both the ever-present *condition* (material cause) and the continually reproduced *outcome* of human agency. And praxis is both work, that is, conscious *production*, and (normally unconscious) *reproduction* of the conditions of production, that is society. One could refer to the former as the *duality of structure*, and the latter as the *duality of praxis*” (Bhaskar, 1998, p.215).

<sup>97</sup> “Only on such conception does it follow that social structure is the (often unacknowledged) condition of our actions, and its reproduction/transformation the (often unintended) outcome” (Lawson, 2003a, p.40).

atividades” (Lawson, 2003a, p.45)<sup>98</sup>. Ademais, os indivíduos são dotados de três características: (i) são *forward-looking*; (ii) agem intencionalmente; (iii) possuem consciência (Lawson, 2003a, p.46).

A asserção de que os indivíduos são dotados de consciência não implica dizer que os agentes sempre estão perfeitamente informados sobre seu estado consciente; a consciência relaciona-se ao fato de que “nós somos capazes de refletir sobre, e direcionar, o que fazemos” (Lawson, 2003a, p.46)<sup>99</sup>. A consciência é um estrato emergente da atividade neurológica, estando nela fundamentada, mas sendo a ela irredutível. Nesse sentido, nem todas as decisões e ações humanas podem ser explicadas a partir da compreensão das complexas conexões neuronais, que são apenas a base de um estrato – consciência – que assume uma relativa independência em relação a esse estrato que lhe serve de base.

Seres humanos são também estruturados. Agentes individuais possuem capacidades e disposições, por exemplo, que são irredutíveis aos padrões de comportamento que nós produzimos. Cada um de nós possui capacidades que podem nunca ser postas em prática. E, individualmente, nós somos continuamente reflexivos, até tendo tanto conversações com nós mesmos quanto com outras experiências na primeira pessoa que não estão abertas à inspeção por outros. Isso claramente possui suas condições de possibilidade, presumivelmente incluindo processos no cérebro. Mas os aspectos subjetivos parecem irredutíveis a qualquer atividade neurobiológica. Mais claramente, o que podemos fazer não se reduz aos padrões de comportamento que os outros podem observar e nem se reduz a tudo que de fato fazemos (Lawson, 2003b, p.182)<sup>100</sup>.

---

<sup>98</sup> “So human beings are not reducible to what they do but also comprise the various capacities, dispositions, instincts, etc., presupposed by their activities” (Lawson, 2003a, p.45).

<sup>99</sup> “But consciousness is bound up with the idea that we are able to reflect on, and bring direction to, what we do” (Lawson, 2003a, p.46).

<sup>100</sup> “Human beings too are structured. Individual agents have capacities and dispositions, for example, that are irreducible to the behavior patterns we produce. Each of us has capacities which may never be exercised. And, individually, we are continually reflexive, even having both conversations with ourselves as well as other first person experiences that are not open to inspection by others. These clearly have their conditions of possibility, presumably including processes in the brain. But the subjective aspects appear irreducible to any neurobiological activity. Most clearly what we can do does not reduce to the patterns of behavior that others can observe nor even does all of what we actually do” (Lawson, 2003b, p.182).

As outras duas características inerentes aos indivíduos humanos – *forward-looking* e intencionalidade – pressupõem a consciência, bem como apontam para o fato de que os indivíduos não são “passivos seres reatores, mas fundamentalmente iniciadores de ações” (Lawson, 2003a, p.46)<sup>101</sup>. Somente indivíduos dotados de consciência, i.e., da capacidade de refletir sobre o que estão fazendo, e até de refletir sobre a própria reflexão, são capazes de planejar e eventualmente criar novos cursos de ação. Adicionalmente, o resultado, intencionado ou não, das ações de indivíduos assim constituídos é a realidade social, ela mesma um estrato emergente, em que sua relativa durabilidade depende das ações individuais e sua relativa autonomia permite a retroação e o molde do comportamento dos sujeitos que a reproduzem e/ou transformam. Por fim, isso nos leva a concluir que a ação humana e as estruturas sociais se encontram internamente relacionadas na totalidade da vida social. Isso não interdita a diferenciação entre indivíduos e estruturas sociais, distinção esta que permite a análise desses objetos – intransitivos e estruturados – em campos científicos distintos como as ciências sociais e a Psicologia. O que diferencia esses campos científicos é o objeto escolhido – indivíduos ou estruturas sociais –, o que, contudo, não habilita nenhum desses campos a analisar em isolamento esses elementos do mundo social, mas delimita seus focos teóricos específicos.

---

<sup>101</sup> “Human beings are not just passive reactors but fundamentally initiators of action” (Lawson, 2003a, p.46).

## CAPÍTULO 4

### CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS ACERCA DA VELHA E DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Nos capítulos anteriores foram apresentados os esquemas conceituais de North da NEI e de Veblen, Hodgson e Chang da VEI, bem como algumas teorias que se colocam no âmbito da metodologia econômica como o instrumentalismo de Friedman e o realismo crítico de Lawson. Nesse capítulo retorno a alguns conceitos propostos no capítulo metodológico como forma de avaliar as distintas concepções teóricas da NEI e da VEI. Assim sendo, o presente capítulo destina-se à consideração dos três fatos observados mencionados na Introdução: (i) não existe uma definição única de instituição entre os autores da VEI e da NEI; (ii) não há consenso quanto à existência de uma convergência teórica entre a VEI e a NEI; (iii) distintas concepções de instituição geram conclusões diferentes no que concerne ao desenvolvimento econômico e às políticas necessárias para promovê-lo.

#### **4.1. Definição de instituição na nova e na velha economia institucional**

No que concerne ao primeiro fato observado, recordemos a definição de instituição fornecida pelos quatro autores considerados. North entende instituições como “regras do jogo numa sociedade, ou mais formalmente, são as restrições humanamente criadas que moldam a interação humana” (North, 1990, p.3)<sup>102</sup>. Como os indivíduos são dotados de racionalidade limitada, as instituições funcionam ainda como complementos cognitivos no processo de tomada de decisão. Ademais, as instituições são inseridas no esquema conceitual de North como mais uma restrição ao comportamento racional otimizador.

---

<sup>102</sup> Excerto traduzido na nota de rodapé número 22.

Na concepção de Veblen, instituições devem ser entendidas como hábitos mentais, adquiridos no processo de evolução da sociedade, no qual os instintos humanos vão gradativamente se cristalizando em instituições. Hodgson segue a compreensão vebleniana de instituições como hábitos mentais, definindo instituições como regras, restrições, práticas e idéias que podem *moldar* as preferências individuais. Nas palavras do autor, instituições são “sistemas de regras sociais estabelecidas e prevalentes que estruturam as interações sociais” (Hodgson, 2006, p.2)<sup>103</sup>. Um ponto que o autor enfatiza é a noção de hábito como propensão ao comportamento, não a ação em si, de maneira que os hábitos mentais que moldam os indivíduos através das instituições não determinam o que os sujeitos fazem, apenas os dispõem a agir de certa forma.

Por fim, Chang sustenta que as instituições devem ser entendidas como mecanismos capazes de restringir, constituir e possibilitar a ação humana (Chang e Evans, 2005, p.5). Chang reconhece o papel das instituições como responsáveis pelo molde do comportamento individual, unindo-se a Hodgson na defesa de uma prioridade ontológica das instituições sobre os indivíduos. Isso não implica que indivíduos não podem transformar as instituições, mas aponta para o fato de que instituições não emergem de um estado de natureza povoado de indivíduos não socializados.

Uma das críticas de Veblen à economia ortodoxa remetia à concepção hedonista do homem como um *lightning calculator* de prazer e dor. North também critica essa compreensão do indivíduo como capaz de realizar todos os cálculos necessários à maximização de sua utilidade, nesse sentido busca em Simon a idéia de racionalidade limitada, na qual os indivíduos não são capazes de processar toda informação necessária para a escolha ótima. Muito embora a crítica esteja direcionada ao mesmo objeto, a saber, uma versão mais remota da economia neoclássica – a economia neoclássica padrão –, a maneira como os autores respondem a essa deficiência teórica não é a mesma. Enquanto Veblen sugere que os sujeitos são dotados de instintos que evoluem para hábitos mentais cada vez mais institucionalizados, North permanece nos limites da visão de mundo neoclássica, alterando o suposto de racionalidade, mas não o substituindo por uma outra

---

<sup>103</sup> Excerto traduzido na nota de rodapé número 60.

compreensão das motivações humanas. Destarte, nos é lícito afirmar que o foco teórico de North permanece no indivíduo, enquanto Veblen o desloca para as estruturas (instituições).

#### **4.2. Da convergência teórica entre a nova e a velha economia institucional**

Quanto à convergência teórica entre a VEI e a NEI, o segundo fato observado, a discussão precedente nos fornece algumas pistas. Vimos que Veblen e North divergem no que concerne à compreensão do ser humano, para o primeiro os sujeitos são dotados de instintos, para o segundo os indivíduos são dotados de alguma forma de racionalidade. Recordando uma outra crítica de Veblen à economia ortodoxa, a saber, a inclinação taxonômica da ortodoxia, que acaba por produzir teorias baseadas na dedução dos fenômenos econômicos a partir de postulados gerais, vemos que um esquema conceitual que parte de algum suposto de racionalidade pode aí ser enquadrado. Essa modalidade de construção teórica aproxima-se do modelo hipotético-dedutivo (modelo H-D), exposto no capítulo terceiro, que consiste na derivação de uma explicação (*explanandum*) a partir de uma lei geral e um conjunto de condições iniciais (*explanans*). North pode ter modificado, e até acrescentado, alguns ingredientes ao seu esquema conceitual, mas a estrutura da explicação que propõe é essencialmente a mesma, e permanece alcançável pela crítica que Veblen direcionara a economia ortodoxa de sua época.

Uma terceira crítica de Veblen à ortodoxia econômica é a idéia de animismo, definido como a atribuição de uma finalidade ao processo econômico, ou uma inclinação teleológica da explicação científica. A noção de equilíbrio contém em si uma teleologia, na medida em que prescreve teoricamente um estado ao qual as coisas tendem dadas as condições estabelecidas. Uma vez mais somos remetidos à modalidade de construção teórica do modelo H-D, no qual previsão e explicação são operações simétricas, podendo as leis científicas aí implicadas assumir uma forma determinística (modelo nomológico-dedutivo) ou probabilística (modelo indutivo-probabilístico). De um modo ou de outro a explicação e/ou previsão apontam para um estado futuro do mundo que pode ser conhecido e especificado.



Veblen se opõe à idéia de equilíbrio, sugerindo como alternativa a compreensão da evolução social como um processo de causação cumulativa sem um *télos* predefinido. A explicação da evolução cultural da sociedade dos estágios primitivos até a instituição da classe ociosa ocidental é realizada *ex-post*, ou seja, Veblen está tratando de eventos que já ocorreram e procura nas propriedades desse objeto assim constituído historicamente elementos que expliquem o resultado, ainda que contingente, dos processos que estruturaram a sociedade por ele observada. Isso é diferente da concepção de North, que parte de princípios gerais, como a noção de indivíduo racional, em que a otimização encontra-se restrita, dentre outras coisas, pela armação institucional, para asserções relativas ao nível de desenvolvimento das economias.

Deste modo, os indivíduos são homogêneos no que concerne ao seu princípio operativo – sua racionalidade não é organicamente modificada pelo ambiente, apenas suas escolhas –, e as instituições funcionam como restrições que fornecem um conjunto de regras a ser seguido para a obtenção do resultado individual ótimo. As categorias da ação individual e das instituições podem até se afetar mutuamente, mas nessa interação entre indivíduos e armação institucional não há alteração das propriedades constitutivas desses elementos da vida social. Os papéis são bem definidos, instituições fornecem as informações e os indivíduos escolhem. Precisamente nesse sentido que as instituições estruturam a interação humana no esquema conceitual de North, fornecendo os parâmetros para a ação racional otimizadora.

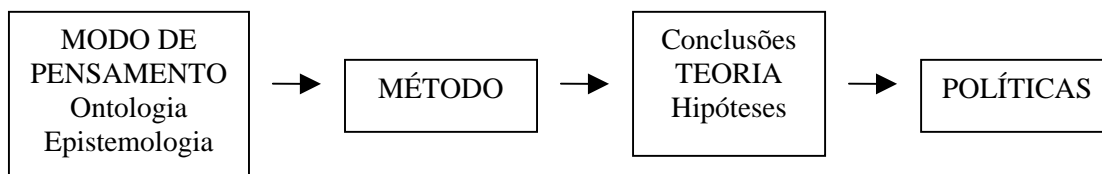
A despeito dessas divergências, uma afirmação em comum pode ser identificada entre os autores da VEI e da NEI – a asserção de que a teoria econômica carece de realismo. A questão é: a compreensão de Veblen e North de realismo é a mesma? Ao se propor a trazer as instituições para a análise econômica e assim torná-la mais realista, Veblen direciona uma crítica à visão de mundo da economia ortodoxa, sistematizada em torno de três pontos – hedonismo, taxonomia e animismo. A causa da ausência de realismo da teoria econômica é, portanto, atribuída a uma visão de mundo – a ortodoxia econômica, ou ciência não evolucionária – que pressupõe um mundo presente na teoria, mas inexistente na realidade. Essa visão de mundo está em harmonia com a modalidade de construção teórica implicada no modelo H-D, que sob a denominação de *dedutivismo* é

avaliado criticamente por Lawson. Por conseguinte, poder-se-ia dizer que a noção de realismo subentendida por Veblen é compatível com o realismo sugerido por Lawson, que remete a uma reafirmação ontológica e ao reconhecimento da prioridade ontológica do objeto no processo de conhecimento. Dito de outro modo, não são os instrumentos teóricos que delimitam o que pode ser teoricamente apreendido, mas sim as propriedades do objeto a ser investigado e conhecido. Destarte, a crítica de Veblen à ortodoxia econômica não se limita aos conceitos utilizados para a compreensão da realidade econômica, mas também aponta para uma reconstrução da própria ontologia subjacente à teoria econômica.

O realismo sustentado por North é distinto daquele sugerido por Veblen. Ilustrativo desse fato é a natureza da crítica de North à economia neoclássica padrão, adepta de muitos dos elementos do que Veblen denominara ciência não evolucionária. North (1993c) é explícito em sua *Nobel Lecture* ao afirmar que não pretende construir um programa de pesquisa alternativo, mas contribuir com o paradigma neoclássico, mantendo a idéia de escolha sob escassez, modificando o suposto de racionalidade e adicionando a dimensão temporal. Como indicado anteriormente, o autor não rompe com a modalidade de explicação baseada na idéia de otimização sob restrição, não abandona o suposto de racionalidade, adequando sua proposta não apenas à visão de mundo neoclássica, mas também a seus preceitos epistemológicos – modelo H-D. Desta maneira, o realismo de North compromete-se com a inserção de novas temáticas no arcabouço conceitual neoclássico, de modo a acrescer esse corpo teórico com asserções mais robustas e descrições mais refinadas das categoriais com as quais trabalha. Todavia, esse é um realismo voltado e orientado para a consistência de um corpo teórico específico, que precisa continuamente responder a uma incompletude imposta por seus fundamentos ontológicos, não por uma incapacidade da ciência em produzir conhecimentos objetivos acerca do mundo. As propostas alternativas de Hodgson e Chang mostram que é possível construir explicações mais objetivas a partir de outra visão de mundo.

#### **4.3. Das distintas conclusões de política econômica de Douglass North e de Ha-Joon Chang**

O terceiro fato observado aponta para a conexão entre os fundamentos ontológicos e epistemológicos das teorias e suas conclusões de política econômica. Chick (2003) fornece um esquema ilustrativo dessa asserção.



**Fonte:** Chick (2003).

Definidas como restrições à ação humana as instituições fornecem incentivos para os indivíduos, tais incentivos serão responsáveis pelo tipo de aprendizado a ser adquirido por agentes que visam tomar decisões que maximizem sua utilidade. Por conseguinte, o tipo de habilidade desenvolvida pelos indivíduos dependerá dos incentivos fornecidos pela matriz institucional. Precisamente nesse sentido que as instituições *moldam* os modelos mentais dos indivíduos e estruturam a interação humana. Caso se deseje modificar o tipo de habilidade adquirida pelos indivíduos será preciso implementar as instituições adequadas. A questão central para o desenvolvimento, assinala North, é a promoção de instituições que forneçam incentivos à execução, por parte dos indivíduos, de atividades produtivas. Uma sociedade que premia a pirataria, não garantindo os direitos de propriedade, não pode, conseqüentemente, prosperar. Os direitos de propriedade pertencem à dimensão das restrições formais. Todavia, as restrições informais, dentre elas a ideologia, também são importantes para a prosperidade de uma economia, visto que numa sociedade na qual os indivíduos estão pouco propensos a transgredir regras é possível economizar com custos de monitoramento.

O modelo teórico de North possui uma lógica interna que talvez responda pelo sucesso presente das economias desenvolvidas, mas deixa os países menos desenvolvidos sem muitas alternativas, visto não estarem presentes as instituições que, segundo North, responderiam pelo sucesso do mundo desenvolvido. No intuito de inserir novos elementos

nesse debate que a proposta de Chang parece interessante. Não apenas no pensamento velho institucionalista o autor busca inspiração teórica, mas também nos escritos de Friedrich List. Chang (2004) sugere que evidências históricas mostrariam que os países atualmente desenvolvidos não possuíam as “boas instituições” hoje consideradas condição indispensável para a obtenção de seu nível de desenvolvimento, indicando ainda que talvez essas “boas instituições” sejam antes a consequência que a causa do desenvolvimento. Deste modo, para que as “boas instituições” possam florescer um certo nível de crescimento econômico é necessário, e isso teria sido obtido pelos atuais países desenvolvidos através de políticas protecionistas de defesa da indústria nacional.

Chang (2004, p.18) destaca-se da metodologia neoclássica – dedutiva –, afirmando utilizar-se de uma abordagem histórica e indutiva. A indução à qual Chang se refere não é a mesma implicada nos modelos econométricos da nova história econômica (cliometria) advogada por North, visto que a concepção de história entretida pelos autores não é a mesma. Dificilmente poder-se-ia enquadrar o tipo de análise histórica proposta por Chang ao esquema do modelo H-D. O objetivo de Chang ao trazer evidências históricas para o debate concernente ao desenvolvimento econômico não é comprovar ou refutar hipóteses teóricas, mas explicitar algumas falácias contidas no discurso das “boas instituições”, atribuído, segundo o autor, ao novo institucionalismo de North.

#### **4.4. Da possibilidade de colaboração entre programas de pesquisa distintos**

Diante das divergências entre a nova economia institucional de North e o pensamento velho institucionalista de Veblen, Hodgson e Chang, retornamos à questão proposta na introdução: é possível uma colaboração entre programas de pesquisa orientados por visões de mundo distintas? Apesar da contenda acerca da visão de mundo, algumas temáticas em comum podem ser mais bem iluminadas através de um diálogo interparadigmático?

Antes de responder às questões propostas, recordemos as três hipóteses sugeridas, ligadas aos fatos observados acima discutidos:

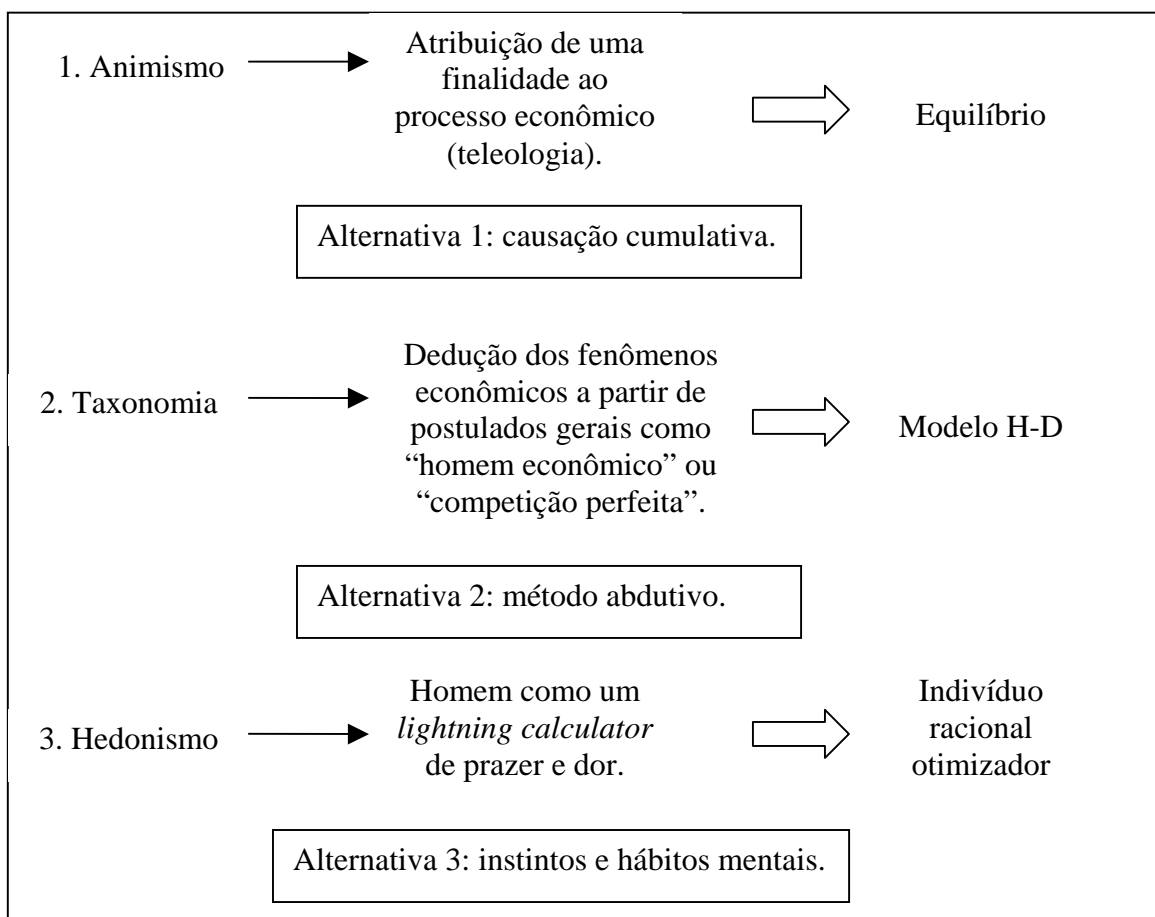
1. a falta de unidade conceitual no que tange à definição de instituição reflete uma pluralidade epistemológica, isto é, métodos e focos analíticos diferentes;
2. a VEI e a NEI partem de visões de mundo diferentes, em que a VEI faz parte do programa de pesquisa alternativo enquanto a NEI se aproxima do programa de pesquisa neoclássico;
3. diferentes conclusões sobre desenvolvimento econômico originam-se em ontologias distintas.

A ausência de unidade conceitual no interior da economia institucional revela, em certa medida, formas distintas de considerar a história, as instituições e os indivíduos. North trata instituições e indivíduos como categorias que não guardam entre si uma relacionalidade, são elementos que entram em contato, mas não se imiscuem uns nos outros. O esquema conceitual de North ajusta-se ao modelo de explicação hipotético-dedutivo. Uma compreensão relacional das instituições, indivíduos e da história pode ser encontrada em Veblen, bem como em Hodgson e Chang, não apenas por reconhecerem, para além do seu papel de restrição, o papel das instituições de constituir e possibilitar a ação humana, mas ainda pelo entendimento de instituições como hábitos mentais. Esse conceito de instituição como hábito mental, sugerido por Veblen, une a dimensão individual – agir intencional – à dimensão das estruturas sociais – regras relativamente duradouras que evoluem ao longo do tempo –, guardando, contudo, a distinção ontológica existente entre indivíduos e estruturas sociais (instituições incluídas).

A partir da natureza da crítica de Veblen à ortodoxia econômica foi possível observar que o autor não pretendia trazer mais realismo à ciência econômica através do provimento de incrementos teóricos à tradição de pensamento estabelecida à sua época, mas construir um programa de pesquisa alternativo a partir de outras bases ontológicas. Postura distinta adotou North, que procurou acrescer a ciência econômica de mais realismo através da inserção de novas temáticas ao arcabouço conceitual neoclássico. Aqui estão

implicadas não apenas duas noções de realismo, mas também duas visões de mundo distintas.

Por fim, ao que tudo indica, ao menos no caso de North e Chang, ontologias (e epistemologias) diversas indicam orientações teóricas diferentes no que concerne às políticas para o desenvolvimento econômico. Hodgson (2001) acredita ser a distinção entre a VEI e a NEI com base nas conclusões de política econômica infrutíferas, apontando para divergências mais profundas quanto às metodologias subjacentes a essas escolas de pensamento. Contudo, aqui não se propõe que a demarcação entre a VEI e a NEI tem como base suas conclusões de política econômica, de fato, o ponto de contenda significativo se coloca na dimensão metodológica, indica-se apenas que duas visões de mundo distintas produziram prescrições de políticas para o desenvolvimento em um certo sentido até opostas. O quadro seguinte sintetiza a crítica e a alternativa de Veblen à economia ortodoxa e também ao novo institucionalismo de North.



Assim sendo, podemos indicar algumas respostas às questões propostas. Visões de mundo distintas, a princípio, não interdita o diálogo entre duas teorias. Hodgson (2006), por exemplo, procura estabelecer uma comunicação com o programa de pesquisa de North no intuito de construir ao menos uma unidade conceitual no que concerne à definição de instituição. Entretanto, uma definição consensual não é tão facilmente obtível, dado que de certa forma Hodgson e North aproximam-se conceitualmente quando definem instituições como regras que moldam a interação humana. A tarefa mais complicada, e que talvez apresente limitações intransponíveis, é a conciliação entre duas visões de mundo.

Entender instituições como hábitos mentais insere uma outra dimensão ao problema do desenvolvimento. Se os sujeitos são movidos por instintos, então, o ambiente no qual vivem influencia decisivamente a forma como as regras que estruturam suas relações evoluem ao longo do tempo e se cristalizam em instituições, formais ou informais. Deste modo, a inversão da causalidade – do desenvolvimento para as “boas instituições” –, promovida por Chang, torna-se compreensível, dado seu ponto de partida metodológico. Indivíduos que vivem em condições precárias dificilmente desenvolverão práticas de cooperação e de respeito às regras – a ideologia em North. Nesse cenário, a implementação e monitoramento de instituições formais – direitos de propriedade, leis em geral – fica comprometida, não apenas pela ineficiência no uso dos recursos públicos, mas também pela descrença da população nas instituições, dado o mau funcionamento generalizado dessas instituições. Diante disso, a sugestão de North no sentido da implementação de “boas instituições” para que o desenvolvimento seja alcançado se apresenta como uma tarefa muito complicada.

Como indicado anteriormente, o ponto de partida metodológico de North sustenta suas afirmações de políticas para o desenvolvimento. Numa visão de mundo que entende os indivíduos como dotados de algum princípio de racionalidade e as instituições como restrições, a única forma de se alterar o estado de coisas é através do provimento de estímulos e informações que levem os indivíduos a realizar a escolha ótima, a saber, aquela orientada para a aquisição de habilidades voltadas às atividades produtivas. Se as

instituições são responsáveis pelo fornecimento dessas informações, a mudança no sentido de um maior nível de desenvolvimento, somente pode ocorrer através de uma alteração do sistema de incentivos implicado na matriz institucional. Todavia, a ausência de uma relacionalidade entre instituições e indivíduos interdita a questão acerca de quem cria essas “boas instituições” que vão transformar o modo das pessoas verem o mundo, e mais, quem estabelece o estado de coisas ao qual as economias devem se adequar? São questões que não ficam claras na proposta de North, a “criação” das instituições não é posta nos indivíduos, as “boas instituições” são uma criação necessária para o desenvolvimento, mas carecem de um criador.

Assim sendo, pode-se afirmar que duas visões de mundo opostas dificilmente poderão se combinar sem que uma se sobreponha à outra. Do mesmo modo que é possível subsumir a temática das instituições no programa de pesquisa neoclássico – proposta da NEI – é possível resgatar a visão de mundo vebleniana e propor um institucionalismo fundamentado na tradição da VEI. Não existem provas absolutas da superioridade de uma visão de mundo sobre a outra, contudo, é perfeitamente possível julgar a objetividade das teorias em contenda. Nesse sentido, a metodologia implícita na proposta vebleniana, em grande medida compatível com o realismo crítico de Lawson, parece produzir explicações mais objetivas acerca do mundo social. Esse fato se afirma não apenas em relação à crítica de Veblen à economia ortodoxa de sua época, mas também no que concerne à atual alternativa institucionalista de Hodgson e de Chang ao novo institucionalismo de North. Naturalmente, isso não invalida as contribuições de North, mas exige, no mínimo, uma revisão ontológica de seu esquema conceitual.



## CONCLUSÃO

Essa Dissertação teve como objetivo expor duas vertentes do pensamento institucionalista, a velha economia institucional (VEI) e a nova economia institucional (NEI). Nesse sentido, no capítulo primeiro apresentei alguns aspectos do pensamento novo institucionalista de Douglass North, e no capítulo segundo reuni três autores que guardam uma significativa afinidade conceitual – Thorstein Veblen, fundador da VEI, e Geoffrey Hodgson e Ha-Joon Chang – no intuito de fornecer uma alternativa à NEI no âmbito da economia institucional. Essa estrutura de capítulos já revela um aspecto do institucionalismo, a saber, a pluralidade de abordagens no interior dessa disciplina. Tal pluralidade não se restringe apenas a divergências conceituais, mas revelam ainda um conflito entre visões de mundo distintas.

De modo a iluminar os debates concernentes aos fundamentos metodológicos da VEI e da NEI, no capítulo terceiro realizei uma breve exposição de alguns autores e correntes de pensamento que figuram nos debates em filosofia da ciência. Ademais, busquei apresentar duas propostas de metodologias para a Economia, o instrumentalismo de Friedman e o realismo crítico de Lawson. Naturalmente, o realismo crítico pode ser entendido como uma corrente de pensamento em filosofia da ciência, contudo, enfatizo sua aplicação à ciência econômica tal como realizada por Lawson. O capítulo sobre metodologia econômica e filosofia da ciência foi incluído para dar suporte ao argumento desenvolvido no capítulo quarto, no qual as questões propostas na Introdução foram encaminhadas. No que segue pretendo tecer pequenas sínteses da discussão realizada em cada um dos referidos capítulos de modo a reunir as principais idéias sugeridas ao longo dessa Dissertação.

No capítulo primeiro foi evidenciada a natureza da crítica de North ao programa de pesquisa neoclássico, em que se verificou que os autores novo institucionalistas são críticos de um determinado conjunto de teorias neoclássicas, a economia neoclássica padrão. Essa crítica consiste basicamente na construção de teorias neoclássicas mais

realistas, ou seja, que consideram sistemas econômicos nos quais verifica-se a presença de instituições e da dimensão temporal. Como vimos, tais elementos somente podem ser considerados pelo instrumental neoclássico caso o suposto de racionalidade seja modificado. Em seguida foi apresentada a compreensão de North acerca das instituições, com destaque para o papel do Estado, dos direitos de propriedade e da ideologia no sistema econômico. Também foi visto que North parte de uma concepção de história distinta daquela assumida pela Escola dos Annales, em que o estatuto de cientificidade da cliometria é defendido a partir dos métodos econométricos adotados por essa vertente da história econômica. Por fim, observamos como North integra a discussão concernente ao desenvolvimento econômico ao arcabouço teórico neoclássico.

Foi visto que na discussão relativa ao desenvolvimento econômico existem três categorias importantes: população, recursos e instituições. No modelo neoclássico padrão, apenas população e recursos são considerados, visto que o suposto de racionalidade substantiva pressupõe que os indivíduos sempre fazem escolhas ótimas, não existindo limitação cognitiva ou incerteza no ambiente econômico, conseqüentemente, as instituições são desnecessárias. Com a inserção do suposto de racionalidade limitada, a forma como os indivíduos processam informações passa a ser importante. Dada a capacidade limitada dos indivíduos na apreensão dos eventos do mundo, abre-se espaço para a consideração de mais um elemento fundamental na construção teórica de North, a saber, o aprendizado. No processo de mudança institucional as percepções dos indivíduos acerca do mundo evoluem, posto que os indivíduos estão constantemente aprendendo, adquirindo e processando novas informações, gerando, por conseguinte, matrizes institucionais distintas. Nesse sentido, o aprendizado é um caminho para a mudança institucional, que, por sua vez, constitui um mecanismo de promoção do desenvolvimento econômico.

Os três autores referidos no capítulo segundo – Veblen, Hodgson e Chang – possuem fortes afinidades teóricas; todavia, suas motivações teóricas não devem ser confundidas. Veblen, autor fundador da velha economia institucional, possui claras influências nas propostas teóricas tanto de Hodgson quanto de Chang, mas sua postura

crítica em relação ao *mainstream*, ou à ortodoxia econômica, não é de modo algum conciliadora. Veblen tinha como objetivo a construção de um programa de pesquisa alternativo à ortodoxia econômica, o que fica evidente nas suas críticas ao hedonismo, à taxonomia e ao animismo, implicados no programa de pesquisa ortodoxo. Ademais, Veblen teria adotado, segundo Hodgson (1994), um novo método de abstração teórica derivado da filosofia pragmatista – o método abduutivo –, alternativo aos tradicionais métodos dedutivo e indutivo. O primeiro era acusado de partir de postulados *a priori* e de produzir explicações teleológicas, o segundo teria fornecido dados sem teoria.

Hodgson situa seu esquema conceitual na tradição velho institucionalista, em especial no pensamento de Veblen, o que nos permitiu denominá-lo como um institucionalista pós-vebleniano. Contudo, Hodgson busca uma conciliação conceitual com a nova economia institucional, que, por sua vez, compartilha os princípios básicos da economia neoclássica. Muitos desses princípios são refinamentos daqueles apontados, criticados e atribuídos à ortodoxia econômica por Veblen. Naturalmente, nessa tentativa de aproximação de sua proposta institucionalista com aquela da NEI, principalmente de North, Hodgson tenta estabelecer tal conciliação conceitual a partir dos princípios postos por Veblen. Destarte, o autor chama a atenção para a necessidade de se considerar o papel das instituições no molde do comportamento humano – instituições como hábitos mentais –, bem como aponta para o caminho inverso, no qual a ação humana interfere na constituição das instituições futuras. Esse processo de realimentação de mão-dupla entre instituições e ação humana se dá no tempo e remete à idéia de ciência evolucionária de Veblen. Tal ciência estaria comprometida com a explicação dos processos de causação cumulativa, nos quais ações presentes, fundadas em instituições pretéritas, dão continuidade ou eventualmente transformam as instituições futuras, que por sua vez servirão de base para ações humanas subseqüentes. Importante notar que as ações presentes, as escolhas dos sujeitos, podem abrir novos caminhos de ação futura ou interdita-los – é precisamente o que atualmente se denomina como *path-dependence*.

Chang constrói sua proposta institucionalista para o desenvolvimento econômico a partir de alguns *insights* advindos da velha economia institucional. Nessa proposta está

contemplada uma perspectiva mais relacional das diversas instituições componentes do mundo social, em especial o autor menciona a complexa inter-relação entre Estado, mercado e firmas. A alternativa institucionalista de Chang se contrapõe à nova economia institucional de Douglass North, que, segundo o autor, teria considerado as instituições como apenas mais uma restrição ao comportamento individual maximizador. De acordo com Chang, as instituições consistem não apenas em restrições à ação humana, mas possuem um importante papel em sua habilitação e constituição. Ademais, o autor advoga uma perspectiva que parte das instituições, não da ação humana livre de instituições, o que o aproxima do pensamento de Hodgson e do “modelo reconstitutivo de cima para baixo”.

Embora os autores aqui referidos – Veblen, Hodgson e Chang – não possuam exatamente a mesma motivação, suas propostas possuem uma convergência teórica. Nos é lícito afirmar ainda que tal convergência se coloca também no âmbito metodológico, o que gera algumas complicações no que concerne à total compatibilização das propostas da VEI e da NEI num único programa de pesquisa, visto que a NEI e VEI não necessariamente se aproximam dos mesmos preceitos filosóficos.

O objetivo do capítulo terceiro foi apresentar algumas correntes e autores comumente referidos nos debates em metodologia econômica. Inicialmente expus brevemente a proposta central do projeto lógico-positivista, consistente na tentativa de eliminação de enunciados metafísicos do discurso científico. Com a observação da impossibilidade da realização desse projeto antimetafísico surgem alguns críticos da filosofia lógico-positivista como Popper, Kuhn e Lakatos.

Popper criticara o positivismo lógico desde o início, afirmando não ser possível separar proposições com significado cognitivo de proposições sem significado cognitivo, dada a inviabilidade do critério da verificação empírica. Nesse sentido, propôs o falseabilismo como critério de demarcação entre discursos científicos e não científicos, em que a cientificidade estaria ligada à capacidade de uma teoria ser falseada nas instâncias de teste.

Kuhn e Lakatos são reconhecidos por mudarem o foco dos debates em filosofia da ciência. Em lugar de investigar os elementos constitutivos do discurso científico, os autores

se propõem a analisar a evolução das teorias científicas ao longo do tempo, i.e., como e por que algumas teorias sobrevivem enquanto outras são abandonadas pela comunidade científica. Enquanto que para Kuhn as disputas entre visões de mundo concorrentes se resolveriam com base na confiança que os cientistas depositam em um determinado paradigma, para Lakatos tais disputas seriam decididas com base na capacidade preditiva das teorias em contenda.

Em seguida, apresentei sucintamente o instrumentalismo de Friedman, que faz uma opção explícita pela ciência positiva, ou aquela livre de juízos normativos, bem como estabelece a capacidade preditiva como critério para atribuição de cientificidade às teorias. A proposta instrumentalista encontra-se fundamentada numa ontologia empiricista e, ao contrário de Popper, Kuhn e Lakatos, não constitui uma alternativa filosófica em si, mas apenas uma sugestão de metodologia a ser seguida pelas teorias econômicas. Desta forma, a metodologia de Friedman pode ser vista como uma síntese de algumas idéias, principalmente as lógico-positivistas, advindas dos debates em filosofia da ciência e aplicadas à construção teórica em Economia. O artigo de 1953 – *Methodology of Positive Economics* –, no qual Friedman apresenta sua metodologia instrumentalista, foi e ainda é bastante comentado, constituindo a linha metodológica adotada pela economia *mainstream*. Nesse âmbito, a prática dominante quanto à análise de políticas econômicas é a formulação de modelos econométricos que são utilizados para estimar tendências passadas para produzir “melhores previsões” (Lawson, 1997, p.275).

Ainda no terceiro capítulo apresentei o realismo crítico de Lawson. O autor identificara um problema metodológico na construção teórica do *mainstream* advindo de um conjunto de métodos denominado *dedutivismo*. Tal método consiste na formulação de leis científicas do tipo “se x então y”, ou lei como conjunção constante de eventos. Lawson tem como objetivo explicitar a ontologia subjacente ao dedutivismo – ontologia de eventos atomísticos – para em seguida cotejá-la com a prática efetiva do cientista natural, a atividade experimental. Nessa investigação o autor assinala que a visão de mundo de sistemas fechados implicada no dedutivismo é incompatível com o mundo, composto de sistemas abertos. A mesma modalidade argumentativa Lawson utiliza na consideração da

adequação do dedutivismo à ciência social. Nesse particular, o autor adota a análise da categoria da escolha humana, e logo verifica que uma ontologia de sistemas fechados não é capaz de sustentar a idéia de escolha humana real. Assim Lawson afirma a inadequação do dedutivismo tanto à ciência natural quanto à ciência social.

Em sua crítica ao dedutivismo, Lawson afirma que as inconsistências desse método são provenientes de sua ontologia positivista. Nesse sentido, propõe uma investigação das condições de possibilidade da inteligibilidade da atividade experimental e da escolha humana real. A partir daí o autor deriva a idéia de que os sistemas são abertos, estruturados e estratificados (esferas empírica, efetiva e real). Por fim, Lawson alude mais especificamente às propriedades do objeto social, no qual identifica uma categoria inexistente no mundo natural, a saber, a intencionalidade. Ademais, identifica o agir humano intencional como um estrato emergente do domínio natural que, por sua vez, serve de estrato base para a emergência da realidade social. Contudo, ação humana e estruturas sociais encontram-se internamente relacionadas – como representado no modelo transformacional da atividade social –, o que interdita uma análise objetiva de qualquer um desses elementos em isolamento, apesar de guardarem entre si uma distinção ontológica.

No quarto capítulo procurei reunir a discussão teórica concernente ao novo e ao velho institucionalismo aos debates em metodologia econômica no intuito de fornecer algumas respostas às questões propostas nessa Dissertação. Quanto à definição de instituição vimos que a compreensão de instituição como restrição ao comportamento humano otimizador e complemento cognitivo para indivíduos com capacidade computacional limitada não é, segundo Veblen, Hodgson e Chang, suficiente para definir as instituições. Nesse sentido, tais autores buscam na idéia vebleniana de hábito mental, uma outra compreensão de instituição, enfatizando, para além das restrições ao comportamento humano, o papel das instituições na constituição e na habilitação da ação humana. Ademais, enquanto North busca superar as deficiências da economia neoclássica padrão através da modificação do suposto de racionalidade, Veblen propõe uma nova compreensão dos aspectos constitutivos do ser humano. Segundo Veblen, o comportamento humano não seria orientado por um princípio de racionalidade, mas por

instintos, que ao longo do tempo vão sendo moldados socialmente e se cristalizando em instituições.

No que concerne à convergência teórica entre a NEI e a VEI, vimos que tal convergência depende de mais do que uma definição consensual de instituição, visto existirem diferenças metodológicas fundamentais entre a NEI e a VEI. Elementos da ciência não evolucionária criticados por Veblen, como a taxonomia e o animismo, podem ser identificados com a modalidade de construção teórica implicada no modelo H-D, que se organiza em torno de leis gerais e condições iniciais pré-estabelecidas, gerando teorias capazes de prever e explicar eventos de interesse científico. Conquanto tais elementos estejam presentes no esquema conceitual de North, sua proposta institucionalista pode ser identificada com a modalidade de construção teórica implicada no modelo H-D. Isso distingue metodologicamente a NEI de North da VEI de Veblen. Ademais, a exigência de mais realismo para a ciência econômica, comum a North e a Veblen, marca mais uma diferença entre os autores. Enquanto North busca incrementar o conjunto de teorias componentes do programa de pesquisa neoclássico, Veblen propõe um institucionalismo a partir de outras bases ontológicas.

Quanto às conclusões de política econômica, percebemos que, ao menos no caso de North e Chang, pontos de partida metodológicos diferentes levam a conclusões de política econômica distintas. Enquanto North propõe que a questão do desenvolvimento econômico se resolve com a promoção de instituições fornecedoras de incentivos ao desenvolvimento de habilidades individuais produtivas, Chang assinala o fato de que o sentido da causalidade parece ser inverso, indicando que em muitos casos as “boas instituições” não precederam o desenvolvimento dos atuais países desenvolvidos.

Esses apontamentos nos permitiram o encaminhamento da questão da possibilidade de colaboração entre programas de pesquisa orientados por visões de mundo diversas. Ao que tudo indica, o diálogo entre a NEI e a VEI não está interdito. Contudo, a construção de uma unidade teórica no âmbito da economia institucional não parece ser possível sem que uma de suas vertentes abandone, pelo menos em parte, alguns dos seus princípios ontológicos.

## REFERÊNCIAS

ARNSPERGER, Christian; VAROUFAKIS, Yanis. What is Neoclassical Economics? The three axioms responsible for its theoretical oeuvre, practical irrelevance and, thus, discursive power. *Post-austistic Economics Review*, n.38, p.2-12, 2006. Disponível em: <[www.paecon.net](http://www.paecon.net)> Acesso em: 10 jul. 2006.

BACKHOUSE, Roger. *A History of Modern Economic Analysis*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

BALL, Terence. Aonde vai a Teoria Política? *Revista de Sociologia Política*, n.23, nov., p.9-22, 2004.

BHASKAR, Roy. *A Realist Theory of Science*. London: Verso, 1997 [1975]. 284 p.

\_\_\_\_\_. Societies. In: ARCHER, Margaret et al. (Ed.) *Critical Realism: essential readings*. Londres: Routledge, 1998. cap. 8, p. 206-257.

BLAUG, Mark. *Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam*. São Paulo: Edusp, 1999 [1980]. 385 p.

BECKER, Gary. *The Economic way of looking at life*. Nobel Lecture, 1992. Disponível em: <<http://home.uchicago.edu/~gbecker/Nobel/nobellecture.pdf>> Acesso em: 19 jul.2006.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1968.



BOWLES, Samuel. Endogenous preferences: the cultural consequences of markets and other economic institutions, *Journal of Economic Literature*, vol. XXXVI., pp. 75-111, 1998.

CALDWELL, Bruce. *Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century*. Londres: George Allen & Unwin, 1982. 277 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um Historiador fala de Teoria e Metodologia*. Bauru: EDUSC, 2005.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. *Ciência e Filosofia: uma discussão acerca da possibilidade do conhecimento objetivo*. Niterói: [s.n.], 2005.

CHANG, Ha-Joon. Breaking the mould: an institutionalist political economy alternative to the neo-liberal theory of the market and the state. *Cambridge Journal of Economics*, vol.26, n.5, set., p.539-559, 2002.

\_\_\_\_\_. Kicking away the ladder: how the economic and intellectual histories of capitalism have been re-written to justify neo-liberal capitalism. *Post-autistic economics review*, n.15, set., 2002a. Disponível em: <<http://www.paecon.net/PAERreview/issue15/contents15.htm>> Acesso em: 04 nov. 2005.

\_\_\_\_\_. The Market, the State and Institutions in Economic Development. In: CHANG, Ha-Joon. *Rethinking Development Economics*. London: Anthem Press, 2003.

\_\_\_\_\_. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Understanding the Relationship between Institutions and Economic Development – Some Key Theoretical Issues. WIDER JUBILEE CONFERENCE, 2005, Helsinki. (Mimeo)

CHANG, Ha-Joon; EVANS, Peter. The Role of Institutions in Economics. In: DYMSKI, G.; DA PAUL, S. (eds.) *Re-imagining Growth*. London: Zed Press, 2005. (Mimeo)

CHICK, Victoria. Theory, method and mode of thought in Keynes's *General Theory*. *Journal of Economic Methodology*, vol.10, n.3, set., p.307-327, 2003.

COASE, Ronald. The Nature of The Firm. *Economica*, November 1937, pp. 386-495. Disponível em: [http://people.bu.edu/vaguirre/courses/bu332/nature\\_firm.pdf](http://people.bu.edu/vaguirre/courses/bu332/nature_firm.pdf) (acesso em: 01.08.2005).

\_\_\_\_\_. The Problem of Social Cost. *Journal of Law and Economics*, 3(1), p.1-44, 1960. Disponível em: <http://www.sfu.ca/~allen/CoaseJLE1960.pdf> (acesso em: 01.08.2005).

\_\_\_\_\_. The institutional structure of production. Nobel Lecture, 1991. Disponível em: <http://nobelprize.org/economics/laureates/1991/coase-lecture.html> (acesso em: 01.08.2005).

\_\_\_\_\_. The New Institutional Economics. *The American Economic Review*, vol.88, n.2, mai., p.72-74, 1998.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, vol.6, n.2, p.119-146, jul.-dez, 2002.

DEQUECH, David. The demarcation between the “Old” and the “New” Institutional Economics: Recent Complications. *Journal of Economic Issues*, vol.34, n.2, p.565-572, jun., 2002a.

DUGGER, William. Methodological differences between institutional and neoclassical economics. In. HAUSMAN, Daniel. (ed.) *The philosophy of economics*. 2ª ed. Cambridge University Press, 1994.

FEIJÓ, Ricardo. *Metodologia e Filosofia da Ciência*. São Paulo: Atlas, 2003. 172 p.

FERRARI, Fernando; CONCEIÇÃO, Otavio Augusto Camargo. A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., Salvador, 2001.

FLIGSTEIN, Neil. Markets as Politics: a political-cultural approach to market institutions. *American Sociological Review*, vol.61, n.4, ago., p.656-673, 1996.

FONTANA, Josep. *La Historia Después del fin de la Historia*. Barcelona: Crítica, 1992.

FRIEDMAN, Milton. A Metodologia da Economia Positiva. *Edições Multiplic*, v.1, n.3, p. 163-200, fev., 1981 [1953].

FUCIDJI, José Ricardo. O Realismo Crítico e seus oponentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11., Vitória, 2006.

FURUBOTN, Eirik; RICHTER, Rudolf. *Institutions and Economic Theory: the contribution of the new institutional economics*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005, 2ª ed.

HODGSON, Geoffrey. The Return of Institutional Economics. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. (eds.) *The Handbook of Economic Sociology*. New York: Princeton University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. *Economics and Institutions: a manifesto for a modern institutional economics*. Cambridge: Polity Press, 1988.

\_\_\_\_\_. Calculations, Habits and Action. In: GERRARD, Bill. *The Economics of Rationality*. London: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. *Evolution and Institutions: on evolutionary economics and the evolution of economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1999a.

\_\_\_\_\_. What is the essence of institutional economics? In: ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR EVOLUTIONARY ECONOMICS. Boston, Massachusetts, 6-9 jan., 2000.

\_\_\_\_\_. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. *Revista Econômica*, v.3, n.1, p.97-125, junho, 2001.

\_\_\_\_\_. What are Institutions? *Journal of Economic Issues*, vol.40, n.1, mar., 2006.

HODGSON, Geoffrey; KNUDSEN, Thorbjørn. The complex evolution of a simple traffic convention: the functions and implications of habit. *Journal of Economic Behavior & Organization*, vol.54, p.19-47, 2004.

KUHN, Thomas Samuel. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

LAWSON, Tony. *Economics and Reality*. London: Routledge, 1997. 364 p.

\_\_\_\_\_. *Reorienting Economics*. London: Routledge, 2003a. 383 p.

\_\_\_\_\_. Institutionalism: on the need to firm up notions of social structure and the human subject. *Journal of Economic Issues*, vol.XXXVII, n.1, mar., p.175-207, 2003b.

\_\_\_\_\_. The nature of heterodox economics. *Cambridge Journal of Economics*, vol.1, n.23, 2005b.

LISBOA, Marcos de Barros. A Miséria da Crítica Heterodoxa – Segunda Parte: Método e Equilíbrio na Tradição Neoclássica. *Revista de Economia Contemporânea*, n.3, p.113-151, jan.-jun., 1998.

MANKIWI, Gregory. *Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MAS-COLELL, Andreu; WHINSTON, Michael; GREEN, Jerry. *Microeconomic Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Instituições, Estado e Mercado no Processo do Desenvolvimento Econômico. *Revista de Economia Política*, v.5(1), p.49-76, jan.-jun., 2001.

NORTH, Douglass; THOMAS, Robert Paul. *The Rise of the Western World: a new economic history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

NORTH, Douglass. The New Economic History After Twenty Years. *The American Behavioral Scientist* (pre-1986), vol.21, n.2, nov.-dec., 1977.

\_\_\_\_\_. *Structure and Change in Economic History*. New York: Norton, 1981.

\_\_\_\_\_. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives* (1986-1998), vol.5, n.1, 1991.

\_\_\_\_\_. Institutions and Economic Theory. *American Economist*, vol.36, n.1, 1992.

\_\_\_\_\_. The New Institutional Economics and Development, 1993a. Disponível em: <http://econwpa.wustl.edu:8089/eps/eh/papers/9309/9309002.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2005.

\_\_\_\_\_. What do we mean by rationality? *Public Choice* (1986-1998), vol.77, n.1, sep., 1993b.

\_\_\_\_\_. Economic Performance Through Time. Nobel Lecture, 1993c. Disponível em: <http://nobelprize.org/economics/laureates/1993/north-lecture.html>. Acesso em: 25 jul. 2005.

\_\_\_\_\_. Understanding Economic Change. In: NELSON, Joan; TILLY, Charles; WALKER, Lee (eds.) *Transforming Post-Communist Political Economies*. Washington D.C.: National Academy Press, 1997a. pp. 13-18. Disponível em: <http://www.nap.edu/html/transform/sec-1.htm>. Acesso em: 01 ago. 2005.

\_\_\_\_\_. Cliometrics – 40 years later. *The American Economic Review*, vol.87, n.2, mai., p.412-414, 1997b.

\_\_\_\_\_. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton: Princeton University Press, 2005a.

\_\_\_\_\_. Institutions and the Process of Economic Change. *Management International Montréal*, vol.9, n.3, 2005b.

RUTHEFORD, Malcolm. *Institutions in economics: the old and the new institutionalism* (Historical perspectives on modern economics). Cambridge: Cambridge University Press, 1994. 225 p.

\_\_\_\_\_. Institutional Economics: then and now. *Journal of Economic Perspectives*, 15(3), pp.173-194, 2001.

SEARLE, John. What is an Institution? *Journal of Institutional Economics*, vol.1, n.1, 2005.

SIMON, Herbert. *Bounded Rationality*, s.d. (Mimeo).

SMITH, Adam. *Uma Investigação Sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. *Lua Nova*, n.58, p.225-254, 2003.

UNITED NATIONS. World Commission on Environment and Development, *Our Common Future* (The Brundtland Report). Oxford: Oxford University Press, 1987.

VARIAN, Hal. *Microeconomic Analysis*. London: W.W. Norton & Company, 1992, 3ªed.

VEBLEN, Thorstein. Why is Economics not an Evolutionary Science. *The Quarterly Journal of Economics*, vol.12, 1898. Disponível em: <http://prof.mt.tama.hosei.ac.jp/~hhirano/academia/econom.htm>. Acesso em: 20 jul. 2005.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo: Centauro, 2003. 132p.

\_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol.1. São Paulo: Editora UnB, 2004.

VEBLEN, Thorstein. Why is Economics not an Evolutionary Science. In: \_\_\_\_\_. *The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays*. New York: Russel & Russel, 1961.

\_\_\_\_\_. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 181 p.